

REVISTA DA
**ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



N.º XXI
NOVA FASE
2017
Segundo Semestre

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOGIA**

Nova Fase
N.º XXI - 2017
Segundo Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2016 a maio de 2018

Presidente
Amós Coêlho da Silva

Vice-presidente
Deonísio da Silva

Primeiro Secretário
Paulo César da Costa Rosa

Segundo Secretário
Luiz Fernando Dias pita

Tesoureiro
Márcio Luiz Moitinha Ribeiro

Relações públicas
Marcelo Moraes Caetano

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL - MANOEL P. RIBEIRO 7

ENSAIOS

ESTUDOS SOBRE A LITERATURA LATINA MEDIEVAL - OS PROVÉRBIOS - ÁLVARO ALFREDO BRAGANÇA JÚNIOR	8
A DIDÁTICA DE WALMÍRIO MACEDO - AMÓS COELHO DA SILVA (UERJ - ABRAFIL)	25
O ACUSATIVO PREPOSICIONADO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: O CASO DOS VERBOS PSICOLÓGICOS - ANA REGINA VAZ CALINDRO	32
BORGES, MACHADO, MARADONA E PELÉ - SÓ NÃO É NOSSO O QUE AINDA NÃO ACONTECEU - DEONÍSIO DA SILVA ^o (ABRAFIL)	44
DOIS ESTUDOS PRÁTICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL- FRANCISCO DA CUNHA E SILVA FILHO (ABRAFIL e UFRJ)	47
LINGUAGEM JURÍDICA NO MEIO SOCIAL: DIFICULDADE DE COMPREENSÃO - LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG/MARCOS PAULO PEREIRA GOMES	62
ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (ABRAFIL E COL. PEDRO II) - MANOEL P. RIBEIRO	76
PROF. DR. WALMÍRIO ERONIDES DE MACEDO –UM MESTRE INCOMPARÁVEL - MANOEL P. RIBEIRO	78
UM ESTUDO SOBRE O ACENTO GRAVE E O FENÔMENO DA CRASE - OZANIR ROBERTI MARTINS (ABRAFIL)	80
MODELOS DE GÊNERO NA PROPAGANDA INFANTIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA - PATRÍCIA RIBEIRO CORADO FERNANDEZ/AMANDA BENTO MARTINS DO VALLE/THOMAS SPERONI	111
A IMPORTÂNCIA DO TEXTO LITERÁRIO PARA A FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS DA EJA - TEREZINHA BITTENCOURT/DANIELA PORTE	124

ENTREVISTA	138
RESENHAS	144
PRÊMIOS DE HONRA AO MÉRITO	152
MEMÓRIA	162
NOTICIÁRIO	169

EDITORIAL

Neste número XXI, recebemos a contribuição dos confrades Álvaro Alfredo Bragança Júnior, Amós Coêlho da Silva, Francisco da Cunha e Silva Filho, Manoel Pinto Ribeiro, Ozanir Roberti Martins, Terezinha Bittencourt, Antonio Martins de Araújo, Ceila Martins Ferreira, Deonísio da Silva, além de Patrícia Ribeiro Corado Fernandes (IFFLUMINENSE), Daniela Porte (Colégio Santo Inácio), Ana Regina Vaz Calindro (UERJ).

Presta-se, também, homenagem aos confrades ANTONIO NUNES MALVEIRA, WALMÍRIO ERONIDES MACEDO e MARIA ANTONIA DA COSTA LOBO, que faleceram em 2017, deixando uma grande lacuna em nossa instituição.

Por indicação do Prof. Deonísio da Silva, foi consignado o prêmio de HONRA AO MÉRITO ANTENOR NASCENTES ao Prof. Dr. JOSÉ CARLOS GENTILI, da Universidade de Brasília, por seu trabalho A INFERNIZAÇÃO DO HÍFEN.

Contamos com a colaboração eficiente de nossos confrades e amigos para prosseguirmos com a publicação de nossa revista.

MANOEL P. RIBEIRO
EDITOR

ENSAIOS

ESTUDOS SOBRE A LITERATURA LATINA MEDIEVAL – OS PROVÉRBIOS

ÁLVARO ALFREDO BRAGANÇA JÚNIOR
(UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E
ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOGIA)

I. INTRODUÇÃO - POR UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE PROVÉRBIO

Desde tempos imemoriais, acredita-se que a sabedoria popular veicula seu legado de conhecimentos empíricos acerca da vida através de vários instrumentos, dentre os quais as expressões paremiológicas possuem um lugar de destaque. Se procurarmos acompanhar muito rapidamente alguns dos momentos evolutivos da história da humanidade, em que se encontram parêmiias indexadas, remontaremos, em princípio, aos ‘sebayts’ (ensinamentos) egípcios, equivalentes aos provérbios atuais, datados do século III A.C. Mais antigas que estas fontes temos compilações de provérbios hebraicos e aramaicos, provenientes do século VI A.C, as *Palavras de Ahiqar* e no século IV A.C, os *Provérbios de Salomão*

Em um salto temporal considerável encontram-se na Idade Média o *Livro das Sentenças* de Pedro Lombardo e os *Disticha Catonis*, de autoria duvidosa, que fazem parte da bibliografia indispensável das escolas eclesásticas e das universidades, servindo praticamente como primeiros livros para os *alumni*. Entretanto, uma pergunta aqui, neste conciso percurso, se faz necessária: como podemos definir “provérbio”?

Entre os gregos, ‘*gnômê*’ (pensamento) e ‘*paroemia*’ (instrução) cobrem as noções de provérbio, sentença, máxima, adágio, preceito etc., aparecendo em obras de Platão, Aristóteles e Ésquilo. Entretanto, mesmo que a discussão sobre os limites do provérbio ainda não tenha chegado a resultados concludentes, algumas formulações terminológicas podem ser feitas.

De acordo com as características peculiares das fontes com que trabalhamos, a serem explicitadas adiante, o provérbio é por nós entendido como unidade fraseológica caracterizada externamente por uma certa concisão

e brevidade e, no plano interno, por apresentar elementos metafóricos que contêm uma mensagem de valores gerais referendada através de gerações e que deve ser seguida. Atua em nível do discurso escrito corrente na literatura medieval em língua latina como meio pedagógico, proporcionando aos interessados o discurso da sabedoria, que, no teocêntrico ambiente do medievo, pode ser alcançada através da *revelação* das verdades (humanas e bíblicas) e através do *aprendizado* dos discípulos dentro dos padrões éticos e morais condizentes com um cristão e que configuram implicitamente a aceitação de uma visão de mundo revelada e transmitida pela Igreja através de sua retórica de dogmatização do sagrado. Isto poderia perfeitamente ser referendado pela própria etimologia do termo *proverbium*, de *pro*, “em lugar de, em vez de”, entendido aqui como preverbo e *verbum*, a “palavra”, o próprio Verbo original transmutado em carne e representado no mundo terreno pela Igreja.

II. O LATIM MEDIEVAL – PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO

Como bem afirma Maria do Horto Soares Motta (1982:23), “não há unanimidade entre os autores quanto a classificar o latim da Idade Média como uma língua morta ou como uma língua viva, do que resulta uma grande variedade de conceituações.”

A dificuldade, pois, para se precisar o conceito de latim medieval é o ponto de partida para a discussão sobre seus traços fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos específicos. Uma gama de variadas opiniões de estudiosos, recolhidas por Christine Mohrmann em seu célebre artigo *Le dualisme de la latinité médiévale* nos dá uma ideia dos problemas para a delimitação do latim medieval .

A partir do século IV d.C. ter-se-ia desenvolvido na Europa um *sermo latinus*, de capital importância na história linguística europeia, cognominado de latim medieval. Ludwig Traube o considera uma língua morta, embora apresentasse ainda possíveis modificações. Para Karl Vössler seria uma forma intermediária entre uma língua viva (latim vulgar) e uma língua morta (latim clássico). P. Lehmann entende o latim medieval como uma língua viva, mas limitada por certas conjunturas.

Karl Strecker era de opinião que o latim medieval seria uma continuação normal do latim clássico, utilizado como meio de expressão pelos escritores da Baixa Latinidade. M. E. Löfstedt pensa, porém, ser o latim medieval uma língua viva em curso normal e orgânico durante a Idade Média.

O caráter de língua viva também é acentuado por Dag Norberg. Em seu *Manuel pratique de latin médiéval*, o estudioso assim define o latim da

Idade Média:

O latim da Idade Média é a continuação do latim escolar e literário do baixo-império. A transformação se fez muito lentamente para compreender este desenvolvimento, deve-se partir da situação lingüística antes da queda do império. (1968, p. 14)

Franz Blatt considera toda a latinidade, e com isso, o latim medieval uma só unidade, chegando à conclusão de que latim tardio e latim medieval formam um *continuum*. M. Bieler vê no latim medieval uma *Ideengemeinschaft* (comunidade de ideias), uma língua sem nacionalidade, sem povo, não sendo, portanto, mundial, porém sendo utilizada como língua auxiliar internacional durante o período medieval. Para Richard Meister, o latim medieval seria uma língua de tradição, *Traditionssprache*, preponderantemente falada, que evoluiu graças aos impulsos espontâneos dos falantes. Christine Mohrmann assim resume o pensamento de Meister:

Não é uma língua viva no sentido estrito da palavra, mas ela apresenta certos traços característicos que a aproximam das línguas vivas, a saber: evolução sintática, neologismos, empréstimos etc. (1955, p.39)

A autora, porém, situa a base do latim medieval no binômio oralidade X literariedade, como bem resume Maria do Horto Soares Motta (1982:26): Esse latim apresenta traços que o aproximam de uma língua viva, mas as modificações sofridas não se devem somente à oralidade. Uma grande parte da evolução advém muito mais da literatura, da língua escrita, do que de um uso oral.

Podemos questionar sobre a existência de um “latim literário medieval”, como aventada por F. di Capua, mas a ideia do latim medieval como sendo uma *Kunstsprache* (língua artificial) permite-nos uma clareza maior de definição.

Segundo Maria do Horto Soares Motta, o conceito de *Kunstsprache* abarcaria não as línguas fundadas sobre uma comunidade étnica, mas baseadas na tradição de uma coletividade ligada pela força unificadora de uma ideia, de uma tradição de caráter literário ou religioso, inspirada por fatos de ordem cultural em geral.(1982:27)

Em nosso caso, a unidade medieval do latim foi obtida através dos membros intelectuais, oriundos, a princípio, do seio eclesiástico. Continuando com Maria do Horto Soares Motta:

O agente da latinidade medieval foi a comunidade intelectual, que, suprimindo fronteiras de povos e nações, constituiu uma unidade: a *respublica clericorum* (tomado o termo *clericus* no sentido amplo em que era usado na Idade Média: os *clerici* ou *litterati* eram os “letrados”). E essa força

unificadora era sustentada não só pela afinidade religiosa como também pela firme convicção de ser essa coletividade a herdeira e a guardiã da tradição clássica. (1982:27)

O latim, portanto, era a língua de cultura, língua de transmissão dos ensinamentos ministrados aos alunos nas escolas seculares e nas universidades, do estudo e explicação das Sagradas Escrituras, das discussões diplomáticas, dos encontros entre intelectuais. Enfim, a língua do Lácio fornecia os subsídios necessários para um maior desenvolvimento da cultura medieval, sendo, com isso, uma marca de sua autonomia.

O sagrado e o profano, frutos da tradição escrita e oral, confluem no tecido linguístico deste latim. Assim sendo, a partir da consideração das várias propostas de conceituação, julgamos oportuno propor nossa definição de latim medieval como a modalidade linguística portadora da cultura cristã e greco-latina, que se desenvolveu a partir do chamado latim vulgar, assimilando, contudo, no ambiente cultural da vida eclesiástica, as lições dos mestres da Antiguidade Clássica. Essa fusão no ápice do medievo no tocante às letras – século XII – se refletiria na profusão de gêneros literários na língua do Lácio, como os *exempla*, os fabulários, os provérbios, bestiários, romances épicos e poemas de variada ordem, todos veiculadores, em maior ou menor grau, de normas e valores éticos e comportamentais.

Para analisarmos, portanto, os textos medievais, valem as palavras de Maria do Horto Soares Motta (1982: p.30)

não se há de recorrer nem às normas do latim clássico, nem aos padrões do latim cristão, mas tomar como base o próprio latim medieval, onde se encontrarão elementos clássicos ao lado de outros especificamente cristãos, além de muitos neologismos medievais e de elementos devidos à influência das línguas nacionais, todos eles fundidos e integrados em um grande painel, formando uma nova unidade: o latim medieval.

Não é necessário ressaltarmos, contudo, a mobilidade de uma língua, que a cada geração, adquire novas feições. Entretanto, as modificações linguísticas espelham as mudanças sociais da respectiva época. Não a uniformidade, mas a polaridade e a vitalidade do universo expressivo do latim tornam a diferenciação linguística na Idade Média coparticipante de sua própria história, em um sentido mais específico, da formação da própria sociedade medieval. Mais ainda, os testemunhos escritos legitimam o processo de apropriação de formas e condições de vida que caracterizam a transformação de uma sociedade, em princípio com uma tradição cultural oral, em uma sociedade, onde a escrita assume um papel de guardiã e transmissora desse mesmo legado.

No tocante às particularidades do latim medieval, é necessário que algumas considerações sejam feitas. Em primeiro lugar é indispensável atentarmos para as fontes da constituição desse latim, ou seja, a nosso ver, a tradição cultural latina, o ideário cristão e sua expressão escrita (latim cristão) e a contribuição dos bárbaros. Concordamos com Maria do Horto Soares Motta (1982:32), ao afirmar, que essas três forças, a conservadora (dos romanos), a desagregadora (dos bárbaros) e a propriamente revolucionária (dos cristãos), representadas, no que diz respeito à língua, pelo latim, pelo superestrato germano (bárbaro) e pelo latim cristão, vão entrar na constituição do latim medieval.

À não uniformidade de uma definição de latim medieval correspondem várias tipologias textuais que se configuram naquilo que poderíamos rotular de literatura latina medieval, cujo surgimento estaria centrado no século V. Durante a Alta Idade Média há a predominância de obras religiosas, com cunho moralizante e cristianizador. Homens da Igreja como Gregório de Tours com sua *Historia Francorum* e Beda Venerabilis com sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* poderiam ser arrolados como bons exemplos desse tipo de literatura.

Já na Idade Média Central (séculos IX-X) encontramos em espaço germanófono Hroswitha von Gandersheim com seu teatro litúrgico e no século seguinte a principal figura feminina de destaque, Hildegard von Bingen, com sua extensa produção mística, medicinal, musical e literária. Também a partir do século tem-se a *imitatio auctoritatum*, ou seja, a imitação das autoridades, entendidas como as personagens do mundo clássico e cristão da Antiguidade que serviram de exemplo à constituição da cristandade medieval, segundo a Igreja.

Paralelamente presencia-se uma lírica em latim com temas não apenas cristãos, como profanos, sendo o melhor repositório os *Carmina Burana*, poemas oriundos dos séculos XI, XII e XIII com temáticas variadas e redigidos em latim, médio-alto-alemão e provençal.

Contudo, nossa atenção prender-se-á ao espaço germanófono, no qual essa produção em língua latina esteve presente sob a forma de provérbios e, nesse sentido, são oportunos os comentários a seguir acerca das fontes deste trabalho.

III. FONTES PARA A PESQUISA

No século XIX, com a valorização do elemento popular na formação da cultura social, o folclore e as tradições do povo foram objeto de pesquisa,

na busca de raízes de uma identidade nacional. Na Alemanha e na parte de língua alemã da Suíça, terra natal de Werner, o espírito de unidade cultural, alcançado no plano político pela fundação do Império Alemão em 1871, levou grande parte de lingüistas e filólogos a se interessar por traços característicos de um *Deutschtum*, (“germanismo”). Karl Friedrich Wilhelm Wander organizou e levou ao prelo os 5 volumes de seu *Deutsches Sprichwörterlexikon* (Léxico dos Provérbios Alemães) entre 1863 e 1880. Ida von Düringsfeld e Otto von Reinsberg-Düringsfeld publicaram os 2 volumes de seu *Sprichwörter der germanischen und romanischen Sprachen* (Provérbios das línguas germânicas e românicas) entre 1872 e 1875. (WERNER: 1912,III) Este último trabalho, de cunho comparatista, possibilitaria a abertura para estudos mais específicos sobre outras línguas. A. Otto, com seus *Die Sprichwörter und sprichwörtlichen Redensarten der Römer* (Os provérbios e expressões proverbiais dos romanos), de 1890, foi um marco neste sentido. Jakob Werner ocupou-se das parêmsias em latim medieval.

Em 1912 sai à luz pela Carl Winter’s Universitätsbuchhandlung, inserida na *Sammlung mittellateinischer Texte* (Coleção de textos de latim medieval), volume 3, a obra de Jakob Werner, *Lateinische Sprichwörter und Sinnsprüche des Mittelalters*, No cômputo geral, há quatro manuscritos, que podem ser datados do século XV, dois manuscritos do século XII e apenas um proveniente do século XIII. O estudioso suíço arrola 2533 provérbios, dentre os quais, 1322 são rimados, ordenando-os a partir de sua primeira letra, não separando aqueles iniciados por *i* e *j* e *u* e *v*.

Os manuscritos compilados são os seguintes:

- a) manuscrito **B** - A.XI., Biblioteca da Universidade de Basel, Suíça.
- b) manuscrito **Ba** - o mesmo manuscrito, porém, contém entre as folhas 236 – 283 uma coleção de sentenças, provérbios e citações de escritores clássicos, que, do mesmo modo, são ordenados alfabeticamente. O citado manuscrito apresenta-se acrescido de aditamentos;
- b) manuscrito **D** - Darmstadt 2225, século XV (na capa, ano de 1410). Aqui temos o autor da seleção, Galfrido de Vino;
- d) manuscrito **K** - Munique, Biblioteca do Paço, século XIII;
- e) manuscrito **P** - Paris, Biblioteca Nacional, Lat. 6765, século XII;
- f) manuscrito **Sch** - Munique, Biblioteca do Paço e da Cidade, século XII;
- g) manuscrito **SG** - de Sankt Gallen, Biblioteca do Convento, século XV (1462).

Com a tradução do material para a língua portuguesa, notou-se a incidência de alguns eixos temáticos recorrentes. Elementos da Antigüidade Clássica, os animais como representantes do comportamento humano, o clero a ser corrigido e a visão masculina sobre o ser feminino surgem como motivos para a construção de um discurso eminentemente preocupado com a manutenção de valores prezados pelo ideal de cristandade. Analisemos, por ora, alguns exemplos dos campos acima mencionados.

IV. EXEMPLOS DE PARÊMIAS

IV. 1 Antigüidade Clássica

IV.1. *Bachus et Venus*

Provérbio: **Tesseribus, Bacho, stabili meretricis amore
Qui committit ei, proprio privatur honore.** (manuscrito B)

Tradução: Quem nos dados, em Baco, no constante amor de uma meretriz incorre, é privado da própria honra.

Provérbio: **Raro frigescit Bacho Venus, ipsa calescit; / Litigium vita! tibi
res
honestas petita.** (manuscrito B)

Tradução: Raramente Vênus esfria com Baco, ela própria se aquece; / Foge da
da
contenda! Tu deves te dirigir para coisas honestas.

Provérbio: **Gaudia sunt vite Venus et Bachus sine lite! / Gaudia non vites
animi!
semper fuge lites!** (manuscrito B)

Tradução: Vênus e Baco sem contendas são as alegrias da vida! / Não evites
as alegrias
do espírito! Foge sempre das brigas!

O valor da *honos* para os romanos está contido neste provérbio medieval, pois quem se entrega aos prazeres do jogo, do vinho e de prostitutas está destituído de sua própria dignidade.

Pelo exposto, nota-se, a partir da definição de seus atributos, que o deus Baco e o vinho simbolizam uma união, cujo resultado é expresso basicamente

em orgias e descontrole ao falar, derivados da embriaguez, que, segundo a visão eclesiástica medieval, afasta os homens da sobriedade e sapiência indispensáveis ao comportamento de um cristão. Jogo, bebida e prostitutas são temáticas recorrentes na Idade Média como dignas de sérias reprimendas àqueles que a elas se dedicam. O fascínio exercido pelo jogo, onde sorte e azar convivem lado a lado e levam os homens muitas vezes à completa ruína financeira, sem falar na moral; ao vinho, que desde os antigos era a bebida da verdade, pois *in vino veritas*, entregavam-se os homens sem limites; as mulheres de vida fácil fechavam o ciclo de prazeres mundanos, ofertando-se, em troca de pagamento, àqueles que as procuravam para a fruição da carne.

O segundo dístico medieval, em versos *unisoni*, também utiliza-se de Baco e introduz Vênus. Aqui, Vênus, simbolizando a beleza do sexo feminino, une-se a Baco, o deus do vinho, aquele que, como anteriormente considerado, desestabiliza o homem através dos efeitos da bebida. Juntos os dois, o amor de uma mulher e o vinho corrompem e abalam as estruturas do edifício individual do cristão medieval e devido a isso o autor do provérbio, em tom exclamativo, exorta o leitor-ouvinte a se abster de ambos, pois a *res honesta petita* é certamente o cumprimento das palavras de Deus ensinadas pela *mater ecclesia*.

A última parêmia medieval por nós apresentada, oriunda do manuscrito **B**, vem referendar a influência negativa desses deuses latinos, a menos que haja moderação. Este dístico proverbial transmite-nos uma idéia menos negativa do amor (Vênus) e do vinho (Baco). Se as duas “divindades” forem corretamente, isto é, *sine lite*, “sem contendias” cultuadas, não ferirão o código de conduta do homem medieval. Mesmo assim, o provérbio ainda afirma a supremacia das coisas espirituais sobre os efeitos da carne e do vinho, na medida em que as alegrias do espírito, *gaudia animi*, aqui entendidas como as dádivas do Senhor na vida humana, constituem o principal objetivo do homem, aproximando-o do seu Pai celestial. Por outro lado, as brigas o distanciariam deste último, Deus do verdadeiro amor, aquele que, consoante à visão clerical do medievo, é infinitamente superior ao sentimento entre homem e mulher.

Destarte, Baco nos é apresentado nestes dísticos proverbiais com suas características enebriadoras, que destoariam dentro da própria simbologia cristã, onde o vinho, acima de tudo, era identificado com o sangue de Jesus Cristo, este o redentor da humanidade, aquele um elemento que, sem moderação, poderia desestruturá-la.

IV. 2 O animal

III.2.1 *Cattus et mus*

Provérbio: **Cattus sepe satur cum capto mure iocatur** (manuscrito Ba 37)

Tradução: Frequentemente o saciado gato brinca com o aprisionado rato;

Provérbio: **Cattorum proles bene discit prendere mures** (manuscrito SG 60)

Tradução: A prole dos gatos aprende bem a agarrar os ratos

Este provérbio traz como personagens centrais dois dos animais mais representativos dentro da imagética medieval. Preliminarmente, os gatos desempenham um papel de importância na história humana. Adorados e divinizados no Egito, simbolizados como animais demoníacos ou portadores de má-sorte (até hoje em dia, deparar-se com gato preto numa sexta-feira, dia 13 de qualquer mês é considerado sinônimo de azar), os felinos domésticos aparecem com frequência nos *libri proverbiorum* e bestiários medievais. Rápidos, ágeis, perseguidores incansáveis de ratos, há menção aos gatos e suas qualidades até no Direito galês do século X: “Suas qualidades são ver, ouvir, matar ratos, possuir as patas sadias, nutrir e não devorar seus gatinhos.” (SALISBURY:1994,14)

Como controlador dos roedores, o gato possuía (até hoje em dia) uma função dentro da sociedade humana. Em uma página do manuscrito do *Livro de Kells*, de origem céltica e datação incerta, há uma figura, cuja simbologia nos é similar à do provérbio 37 do manuscrito de Basel.

Os gatos, defensores da sagrada tradição da eucaristia, aproximam-se, portanto, dos eclesiásticos, que, através de seu comportamento, devem manter a ordem social de acordo com a palavra de Deus. Odo de Cheridon (nascido em 1185), ao utilizar suas fábulas para oferecer mensagens de comportamento humano para preservar a ordem social medieval, lançava frequentemente mão da figura de gatos tonsurados e paramentados como um monge para perseguir um rato. (SALISBURY, 1994:124-125)

A mentalidade medieval associava os ratos, em geral, a estragos e danos, muitas vezes permanentes. Em *Os defeitos das mulheres*, poema datado do final do século XIII e início do seguinte publicado na França, temos a mulher comparada a um rato para “destruir” (SALISBURY: 1994, 157-158), donde inferimos a conotação negativa dada a ambos.

Na parêmia seguinte, mostra-se do mesmo modo a vigilância natural do clero, transmutado na pele do felino doméstico, que está atento para evitar os danos pestilentos provenientes dos roedores, que refletem posturas e ideias anticatólicas dos homens de então.

IV. 3 Clero

Provérbio: **Palma sacerdotum nil dans retinet sibi totum,
Est adiectiva numquam vel raro dativa.** (manuscrito B)

Tradução: A mão dos sacerdotes, ao dar nada, retém tudo para
Ela se estende, nunca ou raramente gosta de doar.

Provérbio: **Roma capit marcas, bursas exhaurit et archas;
Ut tibi te parcas, fuge papas et patriarchas,** (manuscrito B)

Tradução: Roma pega o dinheiro, exaure as bolsas e as arcas;
Para que tu te poupes disto, fuge dos papas e dos patriarcas.

Este interessante, primeiro provérbio eclesiástico, como a grande maioria daqueles que têm o clero como tema principal, apresenta-nos algumas particularidades que merecem ser discutidas.

De um ponto de vista eminentemente cultural, o provérbio acima faz uma crítica à cupidez do clero, pois este sempre conserva para si tudo o que pode, estendendo a mão para receber, porém nunca ou raramente dando a sua para contribuir.

Uma tal opinião negativa a respeito do clero era comum em grande parte das regiões de língua alemã no século XV. Aproximadamente um século e meio antes, vozes de protesto contra a mundanização do clero já ecoavam naquelas regiões. Um dos mais representativos textos com críticas ao comportamento do clero é o conhecido *Bulla fulminante* (**Carmen Buranum** 131-131a.), o qual inicia com as belas assonâncias e aliterações

Dic, Christi veritas,	Diz, verdade de Cristo,
dic, cara raritas,	diz, cara raridade,
dic, rara Caritas,	diz, rara caridade,
ubi nunc habitas?	Onde habitas agora?

e termina com a exortação

O sedes apostolica, que vix latet, catholica convertere! convertere! iam mundus languet opere.	O Sede apostólica, católica -ela com dificuldade se esconde- Converte-te! Converte-te! que o mundo espera ações.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Com efeito, muitos poemas da abadia bávara de Beuren retratam

o afastamento por parte de membros do clero dos ensinamentos de Deus, criticando essa postura e tentando conscientizá-los a seguirem o modelo exemplar de Cristo.

Não apenas na Baviera sentiam-se os ecos de vozes de protesto. Encontramos ao longo do *corpus* de Werner outros exemplos de provérbios, que trazem à luz uma imagem negativa dos prelados. No manuscrito **B** 74 lê-se *Roma capit marcas, bursas exhaurit et archas; / Ut tibi te parcas, fuge papas et patriarchas*, “Roma pega o dinheiro, exaure as bolsas e as arcas; / Para que tu te poupes disto, foge dos papas e dos patriarcas” e no manuscrito **B** lê-se *Scire bonos mores fuit olim gloria cleri / Et laus magna fuit vitam sine labe tueri*, isto é, “Conhecer bons costumes foi outrora a glória do clero / E o maior louvor foi manter a vida sem mácula”.

A primeira parêmia, em versos *unisoni*, menciona diretamente Roma, a ainda *caput mundi*, sede do poder papal, cuja administração estava entregue à Cúria. A possibilidade de resolução de alguma querela jurídico-política através dos membros do estado pontifício existia, caso houvesse meios pecuniários que pudessem ser postos à disposição dos prelados. A palavra *marcas*, “moedas”, delimita o espaço geográfico do mundo germânico, na medida em que situa o autor da parêmia como procedente daquelas regiões, cujo território tinha sido, três séculos e meio antes, objeto de disputa entre papado e império no caso da questão das investiduras.

O problema da investidura leiga dos prelados levou o papa Gregório VII (1073-1085) a tentar restaurar, de uma vez por todas, a independência do episcopado. Como afirma Daniel Ribeiro (1995:55), o novo pontífice desejava

libertar o clero de toda a tutela a fim de que, sob a direção da Igreja, possa controlar as diversas atividades da sociedade; a submeter o conjunto da Igreja a um único poder - o papado -, que goza do privilégio de definir a fé e reúne a todos sob sua autoridade soberana.

Contrapondo-se a tal objetivo está a política dos imperadores sálicos, especialmente, naquela época, a de Henrique III, que investia bispos conforme a sua conveniência e proveito próprio. O conflito era inevitável e em 1076 o imperador, no sínodo de Worms, integrado por bispos alemães, chega a pedir a deposição do papa, sendo por isso mais tarde excomungado pelo pontífice e tendo seu poder imperial retirado. O fato, porém, de maior importância nessa contenda foi a resolução de Gregório em dispensar os súditos cristãos de obediência ao soberano teutônico. Foi escolhido Rudolf von Schwaben para suceder ao deposto soberano, que sem o apoio dos seus súditos cristãos, vai a Canossa em janeiro de 1077 para fazer a reconciliação com o pontífice

e ter sua excomunhão suspensa. Em 1122, na Concordata de Worms, foram fixados os parâmetros finais para tal disputa, já que “a investidura leiga cabia ao poder temporal e a cerimônia de concessão da cruz e do anel era exclusiva da autoridade espiritual. Ratificava-se, assim, o poder dos *Fürstbischöffe*, “bispos-príncipes”, autoridades eclesiásticas que também possuíam a espada temporal, respeitando o rei e obedecendo ao papa.

Como se evidencia, então, no provérbio nº 74 de Basel, os bens terrenos atraíam a cobiça de Roma, de tal forma que nem os mais humildes nem os mais abastados – caracterizados pelas *bursas*, “bolsas”, forma latinizada do grego *byrsas* e *archas*, “arcas” – são poupados, culminando no conselho final para que se evite a todo o custo as figuras máximas do Cristianismo, aqui representadas pelo *papa*, pelo lado do catolicismo ocidental e pelo *patriarcha*, chefe da igreja ortodoxa de rito grego, pois estes cultuariam mais a lei dos bens do mundo e não tanto a palavra do Criador.

O segundo provérbio, em contrapartida, possui um tom saudosista, na medida em que atribui ao clero de tempos passados um conhecimento dos bons costumes, os quais se prendem logicamente à observância e ao respeito da doutrina cristã consoante os ensinamentos da Igreja. Uma vida sem máculas podia ser observada, diretamente experienciada nos membros eclesiásticos, o que provavelmente nos tempos do autor do dístico em versos *caudati* não ocorria. Enfim, a caracterização do clero como afastado ou negligente em suas funções de guardião e propagador da mensagem cristã católica está perfeitamente espelhada nesses provérbios oriundos de terras germânicas.

IV.4 A figura feminina

IV.4.1 *Femina*

Provérbio: *Femina quem superat, numquam vivit sine pena:*

Libertate caret, turpi constrictus habena.

Felices illi, quos non trahit illa cathena;

Heu, nisi mors faciat, non solvitur illa catena. (manuscrito B)

Tradução: Aquele, a quem a mulher domina, nunca vive sem sofrimento:

Carece de liberdade, amarrado com uma torpe brida.

Felizes aqueles, a quem aquela corrente não arrasta;

Ah! A não ser que a morte o faça, aquela corrente não se soltará.

A análise do provérbio acima traz desde seu primeiro vocábulo pontos para consideração da mais variada ordem. Partindo-se de um estudo etimológico do termo *femina*, temos a definição de que este significa originariamente “fêmea” em oposição a *mas*, “macho”, passando a significar por extensão,

“mulher”. O caráter primeiro da animalidade da mulher, pois, está expresso através do termo que a denomina.

Como outro tópico para reflexão presente na parêmia, observa-se a nefasta dominação feminina sobre o homem. Este, sujeitando-se aos caprichos da mulher, terá como recompensa *pena*, “sofrimento”, palavra essa que apresenta a já conhecida monotongação do ditongo *oe* do latim clássico. Lê-se na segunda linha da parêmia em versos *caudati*, que o pagamento recebido pelo homem é a falta de liberdade, simbolizada pelo termo *habena*. Para tais homens, que preferiram submeter-se aos desígnios femininos, apenas a morte lhes resta como possibilidade de libertação de sua prisão. Nota-se aqui, nos terceiro e quarto versos, o uso da forma aspirada *cathena* – terceiro verso – alternando-se com a forma clássica sem o –h- *catena*.

IV.4.2 *Meretrix*

Provérbio: Cum sis vir fortis, ne des tua munera scortis!

Scribitur in portis: meretrix est ianua mortis. (manuscrito B)

Tradução: Embora tu sejas um homem forte, não dêes teus benefícios às prostitutas!

Está escrito nos portões: a prostituta é a entrada da morte.

“*Janua Diaboli* – o portão por onde entrava o Diabo – era o epíteto patrístico para a mulher, herdeira direta de Eva, “a mulher é toda útero”” (NOGUEIRA: 1991, 104). Se, como analisamos em 7.4.1, a *femina* naturalmente tendia para o afastamento de Deus, a prostituta exerceria consciente e deliberadamente seu mister, o que a tornava aos olhos dos vetustos cônegos medievais uma abominável criatura.

Desde a Antiguidade greco-romana, a figura da prostituta apresentava-se marcada pelo vezo negativo associado ao trabalho com o corpo em troca de remuneração pecuniária. Em Roma encontramos *lupa*, literalmente “lobo”, em Cícero com a acepção de “prostituta”, dela derivando em português a forma “lupanar” com o sentido de bordel. Há ainda o termo *scortum*, -i, “meretriz”, preso ao verbo *scortari*, “frequentar os prostíbulos, ser devasso, libertino” e ainda a forma *meretrix*, -icis.

No texto bíblico, faz-se remissão à fornicação como prostituição, dentre outros exemplos, em Ezequiel 16.20 e 16.29. Em Oséias 1,2, o Senhor fala ao filho de Beerí: “Vai, toma por mulher uma prostituta e tem filhos que te nasçam duma mulher que foi prostituta, porque a terra (*de Israel*) não cessa de se prostituir, abandonando o Senhor”. Alude-se ao termo “prostituta”

pela primeira vez em Gênesis 34,31 e em Josué 6.17. No primeiro livro dos Reis, capítulo 16, versículos 16 a 28 é narrada a exemplar sentença do rei Salomão sobre o destino do filho de uma de duas prostitutas, conhecidas como “publicanas” por oferecerem seus serviços ao público. Em Provérbios 7, 10 e ss., temos os conselhos do rei Salomão para que seu filho se afaste dos caminhos que conduzem à casa da prostituta, “caminho do inferno que penetra até às entranhas da morte”. Mais adiante, no capítulo 23, versículo 27, a meretriz é considerada uma “cova profunda”.

No provérbio do manuscrito B, em versos *unisoni*, adverte-se o *vir*, o varão coroado pela *virtude* cristã, a não despender o fruto de seu trabalho com as prostitutas. Nos portões das cidades deveriam ser afixados escritos, avisando os prováveis clientes das meretrizes, que ao fazerem uso de seus serviços, estariam irremediavelmente condenados ao caminho da perdição e morte eternas, pois o sacrário representado pelo corpo humano, membro do corpo maior de Cristo, seria profanado por mãos, lábios e demais partes infectas e impuras do corpo da prostituta. Notam-se nesta parêmia os vocábulos *scortum* e *meretrix*, dois termos advindos do latim clássico, sendo o primeiro designativo tanto de prostituta quanto de homem prostituído, já que sua forma no nominativo singular é neutra, *scortum*, *-i*.

IV.4.3 *Virgo*

Provérbio: **Virgo matura, nisi nubat, erit peritura.** (manuscrito **Ba** 49)

Tradução: Uma virgem madura, a não ser que se case, irá perder-se.

Poucas são as ocorrências paremiológicas, nas quais ainda se consegue vislumbrar uma certa avaliação, se não favorável, pelo menos mais neutra da mulher. O provérbio em verso leonino com as rimas em *-ura* (*matura – peritura*) traz à cena a virgem, a moça ou mulher que ainda não tenha tido intercurso carnal com um homem. Motivo de alegria para o apóstolo Paulo, que na já anteriormente mencionada primeira epístola aos Coríntios, capítulo 7, versículos 28, 34 e 37, recomenda a manutenção da virgindade como meio para se evitar a fornicção e os apelos da carne, que desnor-teariam o homem do seu fim espiritual de encontro com o Salvador.

Não obstante, o relacionamento sexual entre homem e mulher deveria conduzir ambos, preferencialmente, ao casamento. Para a virgem, este seria o único caminho a trilhar, para que a sua condição de mulher, já naturalmente maculada por ser descendente da mãe dos pecadores, Eva, não fosse definitivamente aviltada e, em consequência disso, ser segregada do seio da sociedade cristã.

Com esta acepção entende-se o provérbio 1, em verso leonino. A *virgo matura* simboliza a mulher já consciente do poder que seu corpo exerce sobre os homens fracos. O adjetivo *matura* remete o leitor/ouvinte da parêmia ao fato de que a jovem já atingira seu pleno desenvolvimento físico, estando apta, portanto para assumir agora suas atribuições morais de *uxor*. Caso, pelo contrário, prefira não contrair núpcias, *nubere*, sua tendência originariamente propensa às coisas da carne a levaria a se perder, *peritura*, a ser condenada inapelavelmente pelos homens de Deus ao suplício eterno.

IV.4.4 *Mater*

Provérbio: *Rusticus est vere, qui turpia de muliere / Dicit; nam vere sumus omnes de muliere.* (manuscrito B)

Tradução: É verdadeiramente ignorante aquele que diz coisas torpes da mulher / Com efeito, todos nós somos dela oriundos.

Com estas apreciações sobre a *mater*, fecha-se o círculo paremiológico rimado no *corpus* de Jakob Werner no tocante à algumas representações acerca da figura feminina. Sob *feminae*, *meretrices*, *mulieres*, *uxores*, *virgines* e *matres*, estão incluídas nas parêmias as funções mais importantes desempenhadas pela mulher na Baixa Idade Média, especialmente nas terras germanófonas cobertas pelos manuscritos. Geralmente condenadas à morte eterna pelo fogo pecaminoso oriundo de Eva, por mais que exercessem o papel de mãe, sua natureza corrompida cingiria para sempre o seu ser. Apenas Maria, a imaculada mãe de Deus, a virgem e a mãe, mulher que acompanha e obedece a seu esposo, salvam-se dentro dos provérbios escolares. Todavia, uma única parêmia, do manuscrito B, em versos *unisoni*, atesta a importância da mulher dentro do sistema social e parece criticar as assertivas condenatórias dos *magistri* eclesiásticos. Em um discurso marginal para a tradição paremiológica da época, inverte o valor do *litteratus*, o clérigo intelectual, chamando-o de *rusticus*, o camponês inculto, sendo a voz solitária de defesa da mulher dentro do cabedal de exemplos negativos a elas associados:” Composto por um homem, esta parêmia isolada soa como gratidão pela própria existência, que a ela se deve. Reconhecia-se, enfim, por mais restrito que fosse o sentido, o valor da *mulier*, cujo valor decorre de sua fertilidade!

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este opúsculo do estudioso suíço resume, por fim, condensando em suas cento e doze páginas, as lições culturais de quatro séculos da Baixa Idade Média. Servindo como instrumento didático para os alunos das

escolas e universidades de então, os *proverbia* funcionavam como elementos propedêuticos, não somente do latim, ou de figuras de linguagem, de retórica ou de adorno poético (como a rima), porém essencialmente, de todo um legado universal embasado pela Verdade cristã, condutora do homem durante sua existência terrena.

Por fim, animais como metáforas do comportamento humano, as lições de vida pregadas e (não) defendidas pela Igreja, o legado cultural da Antigüidade Clássica presente em deuses e personagens reais carregados de uma nova simbologia e a figura feminina (quase) sempre trazendo consigo as marcas do pecado original determinam, em linhas gerais, as principais temáticas dos provérbios medievais rimados, reflexos incontestáveis de uma sociedade, que ainda tinha na palavra de Deus e na escritura da Igreja os sustentáculos morais de sua própria sobrevivência!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Helena Trench de. *Um exame pragmático do uso de enunciados proverbiais nas interações verbais correntes*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. Dissertação de Mestrado da Área de Filologia Românica.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *A fraseologia medieval latina como reflexo de uma sociedade*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *Atualizações da Idade Média A Paremiologia em latim medieval: um espelho sócio-linguístico-cultural*. Disponível em www.abrem.org.br/copiar.php?arquivo=paramiologia%20latim.pdf.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988

JASON, Heda. Proverbs in society: the problem of meaning and function. In: *Proverbium*. Bulletin d'Information sur les Recherches Parémiologiques. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1971. v.17, p. 617-623.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1983 (vol.1.); 1984 (vol.2).

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Margarida Sérvulo Correia. 2. ed.. Lisboa: Gradiva, /s.d./.

NORBERG, Dag. *Introduction a l'étude de la versification latine médiévale*. Uppsala: Almqvist & Wiksell, 1958.

_____. *Manuel pratique de latim médiéval*. Paris: A & J. Picard &

Cie, 1968.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1979.

RIBEIRO, Daniel Valle. *Igreja e estado na Idade Média*. Relações de poder. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

SALISBURY, Joyce E. *The beast within. Animals in the Middle Ages*. New York; London: Routledge, 1994.

SELANSKI, Wira. *A poesia de niedere minne de Walther von der Voglweide*. Rio de Janeiro: Imprensa Velha Lapa, 1997.

TAYLOR, Archer. *The proverb and an index index to 'The proverb'*. Bern; Frankfurt am Main; New York: Lang, 1985.

WALTHER, Hans. (Hrsg.) *Proverbia sententiæque latinitatis Medii Aevi. Lateinische Sprichwörter und Sentenzen des Mittelalters in alphabetischer Anordnung*. Teil 1. Göttingen: Vanderboeck & Rupprecht, 1963.

WERNER, Jakob. *Lateinische Sprichwörter und Sinnsprüche des Mittelalters*. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1912.

A DIDÁTICA DE WALMÍRIO MACEDO

AMÓS COÊLHO DA SILVA (UERJ - ABRAFIL)

RESUMO

A relevância didática das fontes linguísticas mais recentes, bem como as pesquisas mais antigas. Equívocos perpetuados em nossas gramáticas, provenientes dos primeiros estabelecimentos conceituais das categorias gramaticais. Critério da interpretação semântica no estudo da língua, em destaque a noção de valor na estruturação da unidade linguística. Debate, incluindo a interpretação do aluno, o que é língua e o que é linguagem. Falar como ato cultural, e não instintivo.

Palavras-chave: semântica; língua; valor.

Abstract

THE DIDACTIC OF WALMÍRIO MACEDO

The didactic relevance of the most recent linguistic sources, as well as the oldest researches. Misconceptions perpetuated in our grammars, coming from the first conceptual establishments of the grammatical categories. Criterion of semantic interpretation in the study of language, highlighting the notion of value in the structuring of the linguistic unit. Debate, including student interpretation, what is verbal and non-verbal language. To speak as a cultural act, not instinctive.

Keywords: semantics; language; value.

Introdução

Walmírio de Macedo (1930 - 2017) selecionou leituras sobre a questão da semântica e, sempre preocupado com a ferramenta didática, conseguiu condensar caminhos de pesquisa para os iniciantes e iniciados em 159 páginas de uma publicação da Lexicon, intitulada “O livro da semântica: estudo dos signos linguísticos”, em 2012, de modo claríssimo, mesmo em face da complexidade do assunto.

De sua vasta leitura, destaca, por exemplo, a investigação linguística de Michel Bréal (1832 - 1915), o mestre daquele que foi o fundador da Linguística contemporânea, dentre outros, nada menos do que Ferdinand Saussure, que defendia, no século XIX, uma garante, em sentido interdisciplinar, do estudo

semântico, inclusive foi o pesquisador Michel Bréal o introdutor do termo semântica nos estudos gramaticais.

Michel Bréal ficou com pouquíssima circulação em nosso território nacional, porque, a não ser o *Essai de Sémantique: Science des Significations* que chegava, restritamente, às mãos de pesquisadores com o domínio do francês. Precisou aguardar a iniciativa de EDUC - PUC-SP em 1992 com a tradução de Aída Ferraz *et alii*. Ora, se em Bréal já se vislumbra traços interdisciplinares, ou seja, tomar a História e situações sociais para esclarecer aspectos linguísticos, como “Antigamente ‘quarto’, em francês denominava-se *pailé*: depois que a palavra *chambre* (‘quarto’) alcançou a cidade, *pailé* designa “casebre.” (p.34) Uma outra característica deste pesquisador é sua perspectiva comparatista.

A esse elo da cadeia se liga Saussure, que estudará como o signo linguístico pode apresentar uma significação momentânea no seio social de uma dada época. Tal estudo deve ser realizado pela semiologia, nome de um projeto de Ferdinand de Saussure (1857 – 1913), ou semiótica, denominação de Charles Sander Peirce (1839 – 1914). A semiologia, concebida na pesquisa saussuriana, é o estudo da vida dos signos, verbal e não verbal, no seio social.

R. Barthes sublinha a atualidade destas pesquisas numa época de desenvolvimento das comunicações de massa. Mas a pobreza que se oferecem à análise semiológica [código de trânsito, semáfora, etc.] leva-o a notar que cada conjunto semiológico importante demanda a passagem à língua: “Todo sistema semiológico se impregna de linguagem.” Assim, a semiologia seria um ramo da linguística e não o inverso. A semiologia é a ciência das grandes unidades significantes do discurso: nota-se que tal definição da semiologia aproxima-a da semiótica... (DUBOIS, 1978: SEMIOLOGIA)

Semiótica é termo cunhado por Charles Sanders Peirce e é uma pesquisa que difere “(...) da semiologia provinda do ensinamento de F. de Saussure, no entanto, ela se recusa a destacar a linguagem e a sociedade,” (DUBOIS *et alii*, 1978: SEMIÓTICA) Ou seja, a leitura de Roland Barthes tem como fonte o projeto de Saussure. O estudioso francês destaca a atualidade dos estudos saussurianos ao interpretar a linguagem das comunicações de massa com análise semiológica do código de trânsito, vestuário, cardápio alimentício etc. E conclui que *Todo sistema semiológico se impregna de linguagem.* (apud DUBOIS *et alii*, 1978: SEMIOLOGIA)

Citam-se também neste dicionário A. J. Greimas, como estruturalista, e Júlia Kristeva, como estudo gnoseológico. A. HouaIss indica o termo “gnoseologia” como melhor do que gnosologia:

Teoria geral do conhecimento humano, voltada para uma reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo, apontando suas distorções e condicionamentos subjetivos, em um ponto de vista tendente ao idealismo, ou sua precisão e veracidade objetivas, em uma perspectiva realista; gnoseologia, teoria do conhecimento.

Um signo, verbal ou não verbal, ainda pode ser um elemento que se apresente como símbolo, índice ou sinal. (Edward Lopes, *Fundamentos da Linguística Contemporânea*: 15 – 50).

In PORTELLA, 1979, o ensaio de Muniz Sodré, intitulado, *Semiologia e Literatura*, se estende da página 162 a 171 e examina as palavras como *imago mundi*, *imagem do mundo*, como na página 162, afirma:

Toda literatura implica uma “semiose”, isto é, num processo de significação cuja produção está ligada ao valor artístico. O alcance profundo desse valor deve ser buscado na articulação do texto literário com a História. Em outras palavras, o valor artístico de uma obra parece residir na maior ou menor apreensão que o texto realiza da situação do ser humano confrontado com a realidade da História e do Inconsciente (em especial, o mito, mantido pelas formações discursivas do Inconsciente). Isto não significa que o texto literário contenha a figuração da aparência da estrutura social (ou seja, do real histórico), mas que contém aquilo que ficou latente na História, já que não foi dito pela linguagem. Assim, a obra indica uma falta, uma ausência, que repercutem no homem. É, portanto, uma lacuna de História que transparece, como palavra não pronunciada, no texto literário.”

A semântica, quanto ao viés histórico é um pioneirismo recente de Michel Bréal in *Essai de sémantique*. Com o húngaro Stephen Ullmann (1914 - 1976), temos um estudo histórico cultural, como no exemplo de Mattoso Câmara (s/d: SEMÂNTICA):

a) histórico cultural (...) ex.: pena, “para escrever” que é hoje uma peça de metal e era antigamente uma pena de ganso); b) psicológica, (...) (ex.: vilão “camponês, que designa hoje, mais comumente, “indigno”, (...)“camponês, do ponto de vista dos nobres); c) lógica, (...) (ex.: tela “pintura, por metonímia, ou serra “cadeia de montanhas”, por metáfora; d) formal, (...) (ex.: emérito “notável”, por causa da forma da palavra, que faz lembrar “mérito”; e) sintagmática, (...) (ex.: o brasileiro “levado” “travesso”, decorrente da expressão “levado da breca” “arreatado por uma fúria demoníaca); f) social, (...) (ex.: “éter” “certa substância volátil”, em virtude da transferência, para a língua especial da química, da palavra significando “puro ar superior”).

Mas a semântica é um termo que *Saussure não usou* (MACEDO: 2012: 16), e tem sido considerada uma teoria linguística menos ampla do que a semiologia, porque o seu objeto de estudo é, exclusivamente, sobre o sentido dos elementos da linguagem verbal: prefixos, sufixos diminutivos, morfemas flexionais, a polissemia, a sinonímia, antonímia, metáfora, metonímia etc. Por exemplo, a tradução do latim de *imbecillus, a, um*, na frase de Cícero, deverá ser: *At ita multi sunt imbecilli senes, ut nullum officii, aut omnino vitae munus exsequi possint* (Cato Major seu De Senectute, 35) *Mas muitos velhos são tão fracos, que não poderia realizar completamente nenhuma função ou tarefa da vida.* Conforme o dicionarista Francisco Torrinha, o termo vem de *Talvez de baculum com o pref. in-*. *Baculum, -i, bengala*, com apofonia, devido ao prefixo e no diminutivo, formará: *imbecillus*. Assim, a tradução: *Mas, assim, muitos velhos são “imbecis”, (...)* que ocorreu num concurso público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos idos de 1980, está errada.

A linguística gerativa simplificou a complexidade (sentido, significação, valor etc.) Concebeu o problema como um enunciado sempre completo em “eu recebi seu livro”, a diferença corre por conta do contexto: = livro que ele escreveu / livro que ele me enviou. Fez distinções como frase gramatical e frase agramatical: *Incolores ideias verdes dormem furiosamente* é gramatical e asemântica, por outro lado *Mim querer comer* é agramatical e semântica.

Objeto da Semântica

Walmírio Macedo também colheu muito de Bernard Pottier, que pesquisou e introduziu as “lexias”, como unidades funcionais, ou seja, como se comporta quanto à significação, no âmbito da comunicação, uma expressão linguística e propôs a substituição da classificação tradicional em dicionários e gramáticas, isto é, a taxionomia de palavra isolada pela própria lexia. Por isso, seu estudo semântico parte de três eixos, conforme sua declaração na página 19: “a) Um problema psicológico, porque se dá quando comunicamos: o mecanismo fisiológico e psicológico dessa operação. b) Um problema lógico [ou melhor, sintático]: quais as relações do signo com a realidade. c) Um problema linguístico.”

Se acima apontamos a falta de contato nas universidades brasileiras com a obra Michel Bréal, dada a restrição do alcance por via da língua francesa, o que dizer sobre o século XX, que até 1930 o estudo da semântica estava se realizando dentro das academias e universidades pela palheta do historicismo. E mais: “Embora hoje a semântica tenha conquistado o seu lugar definitivo

entre as ciências da linguagem, nem sempre foi assim. Era vista como um ramo fora da linguística. (Idem)

Com parágrafos curtos, mais plenamente suficientes, Walmírio Macedo nos apresenta os desvios vigentes dos estruturalismos existentes nos séculos XX e XXI, em contraste com o corte epistemológico do estruturalismo linguístico e o dos etnólogos. Enfim, nos coloca prontos para ler um elemento estrutural, quer dizer, ler “um conjunto, cujos elementos se interdependem, se encadeiam entre si e se arrumam em lugares cuja posição é importante para a significação global.” (p.22)

Passa, então, ao método, pondo em questão os isolacionismos e divisões isoladas das categorias, fixados na gramática tradicional em oposição a “um método globalista, gestáltico” (p.29), que não cria barreiras através da decoreba tão estimulante na gramática tradicional que educou os estudantes a memorizar os termos da oração na taxionomia de essenciais, integrantes e acessórios, mas não conseguiu fazer uma ponte entre o sujeito e as implicações de concordância verbal, a não ser de modo estanque, ou ainda, cá, nos termos da oração com uma lista regulamentada e lá, páginas adiante, na concordância outras regras diferentes.

Nas suas denominadas “NOTAS ELUCIDATIVAS”, outra vez, encontramos o elemento didático do Autor, pois desfaz os equívocos daquelas afirmações positivas (seria uma forma de positivismo?) que encontramos até mesmo em Saussure, nas suas dicotomias, que se sabe desde a dialética platônica é a divisão de um conceito em duas partes. Assim, depois de se apresentar uma antiga insatisfação também do Mattoso Câmara que questionava a descrição da gramatical tradicional ora com visão semântica, ora estrutural (no sentido de partes), o Autor orienta a combinação de leitura semântico-estrutural ou funcional. Reconhecemos, aqui, aqueles motivos de Mattoso Câmara quando rejeitava a pergunta acadêmica: “Qual o radical de comer? Aguardando como resposta, em exames, do aluno um elemento “ed-” (de *edere*)” Mas o aluno ficará reprovado, pois respondeu “com-”, porque pensou sincronicamente. Além disso, dentro desta “ótica global” (p.33), é bom que se recomende a citação dentro das “NOTAS ELUCIDATIVAS”: “É duvidoso que os esforços para constituir uma ordem linguística da sincronia distinta da ordem da diacronia tornam mais clara a noção de linguagem.” (p.40)

Lançou muita luz ainda Walmírio Macedo, nome com que ele gostava de assinar seus ensaios, quando retomou a questão de “valor”, categoria definida por F. de Saussure: “chama-se ‘valor linguístico’ o sentido de uma unidade definida pelas posições relativas dessa unidade no interior do sistema linguístico.” (DUBOIS *et alii*, “Valor”) A metáfora de Saussure foi a peça

de xadrez. De modo que cada peça tem um desempenho contextual no jogo de xadrez. O nosso Autor traz a gramática e aponta três condições: a classe, que é uma indicação do próprio sistema linguístico; a distribuição se dá como 1) classes principais: substantivo, verbo e pronome-substantivo etc.; 2) classes adjuntas: adjetivo, pronome-adjetivo e advérbio; 3) classes conectivas: preposição, conjunção e pronome relativo.

Uma breve insistência na maneira de se estudar “análise sintática” e “análise semântica” “como um todo”. (p.42) Ressalta aqui o “valor” da intencionalidade como traço único na comunicação humana. Este é um elemento linguístico, a intencionalidade, assim sendo um “valor”, pois a linguagem animal se restringe “a sons que se associam a alguns fatos, não tendo, portanto, a intencionalidade.”(p.45)

No âmbito de “A Comunicação Linguística”, conclui a palavra com um símbolo: “Não há relação direta entre as palavras e as coisas que elas representam: a palavra é um símbolo e representa um pensamento ou referência que por sua vez diz respeito ao aspecto ou acontecimento de que estamos falando.” (p.48) Note-se a diferença do exemplo proposto pelo Professor em pauta entre fatos linguísticos equivalentes, mas que merecem interpretações diferentes quanto a leituras:

“Assim, ‘Caesar Pompeium vicit, Pompeius a Caesare victus est.’ ‘A é mais que B, B é menor que A’, designam em cadeia o mesmo fato linguístico e são por isso equivalentes. Mas designam a mesma coisa por *s i g n i f i c a d o* s diferentes e, por isso mesmo, não são sinônimas.” (Idem)

Neste capítulo o nosso saudoso Professor se sobressai didaticamente, pois propõe uma antiga leitura sua de Henri Lefebvre, que comentou, conforme a própria metalinguagem do Mestre Walmírio:

“língua não é linguagem. Não dela senão uma parte determinada. Tomada no seu conjunto, a linguagem é multiforme, heteróclita. Por exemplo, a expressão “cavalo” em vários domínios: físico, fisiológico, psíquico, pertence ao domínio individual e ao domínio social: assim não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos. Não é possível distinguir a sua unidade. (...)”

A língua é um sistema de sinais que só conhece a sua ordem própria, tal como no jogo de xadrez. A linguagem apresenta formas, assim discriminadas: *unidade não significativa* e *unidade significativa*,”(p.50)

A orientação que depreendemos nos escritos do Professor Walmírio Macedo é partir de um estudo do texto para se abstrair o que é a língua, e

não tentar chegar como recurso mnemônico “a elementos extralinguísticos”. (p.147) Observar a dependência entre as unidades, mas lendo a partir do verbo que é uma unidade sempre nuclear. Ao se deprender sintagmas, estaremos fazendo o levantamento de valores de cada unidade.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Pontes. Vols. I e II.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.
- CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica: Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana*. Tr. de V. F. de Queiroz. São Paulo: Mestre Jou: 1977.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. *Dicionários de Símbolos*. Tr. Vera Silva *et alii*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de Linguística*. Tr. de F. P. de Barros *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o Jogo como Elemento da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- KERÉNYI, Carl. *Dioniso: Imagem Arquetípica da Vida Indestrutível*. Tr. Ordep T. Serra. São Paulo: Odysseus, 2002.
- MACEDO, Walmiro. *O Livro da Semântica: Estudo dos Signos Linguísticos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- PEREIRA, I. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Porto: Apostolado, 1976.
- PORTELA, Eduardo *et alii*. *Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. Porto: Porto Editora, 1937.

O ACUSATIVO PREPOSICIONADO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: O CASO DOS VERBOS PSICOLÓGICOS

ANA REGINA VAZ CALINDRO (UERJ)¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar a mudança e variação na expressão dos argumentos indiretos (AIs) em português europeu (PE) e português brasileiro (PB), através de um estudo diacrônico de textos escritos entre os séculos XVI e XIX, com foco em estruturas com verbos psicológicos.

Palavras-chave: Português Histórico; Acusativo Preposicionado; Verbos Psicológicos

ABSTRACT: The aim of this paper is to investigate the variation and change in the expression of indirect arguments (IAs) in European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP), performing a diachronic study of texts written between the 16th and the 19th centuries, focusing on psychological verbs.

Keywords: Historical Portuguese; Prepositional Accusative; Psychological Verbs

1. INTRODUÇÃO

Diversos estudos linguísticos já demonstraram que o português europeu moderno (PE) e o português brasileiro moderno (PB) apresentam diferenças no uso das preposições que introduzem argumentos nos contextos dos verbos de transferência dinâmica (*enviar*), verbos de movimento (*atirar*), verbos de criação (*preparar*), verbos dinâmicos não-direcionais (*lavar*), verbos estativos (*admirar*), verbos psicológicos (*agradar*), verbos causativos (*abrir*) e predicados incoativos (1i). Em todas essas estruturas, os argumentos indiretos (AIs) em PE são introduzidos pela preposição *a* e sempre alternam com clíticos

1- arcalindro@gmail.com

dativos, como podemos verificar nos exemplos em (1).

- (1)a. A Maria enviou uma carta **ao João** / enviou-lhe uma carta.
 b. A Maria roubou o relógio **ao João** / roubou-lhe o relógio.
 c. A Maria atirou a bola **ao João** / atirou-lhe a bola.
 d. A Maria preparou o jantar **ao João**/ preparou-lhe o jantar.
 e. A Maria lavou o carro **ao João**/ lavou- lhe o carro.
 f. A Maria admira o talento **ao João**/ admira- lhe o talento.
 g. O vinho agradou **aos convidados** / agradou-lhes.
 h. A Maria abriu a porta **aos convidados**/ abriu-lhes a porta.
 i. A porta abriu-se **aos convidados** / A porta abriu – se – **lhes**.

Já em PB, observa-se o uso preferencial das preposições *para* e *de* nesses contextos, além dos casos com verbos psicológicos em que não se utilizam preposições para introduzir o argumento que os acompanha, como exemplificado em (2):

- (2)a. A Maria enviou uma carta **ao** / **para o João**/ **ele**.
 b. A Maria roubou o relógio **do João**/ **dele**.
 c. A Maria atirou a bola **para o João** / **ele**.
 d. A Maria preparou o jantar **para o João** / **ele**.
 e. A Maria lavou o carro **para o João** / **ele**.
 e'. A Maria lavou o carro **do João** / **dele**.
 f. A Maria admira o talento **do João** / **dele**.
 g. O vinho agradou **Ø os convidados**.
 h. A Maria abriu a porta **aos/ para os convidados** / **eles**.
 i. A porta (se) abriu **aos/para os convidados** / **eles**.

A respeito da alternância entre os AIs e os respectivos clíticos, inúmeros estudos linguísticos verificaram o desaparecimento do clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)* em diversas regiões do Brasil² (cf. Berlinck, 1997; Silveira 1999; Freire 2000; Gomes 2003; Torres Morais & Berlinck, 2009). Em Calindro (2015a e b), foi confirmada a perda do clítico dativo *lhe(s)*, após a análise de um *corpus* extenso de dados do século XX (de 1921 a 2010). No material analisado, a ocorrência desse elemento passou de 51 casos na década de 20 para apenas um único exemplo nos anos 2000.

Confirmou-se, portanto, que, além das mudanças descritas quanto à escolha da preposição que introduz os AIs, o PB difere do que é comum em PE

2- É importante lembrar que há regiões em que o clítico *lhe(s)* ainda é utilizado, porém seu uso é de segunda pessoa, não de terceira. Para as afirmações realizadas neste trabalho, no entanto, foi considerado apenas o uso de terceira pessoa desse clítico.

também em relação às estratégias de substituição dos mesmos por pronomes. Logo, assumo que esses dois fatos estão diretamente ligados no que concerne o entendimento das diferenças entre as estruturas apresentadas em (1) e (2).

Com o intuito de analisar o processo histórico dos contextos em que a mudança no paradigma de introdução dos argumentos indiretos no português ocorre, trabalhei neste estudo com o *corpus* de português histórico organizado pelo *Projeto Tycho Brahe* da Universidade de Campinas (Unicamp)³.

O *Corpus Anotado do Português Tycho Brahe* (Galves, Andrade & Faria, 2017) é um conjunto de 68 textos escritos por autores nascidos entre 1380 e 1881, o que nos permite ter uma visão abrangente do processo histórico do português. Além disso, é importante destacar que, de acordo com a literatura sobre variação e mudança linguística do português (cf. Galves, 1987; Kato et al., 2009), as grandes mudanças históricas na estrutura do PB começaram a ser notadas no século XVIII, algumas foram fixadas nos séculos XIX e XX, outras ainda estão em processo de variação em PB atual.

Assim, o primeiro passo do trabalho foi analisar os casos em que a marcação do objeto pela preposição *a* foi totalmente apagada em PB moderno, i.e., nos contextos com verbos psicológicos, exemplo (1g) em PE e (2g) em PB. Para tanto, realizou-se uma busca de todas as ocorrências em que esses objetos acusativos eram marcados (PP-ACC), no conjunto de textos do século XVI ao XIX anotados sintaticamente do *Corpus Tycho Brahe*.

2. ANÁLISE DOS DADOS

O *corpus* de português histórico analisado é composto por 68 textos, dos quais 16 já foram anotados sintaticamente, num total de 671.694 palavras. A busca pelas ocorrências de PP-ACC foi feita nesse recorte do corpus, configurando um total de 39.761 sentenças distribuídas da seguinte forma: 8.930, séc. XVI; 8.948, séc. XVII; 10.967, séc. XVIII; e 10.916, séc. XIX.

Os resultados dessa verificação encontram-se no Gráfico 1 a seguir:

3 <http://www.tycho.iel.unicamp.br/>

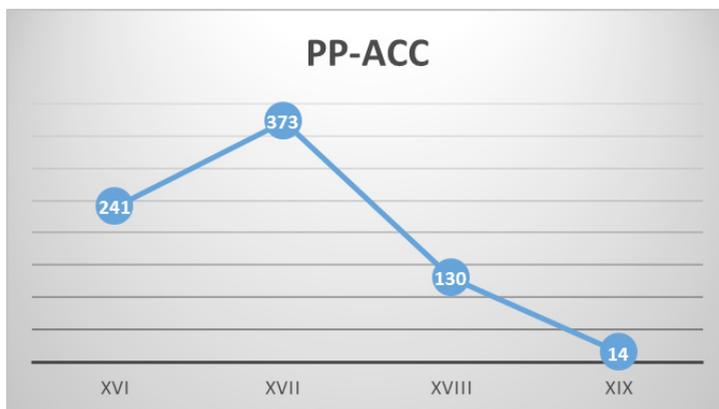


Gráfico 1. Resultado geral PP-ACC

Como podemos averiguar no gráfico acima, foram encontrados 758 casos de PP-ACC nos textos estudados, com um aumento das ocorrências no século XVII, porém já com significativa no século seguinte.

Com o intuito de compreender esse fenômeno pelo ponto de vista da estrutura argumental do evento expresso pelas sentenças, optei por analisar essas ocorrências de PP-ACC de acordo com o verbo de cada estrutura. Minha hipótese inicial era encontrar muitos dados com verbos psicológicos, uma vez que, como exemplificado em (1g), os argumentos que seguem estes verbos ainda são introduzidos por *a* em PE, apesar de terem perdido esta marca em PB (2g). Veremos no decorrer deste artigo que essa hipótese se sustentou.

Dessa forma, foi necessário estudar cada uma dessas sentenças e fazer uma classificação dos verbos encontrados. Para tanto, baseei-me em trabalhos sobre o espanhol e o catalão (cf. Pineda, 2017) e de viés semântico sobre o português (cf. Cançado, 2013). Após a análise, além dos verbos psicológicos, foram encontrados 11 grupos verbais.

Apresento a seguir, um exemplo de cada um desses conjuntos, retirados dos dados coletados referentes ao século XVII, pois não há incidência de todos os tipos de verbos nos outros séculos.

Verbos de contato

(3) Para tirar toda a duvida, oiçamos **ao mesmo Christo** em caso muito mais apertado, e que a podia fazer maior. (V_004,70.149)⁴

Verbos dicendi

(4) Vendo a Noviça que este naõ queria contribuir para os gastos da profiçsão

4- V_004: texto (neste caso, são os Sermões do Padre Vieira); 70: número da página no original; 149: número da linha. Todos os textos estão disponíveis no site do *Projeto Tycho Brahe*.

por escuzá la; mandou chamar a **Dom Duarte de Castello Branco** seu cunhado, marido de sua segunda irmã Dona Luiza de Mendoça, que morreo a poucos annos decazada sem deixar successão.

(C_002,139.107)

Verbos psicológicos

(5) Ha subgeytos que logo em pizando a terra enamoraõ ao Ceo.

(C_002,173.528)

Verbos relacionados a lugar

(6) (...) as palauras medidas pella importancia; a vista, sem entender se mais que ao precizo; a communicaçãõ com Deos; o retiro de toda a creatura, exceptoalguma doente, **a quem** visitaua precizada da charidade com as mãos e olhos prezos, a occupaçaõ que para isso leuaua, sem distrahisso a palaura a que não obrigasse a occaziaõ, fora desta nenhuma hauia;

(C_002,165.427)

Verbos relacionados à quantidade

(7) Resta nos o que **a tudo** excede a notícia das gentes, que habitam uma, e outra margem; os braços, e Ilhas, que dentro de suas águas cinge este gigante dos rio (B_001_PSD,88.700)

Verbos de transferência

(8) A dar lhe o parabéns de ter empunhado o Cetro, e a trazer a notícia, de que já todo o Brasil ficava rendido aa sua obediência, mandou Dom Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, e Vice-Rei daquele Estado, **a seu filho Dom Fernando Mascarenhas** no ano de 1641. (B_001_PSD,19.162)

Verbos de transferência relacionada a valores

(9) Che a de jubilo a deixou o registro pellas antecedencias, prezumindo, e com rezaõ, dever aa intercessãõ da May todos os fauores com que a sublimaua o Filho. Que esta Praça Diuina assim como alumea aos peccadores, premeya aos **Justos**, **a huns** abrindo os olhos, **a outros** enchendo o coraçãõ.

(C_002,205.928)

Verbos de transferência reversa

(10) O Padre ANTÓNIO VIEIRA com excessivas expressões recebeu nos braços **aos dois Padres**, como a irmãos, como a filhos, e como a heróicos companheiros desua glória.

(B_001_PSD,193.1528)

Verbos de transferência de conhecimento

(11) Com estes foi um Índio Cristão antigo, **a quem** instruíram os Padres, e adestraram na forma do Baptismo, para que nos casos precisos os instruisse, e baptizasse; não perdendo occasião a vigilância, e zelo do Padre ANTÓNIO VIEIRA de lucrar almas, sempre Antagonista forte do inimigo delas.

(B_001_PSD,196.1545)

Verbos de interação social

(12) Teue grandissimos dezejos da solidaõ, e de imitar nella **aos antigos Annacoretas**;

(C_002,206.949)

Outros tipos de verbos

(13) Chea de jubilo a deixou o registro pellas antecedencias, prezumindo, e comrezaõ, dever aa intercessão da May todos os fauores com que a sublimauao Filho. Que esta Praça Diuina assim como alumea aos peccadores, premeya aos Justos, a huns abrindo os olhos, a outros enchendo o coraçãõ.

(C_002,205.928)

Ao analisar os resultados gerais por tipos de verbos, percebeu-se que os contextos que parecem privilegiar a ocorrência de PP-ACC são realmente os verbos psicológicos, além dos verbos de interação social, como é possível verificar na Tabela 1:

	Verbos Psicológicos	Interação Social	Outros contextos
<i>Século VI</i>	37,9%	25,5%	36,6%
<i>Século VII</i>	33,7%	17,1%	49,2%
<i>Século III</i>	42,8%	23,3%	33,9%
<i>Século IX</i>	21,4%	28,5%	50,1%

Tabela 1. PP-ACC com verbos psicológicos e de interação social

Esses resultados nos levam a crer que, de fato, o verbo poderia afetar a marcação do objeto. Contudo, para confirmar essa suposição e compreender em quais contextos o PP-ACC parou de ocorrer em português, devido a queda que se verificou nos dados do século XVIII, considere que seria necessário fazer uma busca por objetos sem marcação (NP-ACC) com os mesmos verbos ora acompanhados de PP-ACCs. Dessa forma, após uma nova rodada de dados, obtive os seguintes resultados gerais:

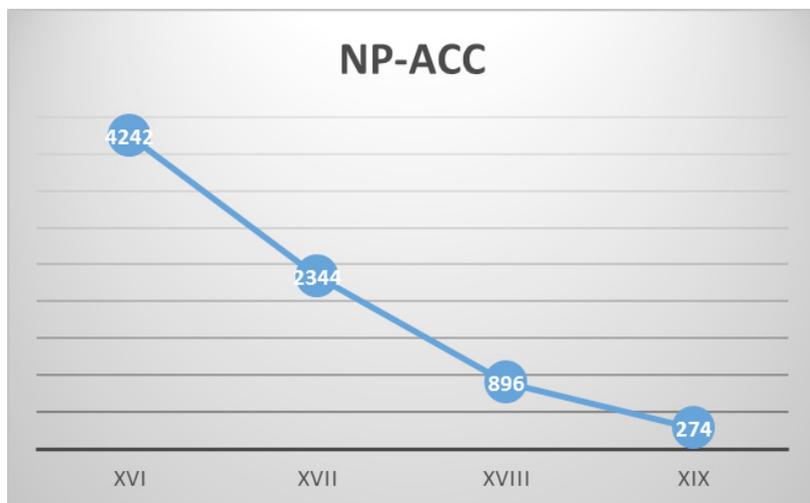


Gráfico 2. Resultado geral NP-ACC por tipo de verbo

Primeiramente, o fato que mais nos chama atenção é a grande quantidade de dados encontrados com NP-ACC, totalizando 7.756 em comparação ao total de 758 de PP-ACC. A esse respeito, apresento abaixo uma tabela comparativa por séculos, entre os dados com NP-ACC e PP-ACC. Ao lado dos dados em números absolutos, está a porcentagem em relação ao valor total de dados:

	PP-ACC		NP-ACC		Total
<i>Século XVI</i>	241	2,7%	4242	47,5%	8930 (100%)
<i>Século XVII</i>	373	4,2%	2344	26,2%	8948 (100%)
<i>Século XVIII</i>	130	1,2%	896	8,2%	10967 (100%)
<i>Século XIX</i>	14	0,1%	274	2,5%	10916 (100%)

Tabela 2. Comparação de resultados de PP-ACC e NP-ACC

Com base na Tabela 2, percebe-se que, na verdade, a quantidade de objetos introduzidos por *a* (PP-ACCs) é muito pequena em relação ao cômputo geral. Segundo Ramos (1992), Gibrail (2003), Döhla (2014) entre outros, o português sofreu grande influência do espanhol no século XVII. Esta constatação parece ser confirmada pelo Gráfico 1, em que a ocorrência do acusativo preposicionado tem seu auge no século XVII, tendo uma queda significativa no século XVIII – período em que o português inicia a construção

de uma identidade própria – seguida praticamente do desaparecimento desse fenômeno no século XIX, em que apenas 14 dados foram encontrados.

Dessa forma, é possível questionar se essa marcação do objeto em português pode ser relacionada à marca diferencial do objeto (DOM), fenômeno ainda muito produtivo em espanhol moderno, entre outras línguas (cf. López, 2012; Barany, 2015). Diferentemente do viés pelo qual iniciei esta análise, isto é, considerando as mudanças na expressão dos objetos indiretos em português a partir dos contextos verbais apresentados em (1) e (2), os estudos sobre DOM, a relacionam às características do objeto marcado, não do verbo que este acompanha. De acordo com López (2012), por exemplo, nas sentenças em espanhol que apresentam DOM, a preposição *a* precedendo um argumento indefinido, faz com que a leitura desse termo se torne específica, como podemos verificar nos exemplos abaixo:

(14) Juan no amó a **una mujer.**

(15) Juan no amó **una mujer.**

(López, 2012:13)

Segundo o autor, em (14) Juan amou uma mulher específica, ou seja, ele sabe a quem se refere. Já em (15), ele amou qualquer mulher, ou várias mulheres. Através desses exemplos, fica claro que a DOM em espanhol moderno tem caráter distintivo entre as sentenças em que aparece ou não; e esta distinção está relacionada à interpretação do objeto. Além disso, outra característica dos objetos com marcação diferencial é serem [+ animados] (cf. Fábregas, 2013). Ou seja, mais uma vez, o fenômeno é analisado sob o viés do complemento da preposição, não do verbo que o seleciona.

Diferentemente dos casos de DOM encontrados em espanhol, os dados encontrados em português parecem ser apenas exemplos de um recurso estilístico utilizado por alguns autores, em um período em que o espanhol era considerado um idioma de prestígio (séc. XVII), uma vez que a quantidade de dados encontrados é baixa em relação ao total de casos analisados, mesmo no século XVII no qual a quantidade é mais expressiva em relação aos outros períodos. Logo, é possível considerar que esta era uma forma de utilizar recursos em português que se assemelhassem ao espanhol. Segundo Döhla (2014), a partir do século XVIII, os falantes do português estavam em busca de uma identidade própria e, assim, esta marcação começou a desaparecer – fato confirmado pelos nossos dados. Segundo o autor, a suposta DOM do português desapareceu primeiro com nomes próprios e comuns e, em seguida, com pronomes pessoais, em razão de características próprias dos pronomes

peçoais do português. Mais uma vez, a análise é feita a partir de características do objeto, não do verbo.

Considerando os resultados obtidos neste estudo, concluo que a ocorrência dos PP-ACCs em português configurou-se em um fenômeno marginal utilizado como recurso estilístico por alguns autores da época. Porém, essas constatações não explicam a manutenção da utilização da preposição *a* introdutora de AIs em PE moderno em sentenças com verbos psicológicos. Trataremos desse caso na próxima seção deste artigo.

3. O CASO DOS VERBOS PSICOLÓGICOS

Tendo em vista que os objetos com verbos psicológicos ainda são introduzidos por *a* em PE, parece que há algo na estrutura argumental dos mesmos que condicionaria essa marca. Portanto, foi importante também verificar especificamente se estes verbos ocorrem na história do português sem marcação (NP-ACC). Desse modo, para analisar com mais detalhe o fenômeno, façamos uma comparação entre os dados com PP-ACC e NP-ACC no conjunto de verbos em questão:

	PP-ACC	NP-ACC
<i>Século XVI</i>	37,9%	25,6%
<i>Século XVII</i>	33,7%	29,1%
<i>Século XVIII</i>	42,8%	∅
<i>Século XIX</i>	21,4%	2,2%

Tabela 3. PP-ACC e NP-ACC com verbos psicológicos

Analisando a Tabela 3, os séculos XVIII e XIX são os que mais chamam a atenção. Percebe-se que no contexto dos verbos psicológicos, houve um aumento na utilização de objetos marcados, concomitante ao desaparecimento de NP-ACCs no XVIII. Por outro lado, nos outros contextos, como verificamos no Gráfico1, houve uma queda de PP-ACC no XVIII. Logo, verifica-se que a partir do XVIII, os verbos psicológicos passam a ser majoritariamente acompanhados por PP-ACC.

Essas constatações nos trazem outros questionamentos sobre a introdução dos argumentos indiretos na história do português. O primeiro ponto é que a marcação de Caso nos contextos com verbos psicológicos parece ter sofrido um processo único na história do português. A respeito da falta de marcação nesses contextos em PB (cf. ex.2g), uma das hipóteses defendidas por Cyrino (2017) está relacionada ao fato da marcação de objeto ter se perdido

em PB em razão de uma evolução interna da língua, fato que condiz com outras perdas verificadas nesta variante, no que concerne marcação de caso.

É notório que o sistema pronominal do PB vem passando por diversas mudanças desde o século XVIII. A primeira foi a queda no uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa *o/a(s)* e suas variantes, ao serem substituídos por outras estratégias, tais como o objeto nulo, ou o uso dos pronomes fortes *ele/ela(s)* (Kato et al., 2009). A segunda, foi a perda do clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)*, como já mencionado neste artigo. Soma-se à perda dos clíticos acusativos e do dativo de terceira pessoa, está a queda no uso do clítico polifuncional *se*, pois alguns dos contextos em que o mesmo é utilizado estão sujeitos à variação dialetal em PB (cf. Galves 2001). É interessante notar que os três tipos de clíticos de terceira pessoa do PB (acusativo, dativo e o polifuncional *se*) estão em processo de variação e mudança (cf. Carvalho & Calindro, 2017), ou seja, a atribuição de caso morfológico em PB vem sofrendo diversas mudanças significativas atreladas a mudanças na estrutura argumental desta variante, como os dados diacrônicos com verbos psicológicos nos mostram.

Mas, e o PE moderno? Nessa variante, parece não haver DOM nos moldes do espanhol, por exemplo. Porém, no caso dos verbos psicológicos, seu argumento é introduzido por *a* e alterna com clíticos dativos. Este argumento, portanto, passou de uma marcação acusativa em português histórico (cf.5) ao dativo em PE moderno, como constatado em (1g). Isso posto, o quadro histórico da marcação de caso na história do português parece ser mais complexo do que se supunha no início desta pesquisa. Diferentemente dos outros verbos, que não sustentaram a marcação, os predicados psicológicos, desenvolveram uma estrutura argumental em PE similar aos outros grupos verbais mencionados no início deste artigo e exemplificados em (1). Porém, ainda assim, essa estrutura em PE é distinta do PB tanto em relação à preposição que introduz seu AI quanto à sua expressão morfológica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentei o caminho de pesquisa que trilhei buscando a compreensão da variação e mudança quanto ao uso da preposição *a* em português histórico, a fim de relacioná-la com as questões que estão ligadas ao PE e PB, no que concerne a marcação de caso e a representação do dativo nessas variantes.

Essa busca me levou à constatação que os predicados psicológicos possuem peculiaridades interessantes quanto ao processo histórico em relação

à introdução do argumento que os acompanha, como explicitado nas seções anteriores.

Ademais, os dados encontrados nos trazem novos questionamentos em relação ao processo histórico pelo qual o português passou, nos deixando ainda com indagações para pesquisas futuras, a saber: i. qual a ocorrência dos clíticos nesses contextos para verificar se há alternância entre *lhe* e objeto marcado em português histórico?; ii. quais as diferenças entre 1a/2a pessoas e 3a pessoa em PB; iii. somente os AIs que acompanham os verbos psicológicos passaram pela mudança descrita neste trabalho?; por fim, iv. por que PE e PB desenvolveram uma marcação diferente nesses contextos? A pesquisa continua.

5. REFERÊNCIAS

BARANY, András. Differential object marking in Hungarian and the morphosyntax of case and agreement. Cambridge: University of Cambridge PhD dissertation, 2015.

BERLINCK, Rosane. “Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil”. In: II Encontro do CelSul. Anais, UFSC, Florianópolis, 1997.

CALINDRO, Ana. *Introduzindo Argumentos: uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP. Universidade de São Paulo, 2015a.

CALINDRO, Ana. “Um estudo sobre as preposições introdutoras de argumentos em português brasileiro”. In: Revista Linguística – Associação de Linguística e Filologia da America Latina (ALFAL), 2015b.

CARVALHO, Janayna & CALINDRO, Ana. “A unified account for the loss of third person clitics in Brazilian Portuguese”. In: *Pronomes, Morfossintaxe, Semântica e Processamento*. Ed. UFBA. 2017.

CANÇADO, Marcia. *Catálogo de verbos do português brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de predicados: volume 1*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CYRINO, Sônia. “Null objects in Brazilian Portuguese and DOM in Spanish: similarities and differences”. Apresentação no Anglia Ruskin & Cambridge University Romance Linguistics Seminars, Cambridge, 2017.

DÖHLA, Hans-Jörg. “Diachronic convergence and divergence in differential object marking between Spanish and Portuguese”. In: BRAUNMÜLLER, K.; HÖDER, S.; KÜHL, K. *Stability and Divergence in Language Contact: Factors and Mechanisms*. Amsterdã: John Benjamins, 2014, p. 265-289.

FÁBREGAS, Antonio. Differential Object Marking in Spanish: state of

the art. *Borealis – An International Journal Of Hispanic Linguistics*, v. 2, n. 218. UiT, 2013.

GALVES, Charlotte. “A sintaxe do português brasileiro”. *Ensaios de Linguística* 13, 1987.

GALVES, Charlotte. *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, Charlotte; ANDRADE, Aroldo & FARIA, Pablo. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. URL: www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip, 2017.

GIBRAIL, Alba. *O acusativo preposicionado do português clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2003.

GOMES, Cristina. “Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro”. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M.E.L. (orgs) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editorial, 2003.

KATO, Mary ; CYRINO, Sônia & CORRÊA, Vilma. Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. In: PIRES, A. & ROTHMAN, J. (eds.) *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*. Berlin, New York. Mouton de Gruyter, 2009, p. 245–272.

LÓPEZ, Luiz. *Indefinite objects: Scrambling, choice functions, and differential marking*. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

MORAIS, Maria Aparecida Torres.; BERLINCK, Rosane. “Em busca do português paulista”. In: MORAIS, M. A. T.; ANDRADE, M. L. *História do Português Paulista* 1. Ed. Campinas: IEL/UNICAMP / FAPESP. V.2, 2009, p.217-248.

PINEDA, Anna. From dative to accusative: an ongoing syntactic change in Romance. Apresentação no Anglia Ruskin & Cambridge University Romance Linguistics Seminars, Cambridge, 2017.

RAMOS, Jânia. *Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português do Brasil: uma abordagem gerativista e variacionista*. Tese de Doutorado. Unicamp, Campinas, 1992.

SILVEIRA, Gilson. *A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis*. Trabalho apresentado para exame de qualificação em Sociolinguística, curso de Doutorado em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

BORGES, MACHADO, MARADONA E PELÉ SÓ NÃO É NOSSO O QUE AINDA NÃO ACONTECEU

DEONÍSIO DA SILVA^o(ABRAFIL)

Os judeus têm a palavra haftará (permissão ou despedida) para designar trechos proféticos lidos nas sinagogas depois da Torá nas manhãs de sábado, do Hebraico xabbat, descanso, cujo étimo está em sábado, que, ao lado de domingo, compõe a dupla que não sucumbiu ao “feira” de todos os outros dias.

A Lua, Marte, Júpiter, Mercúrio e Vênus foram substituídos por feria secunda, feria tertia etc., o que viria a dar no Português segunda-feira, terça-feira etc. A mudança começou no século VI, na Galícia e em Portugal.

O primeiro registro de segunda-feira é a lápide de uma ermida trazida para a igreja de São Vicente, em Braga, cuja inscrição informa ter a defunta morrido a 1.º de maio de 618, “dia de segunda-feira, em paz, amen”.

Abro esta conversa de sábado à la haftará porque um dos quatro personagens deste artigo fazia constantes referências à herança judaica do Ocidente, cuja evidência maior é best seller número um do mundo, a Bíblia.

Num texto muito curioso de Otras Inquisiones, intitulado De alguien a nadie, Borges diz que o sujeito da primeira frase do Gênesis é o plural Eloim (Deuses), ainda que o verbo esteja no singular: “No princípio criou Deus os céus e a terra”. Leiam-se “Deuses”, pois foi Eloim o Criador.

Muito antes de Borges, o herege luso-brasileiro Pedro de Rates Henequim destacou que o Gênesis é claro com este plural: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança”. Se é fazamos, disse ele, é mais do que um.

Interrogado por diversos inquisidores, disse que as pessoas divinas eram sete, o Paraíso ficava no Brasil, o fruto do pecado original tinha sido a banana, e o idioma do Céu era a língua portuguesa. Foi executado em 1744, aos 64 anos.

Dá-se algo semelhante com as heresias ao redor de Jorge Luís Borges, Joaquim Maria Machado de Assis, Diego Armando Maradona e Edson Arantes do Nascimento, deuses nos respectivos ofícios e se tornaram incomparáveis (mas há outros nas respectivas listas).

Não se discute qual dos deuses é mais importante, se Eloim, Jeová,

Adonai, a Trindade, o Pai, o Filho ou o Espírito Santo. Mas dá-se o contrário no futebol e na literatura.

Nestas considerações, talvez o primeiro erro de nosso tempo seja a velocidade. E o segundo a falta de silêncio. Coisas da modernidade líquida de que falava o filósofo e sociólogo judeu-polonês Zygmunt Baugman, falecido no ano passado, aos 91 anos.

Antes dele, o nosso Machado de Assis trabalhou com o mesmo conceito ainda no século XIX. E antes de nosso maior escritor, o Eclesiastes, escrito no século X a.C., diz: “O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo sob o sol”.

Nós recortamos as coisas para melhor entendê-las. No caso de Diego Maradona e de Pelé sempre haverá dúvidas se eles foram de fato os melhores de sua época. Vejamos alguém melhor do que eles nos três minutos que mudaram o futebol, em 15.06.1958, na Suécia:

<https://www.youtube.com/watch?v=ojLKzLuvni8>

Nestas cenas, onde despontam outros deuses tão grandes como Garrincha, Didi e Vavá, o fabuloso goleiro da então URSS, Yashin, o Aranha Negra, grita desesperado para os marcadores de Garrincha “não, assim; não, assim”.

Um ano antes, no México, nasceu o costume da torcida gritar olé, como nas touradas, a cada vez que Mané Garrincha passava por seu marcador.

Todavia há bons motivos para quem insistem em Pelé como único rei do futebol. Em <https://www.youtube.com/watch?v=sRBFzoZLGZ8> estão os gols que ele não fez, ainda que até seus erros milimétricos sejam apreciados pela beleza com que ele tentou fazê-los:

<https://www.youtube.com/watch?v=sRBFzoZLGZ8>

Também Maradona mostrou todos os motivos pelos quais poderia ser igual ou superior a Pelé. Vejamos dez destes motivos

[emhttps://www.youtube.com/watch?v=uSpX2DEvSo4](https://www.youtube.com/watch?v=uSpX2DEvSo4)

O melhor árbitro, e talvez o único, seja o leitor. Veja amostras de como escrevem Borges e Machado sobre temas semelhantes.

“Uma comunidad de musulmanes fue instigada por los demonios a reconocer a Mahoma como Dios. Para aplacar el disturbio, Mahoma fue traído a los infiernos e lo exhibieron. En esta ocasión yo lo vi. Se parecía a los spíritus corpóreos que no tienen percepción interior, y su cara era muy oscura”. (Borges, El doble de Mahoma).

“Conta um velho manuscrito beneditino que o Diabo, em certo dia, teve a ideia de fundar uma igreja. Embora os seus lucros fossem contínuos e grandes, sentia-se humilhado com o papel avulso que exercia desde séculos,

sem organização, sem regras, sem cânones, sem ritual, sem nada. Vivia, por assim dizer, dos remanescentes divinos, dos descuidos e obséquios humanos.” (Machado de Assis, A Igreja do Diabo).

Como se vê, sempre houve muitos deuses, ontem como hoje, que, a seu modo deixaram suas marcas no tempo deles, que é também o nosso, pois já aconteceu. Só não é nosso o que ainda não aconteceu. Mas será. Será? (xx)

° escritor e professor, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia, é Diretor do Instituto da Palavra da Universidade Estácio de Sá, no Rio. <http://portal.estacio.br/instituto-da-palavra>

DOIS ESTUDOS PRÁTICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

FRANCISCO DA SILVA E CUNHA FILHO (ABRAFIL E UFRJ)

*Abstract: This paper analyses two functional studies of Portuguese Language, respectively, *Aprenda a falar e a escrever corretamente*, by Luiz A. P. Victoria, and *O poder das palavras*, by Walmírio de Macedo, i.e., grammar studies intended to teach a language for practical purposes, with a method quite different from the ones used in writing scholarly advanced grammars which are mostly read by specialists and not perused by the common reader who only wants to learn the basics of his own language and so is not interested in going deep into the realms of intricate grammars couched in a difficult exposition out of the average reader's reach. This kind of studies in Brazil may be roughly traced back to 1960s, 1970s and 1980s with books that were chiefly published by *Edições de Ouro* and a couple of other Brazilian publishing companies. Moreover, these works (generally thin books) have some traits similar to the approach used by the so-called self-taught grammars and practical studies, mainly in the United States.*

RESUMO:

*Este ensaio analisa dois estudos de Língua Portuguesa, i.e., estudos gramaticais destinados ao ensino de uma língua com finalidades práticas e com método bem diverso daqueles usados nas gramáticas avançadas e acadêmicas, as quais são, na sua maioria, lidas por especialistas e não compulsadas pelo leitor comum que apenas deseja aprender os fundamentos básicos de sua língua materna e, por isso mesmo não se interessam por aprofundar-se nos domínios intrincados de gramáticas vazadas numa exposição difícil fora do alcance desse leitor comum. Este tipo de estudos aproximadamente remonta às décadas de 1960, 1970 e 1980 com obras que foram na sua grande parte publicadas pelas *Edições de Ouro* e por algumas outras editoras nacionais. A par disso, essas obras (geralmente livros breves) têm características similares às chamadas gramáticas ou estudos autodidáticos, sobretudo de origem*

norte-americana.

Se o propósito do gramático tem como núcleo desse pequeno livro demonstrar até que ponto o domínio de vocábulos e seus significados será útil e proveitoso ao leitor desejoso de aperfeiçoar sua habilidade escrita e oral da Língua Portuguesa enriquecendo seu vocabulário e aprendendo na leitura dessa obra a segura orientação a fim de conseguir seu intento, alguém, todavia, poderia argumentar que se não seria melhor e mais rápido consultar s grandes e mais conceituados dicionários de que dispomos em Língua Portuguesa, lendo, com critério e meticulosidade, cada verbete e abonações várias, cujas acepções não conhecemos bem. Não, exatamente, dado que, no estudo de *O poder das palavras*, o autor adentra aspectos dos vocábulos tendo em vista o seu contexto linguístico, a variação estilística e sua seleção semântica qualitativa e quantitativa dentro dos limites traçados pelo recorte específico de suas pesquisas.

Ora, não é aleatória essa escolha do vocabulário examinado e ilustrado em exemplos e em testes objetivos (no livro são 16 testes bem elaborados seguidos de uma chave de exercícios) a fim de que o leitor se beneficie e possa ter segurança de que assimilou bem as lições desenvolvidas no livro. A seleção do vocabulário analisado pelo autor tem sempre em vista a sua pertinência no uso da língua escrita e oral e a sua praticidade em benefício do usuário de amplo espectro. Vejamos, a seguir e em resumo, como o autor trata cada um dos itens dos capítulos acima-elencados.

O símbolo linguístico.

Para os estudantes dos antigos ginásio, científico, clássico e técnico, que pertenceram à minha geração, no final das décadas de 1950 e inícios de 1960, pelo menos, nos conteúdos dos livros didáticos oficiais, o conceito de símbolo linguístico (ou signo linguístico) era para nós desconhecido.

O autor deste ensaio só foi estudar esse conceito nos estudos do eminente Matoso Câmara, de quem foi aluno, no início da segunda metade dos anos 1960, através da leitura, para a época, obrigatória e, hoje, um clássico no gênero, de *Princípios de linguística geral*,¹ obra, de resto, difícil a muitos estudantes da minha geração, alguns dos quais não gostavam do estilo “barroco” (segundo opinião bastante subjetiva e algo ingênua de algumas colegas da graduação de Letras) do famoso linguista brasileiro.

Walmírio de Macedo, no início do capítulo de sua pequena obra, informa

1- MATTOSO CAMARA JR, Joaquim. *Princípios de linguística eral*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.

e ensina, sempre com a simplicidade e clareza de exposição, o que seja o símbolo linguístico, os dois elementos que o constituem - , o *significante* e o *significado* -, a arbitrariedade do signo linguístico, o conceito de *palavra*, resultante da “associação” de vocábulo com a ideia. O autor refere que, ao contrário da *palavra*, sempre um símbolo, vocábulo há que não são arbitrários, i.e., aqueles que definimos como as *onomatopeias*, cujos sons lembram logo o que representam. Dá como exemplos os vocábulos “au-au,” “fon-fon,” os quais de imediato sugerem o que simbolizam o cão e o automóvel.²

Voltando ao conceito de palavra, Walmírio de Macedo recorda que a palavra é forma e ideia, sendo a forma o “conjunto fonético” e a ideia, o “conteúdo psíquico”³ Prosseguindo em sua exposição, o estudioso chama a atenção para o fato de que, na comunicação, a palavra sozinha não se realiza como mensagem, porquanto só na frase ela adquire valor comunicativo, de enunciado e de “simbolismo linguístico.”⁴ Fora da frase, segundo ele, a palavra é mera “abstração.” Argumenta que, no dicionário, a palavra pode, em alguns casos, ser até “perigosa,” dado que, no verbete, ela oferece muitos sentidos, os quais só podem ser particularizados quando no “conjunto fraseológico.” Ele ilustra, com exemplo, a palavra “cabeça,” contextualizada em frases extraídas da conhecida obra *Estilística da língua portuguesa*, de Rodrigues Lapa.⁵

Adverte o autor que o emprego correto de uma vocábulo merece todo o *cuidado* do usuário da Língua Portuguesa. Por último, faz referência a escritores (poetas, oradores) que se comprazem no uso do que se chama “harmonia imitativa,” recurso fonético-semântico a fim de estabelecer nexos de sentido graças ao emprego de vocábulos nos quais os fonemas iniciais de cada um, numa espécie de quebra da arbitrariedade linguística, provocam, no conjunto do enunciado, uma ideia pretendida por um autor. Como exemplo, recorre àquela conhecida frase: “O rato roeu o rol da roupa do rei de Roma.” Ou, nas palavras do gramático, filólogo e linguista: [com sua sequência de **erres** procura dar ideia do ruído provocado pelo rato quando rói.] (negrito do autor).⁶

2- Op. cit., p. 15.

3- Idem, ibidem

4- Idem, ibidem.

5- Idem, ibidem. Cf. LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 6. ed., Corrigida e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970, p. 16, na edição que consultei. Dada a natureza prática de O poder das palavras, o autor não remete o leitor à fonte da obra citada com os devidos dados de imprensa.

6- Idem, ibidem, p. 15.

Alteração de significados em consequência de fatores tais como ‘Associações de Ideias.’

No capítulo V, Walmírio de Macedo enfoca a questão da mudança do significado de um vocábulo quando seu emprego resulta de uma associação de ideias. Para ele, ao alterar um significado, uma palavra pode resultar numa metáfora, definida por ele como “a alteração de sentido de uma palavra sem que se lhe seja alterada a forma.”

Adianta que, na criação da metáfora, o processo de alteração semântica ocorre por analogia e “contiguidade”. Justifica seu argumento com a frase proferida pelo homem ao dirigir-se galantemente a um mulher: “É uma flor.” Por associar traços da flor, como beleza, delicadeza, perfume ou levado por uma afetividade votada à flor e a uma mulher que lhe despertou uma admiração, surgiu aquela metáfora. Reforça que entre a flor e a mulher não existe uma “semelhança entre a cor, a forma e a estrutura.” A semelhança está assente na “ideia” veiculada pela flor e pela mulher.

A analogia se efetiva também no campo afetivo ou disfêmico utilizado por um emissor, o que o leva reconhecer dois tipos de metáforas: a fundamentada na “semelhança” e a “estritamente afetiva.” Como ilustração da primeira, cita os “apelidos,” nas expressões vocabulares seguintes: “Girafa”, para designar um pessoa muito alta; “Cara de Lua Cheia”, pela semelhança da forma física do rosto de alguém com o satélite da Terra; “Onça” para significar uma “mulher valentona”; “Víbora” em decorrência de uma mulher ser “linguareta” e em virtude do sentido comum do veneno da cobra e o da “língua da mulher.”

O professor Walmírio de Macedo ainda refere a metáforas empregadas com apoio em adjetivos. É o caso do sintagma “música saborosa.” Tem-se aqui, segundo ele elucida, um determinante com “sentido inaplicável,” de vez que “saborosa” não poderia ser utilizado, a fim de qualificar “música.” Esse emprego só cabe mesmo como expressão sinestésica (de largo uso no estilo literário do movimento simbolista) ou como ele pondera, como “transposição de sentido.”⁷

O autor menciona mais dois exemplos nos quais o adjetivo transmite acepções diferentes: “conta **salgada**” e comédia **salgada**” (negritos do autor).

O filólogo tece, em seguida, considerações em torno de outro “fator” de alteração de sentido: a afetividade. Daí surgir uma quantidade de expressões

7- Idem, ibidem, p. 34.

nascida do impulso afetivo, tais como vistas nos exemplos seguintes: “meu chuchu”, “minha joia”, “meu torrão de açúcar”, “meu tesouro,” “meu anjo”, “minha flor,” entre outras.

Para Walmírio de Macedo a metáfora é um “fator” na língua “necessário e indispensável.” Aduz ainda que a metáfora não deve ser entendida como um “desvio” de “uso idiomático normal,” porém como um fato da língua que deve merecer toda atenção pela importância que assume no campo da expressividade.

O autor conclui o capítulo ensinando que, certas metáforas, por serem tão usadas, perdem a antiga característica de metáforas. A elas o autor chama de “metáforas **mortas** ou **gastas**” (negritos do autor). Dá como exemplo desse tipo de metáfora os seguintes: “pé do monte,” “barriga da perna,” “braço da cadeira.” O abuso de metáforas, segundo o autor, provoca o surgimento de gírias, as quais são provêm de uma “associação de ideias”, à semelhança das metáforas.

O vocabulário e as classes sociais: gírias

Neste capítulo, o filólogo discute a questão da gíria na Língua Portuguesa. De início, se observa claramente uma posição crítica e até dogmática do autor no que concerne ao uso da gíria. Não nega o fenômeno da gíria, mas taxativamente não o aceita, pelo menos ao tempo em que escreveu a obra em tela – princípios dos anos 1960, consoante se pode depreender da citação seguinte, logo na introdução do capítulo VI: “É preciso que nos policiemos a todo instante para não dizermos gírias.”⁸

Quer dizer, sua posição de gramático, posto que reconheça a realidade linguística da gíria, tende a ser bem conservadora no campo da política do idioma. Mostra-se um vigilante, um defensor da pureza do vernáculo e, assim, se mantém até ao final do capítulo.

Nesta posição defensiva é evidente e incisivo o tom edificante com que se posiciona no tocante ao ensino da língua portuguesa, seja na oralidade, seja na escrita. Não obstante, por se tratar de um estudioso da linguística, ele divisa seis traços distintivos no emprego da gíria, os quais, a meu ver, constituem o fundamento de sua reflexão sobre o vocabulário e a gíria:⁹

- 1) Ausência de significação própria;
- 2) Significação conforme a situação;

8- Idem ibidem, p. 37.

9- Idem, ibidem, p. 37-38.

- 3) Malícia;
- 4) Associação de ideias;
- 5) Sentido de classe
- 6) Transitoriedade.

Os traços enumerados acima falam por si mesmos. O filólogo reconhece a realidade linguística da gíria, mas nelas não vê nenhuma “significação própria”, acrescentando que a significação só se potencializa quando numa determinada situação aliada à “malícia do sujeito falante.” Esse aspecto psicológico é que o leva a afirmar ser a gíria inadequada às pessoas de “bom-tom.” Ora, ao longo do capítulo, assume uma atitude de fundo estético-moralista em relação ao emprego das gírias.

Ele lembra, com primeiro exemplo de uma palavra da gíria o verbo “sassaricar” surgido no Rio de Janeiro, dando-lhe os sentidos que o mesmo exprimia desde o seu surgimento: ‘namoriscar’, amolar a paciência alheia, fazer que quer e não querer uma coisa, estar vagabundando, não cumprir com suas obrigações, entre outros, Acresce ainda que, por ser um vocábulo da gíria, ele serviria para expressar “qualquer coisa que se quisesse”.

Chama atenção para outro exemplo gírico da época da escrita de *O poder das palavras*: “Naquela base.” Logo argumenta que essa locução não expressa nenhuma “lógica.” Argui que a locução terá o sentido ditado pela malícia do falante. Em outras palavras, o filólogo confirma a sua desaprovação do emprego de gíria.

Observa que a gíria, criada por alguém resulta de uma “associação de ideias” “por semelhança ou algum ponto de contato.”

O ilustre gramático, na sequência de aspectos discutidos e ilustrados sobre as gírias, lembra um outro tipo desse uso de vocabulário, ou seja, a gíria dos malandros, a qual para o autor tem pontos comuns às gírias em geral.

Chega mesmo a denominá-la de “língua especial.” Aduz, ademais, que, em alguns casos, para entender a gíria dos meliantes, faz-se necessário recorrer ao concurso de policiais com experiência em lidar com a fala de “malfeitores. Para exemplificar, relata que o famoso “facínora” Cabeleira, ao depor para a autoridade policial, falava de modo “incompreensível, sendo então necessário a ajuda de “uma comissão de policiais” para traduzir o que criminoso dizia.

Ao referir-se às gírias resultantes de uma associação de ideias. O gramático cita alguns exemplos, como, entre outros, a expressão otário de braço”, usado parasse referir ao “relógio”, um objeto que “trabalha de graça,” ou por uma outra palavra, “bobo,” por razões similares. Por tais motivos é

que a gíria define, segundo o autor, o indivíduo quanto a seu estrato social. Um outro aspecto para o qual o autor chama a atenção do leitor é que as gírias têm pouca duração. Muito poucas palavras ou expressões gíricas desaparecem, não “vingam” e isso para ele é um motivo de alegria, de vez que, segundo já afirmei, para ele a gíria só “degrada” o falante que a use e o receptor que possa ouvi-la, retirando da comunicação oral ou escrita toda a “real e consistente beleza” da língua.”

O fato é que ao final do capítulo, tira algumas conclusões que, segundo ele, ajudariam os leitores que desejem aprimorar o seu desempenho do idioma nacional. Em resumo, seriam essas:

- a) Evitar as gírias;
- b) A gíria empobrece a língua;
- c) Estudantes do ensino médio devem igualmente evitá-las, pois, consoante o autor, nessa fase, tendem a ser atraídos pelas gírias.

No último parágrafo do capítulo, o ilustre professor faz referência a um dia em que, num ônibus, ouvira de dois colegas que, animados, falavam certamente sobre a estética do físico de uma jovem. Um deles dissera: ‘Ela não é bonita, mas é ‘enxuta’. O professor arremata: ”O que me consola é que dentro de seis meses já não se falará tal termo.”

¹⁰ **Nota**

Numa obra como a que estou comentando, é bem compreensível que o autor tome uma posição - diria -, não acadêmica nem erudita, mas sim norteado pelos propósitos que tinha em mira ao escrever *O poder das palavras*: uma obra didática e prática, sem muita profundidade, ressaltando, contudo, alguns aspectos dos estudos da língua que qualquer leitor comum teria curiosidade de ler e sobre eles ter uma noção geral dos mecanismos expressivos e estilísticos da língua portuguesa. Sendo assim, é compreensível que o filólogo pautasse sua posição sobre os temas abordados sob uma perspectiva conservadora.

Por outro lado, vejo que, a não dar relevância alguma ao estudo da gíria, ele almejasse apenas guiar o leitor não especializado e o jovem leitor secundarista para a uma consciência linguística voltada aos estudos da norma culta, da rigidez gramatical, internalizando nesses leitores o valor da correção gramatical, do uso do certo e do errado, tão hoje repudiado por alguns linguistas contemporâneos.

Entretanto, essa obra de Walmírio de Macedo marca uma fase do

10- Idem, *ibidem*, p. 40.

pensamento do estudioso sobre questões da língua. Seria preciso ler as obras de natureza acadêmica do autor para sabermos até aonde foi modificado ou não o seu pensamento acerca, por exemplo, do tema ventilado nesse capítulo. Entretanto, no *Dicionário de gramática*¹¹ escrito anos depois, ao definir o verbete gíria, o autor se mostra bem objetivo sem laivo algum de subjetividade subjetivo de cunho estético-moralista que revelara ao tempo da escrita de *O poder das palavras*, decerto por se tratar de uma obra de natureza acadêmico-científica, onde a objetividade se torna um imperativo do estudioso).

Eufemismo

Walmírio de Macedo, no capítulo VII, foca sua atenção para o uso do eufemismo. Para ele, empregar eufemismos é evidência de respeito não são aos usos socialmente adequados da língua, mas também demonstração de gentileza, polidez e respeito aos outros. Desta maneira, rejeita o uso de expressões disfêmicas, as quais abastardam quem as emprega e tem um efeito comunicativo quase tão nocivo quanto algumas gírias ou expressões de baixo calão. A importância do que se poderia chamar a estética da palavra, o uso de expressões que suavizam ou modalizam sentidos iguais que, de outra forma, mostrar-se-iam grosseiros ou “ásperos”(palavra do autor) na interlocução na sua modalidade oral ou escrita; Segundo ele, “E preciso saber usar expressões condignas, bonitas embora a verdade seja a mesma. Não chocam.”¹² Mais uma vez, tem-se a revelação da perspectiva do autor em assuntos de estudos linguísticos: o zelo pelas formas normativas, pela correção, pela estética comunicativa e assim se porta ao longo da exposição sobre aspectos vocabulares e frasais da Língua Portuguesa. Era, pois, um vernaculista, como ainda veremos no capítulo VII de seu pequeno livro ora analisado.

O gramático não perde azo para reiteradamente vincular os usos da língua com a psicologia humana voltada para comportamentos sociais sublinhados pela civilidade e respeito ao falar ou escrever. A linguagem, ensina ele, é a exteriorização de sua personalidade, meu leitor.” Acrescenta que há casos em que os psicólogos, examinando clientes, observam que muitos deles, pela linguagem, revelam sintomas de “anormalidades psíquicas.”

Vejam-se alguns exemplos que nos apresenta, a fim de ilustrar o seu pensamento sobre o eufemismo e seu oposto, o disfemismo:

11- MACEDO, Walmírio de. *Dicionário de gramática*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1979. Ver nessa obra p. 122.

12- *O poder das palavras*. Op. cit., p. 43.

Maria fechou os olhos no dia tal (eufemismo)

Maria morreu.(disfemismo)

Risoleta é uma senhora respeitável (eufemismo)

Risoleta é uma velha (disfemismo).

Uma gentil companhia (eufemismo): alusão a uma moça que acompanha um casal de namorados

Pegando vela (disfemismo)

Ninho de amor (eufemismo)

Casa de meretrício (disfemismo).

Finalmente, o professor Walmírio de Macedo chama ainda a atenção para outro aspecto da língua que deve ser evitado. Da mesma maneira que nos disfemismos, há indivíduos que se excedem ou exageram o sentido atribuído a certas palavras ou expressões. É o que se chama de **hipérboles**. (negrito do autor). Ele chega a considerar a hipóbole na linguagem comum um vício, que, segundo ele, pode até redundar em ridículo, quando não “deselegante.” E, para fundamentar sua posição, refere o caso de uma pessoa com nariz grande: Ele tem o nariz do ‘tamanho de um bonde.’ Ou essoutro de um pai elogiando a inteligência do filho: ‘Ele é um Rui, um verdadeiro Rui Barbosa.’ Para o eminente gramático, tais expressões não devem ser imitadas, são “antipáticas.” Naturalmente, aqui o autor não se refere ao uso literário de hipóboles que, tem uma função expressiva, na condição de figura do pensamento. Ou seja, pertence ao domínio da estilística.

A psicologia e o vocábulo

Para Walmírio de Macedo a língua não está dissociada da psicologia humana. O indivíduo sofre as influências do que o circunda nas situações sociais diversas com que se depara na vida. Para este gramático a lógica da língua é diversa da lógica da matemática. Recorrendo ao linguista George Galichet, pondera que a lógica da língua é **psico-lógica**.¹³ (negrito do autor).

Observa ainda que, ao falarmos, cada palavra sofre o efeito de uma “carga psicológica do sujeito falante.” Salienta que a língua não é somente o vocabulário, porém uma construção, sinalizadora de uma sensibilidade e afetividade, de uma emoção a todo instante, posto que, acrescento eu, seja comunicada de forma objetiva, num plano impessoal.

Segundo ele, o indivíduo quando afirma que “faz frio” ou
13- Idem, ibidem, p. 45.

“chove” não só vai apenas transmitir uma dada sensação de frio ou de condição meteorológica. Na sua gestualidade o fator psicológico acompanha a mensagem linguística pela “inflexão de voz,” a “expressão de prazer ou desprazer” além da manifestação ou não aliada à “ideias de **calor** ou **frio** ou de **chuva**.(negritos do autor).

Explica ao leitor o que seja “afetividade” na linguagem e a conceitua: “A afetividade é o sinal exterior do interesse pessoal que sentimos pela realidade.”¹⁴ Em seguida, lembra que há sufixos “afetivo-pejorativos” e dá como exemplo o vocábulo ‘gentinha,’ o que não significa neste caso ‘gente pequena,’ quer dizer, não se lhe está dando uma ideia de diminutivo apenas, porém de “gente má” e eu completaria: gente de condição social muito baixa, gente desprezível. Menciona ele outro exemplo semelhante com o vocábulo “gentalha,” com a acepção de gente de baixo estrato social, desprezível. Adiante, fornece outros exemplos com sufixos diferentes, explicando-lhes o significado:

‘Valentão’ – não é um ‘valente grande’, mas ‘um falso valente,’ um arruaceiro.

‘Barbudo’ – não é apenas ‘o que tem barba,’ porém o que tem uma barba feia, ou suja ou qualquer coisa de ruim.

Mais adiante, informa que o sufixo “asto,” ou “astro” denota “coisa ruim” além de significar aquilo que não é “castiço,” bom, legítimo”: Poetastro – um mau poeta; Medicastro – um mau médico. E assim nos exemplos:

Padrasto – mau pai; madrasta – mãe ruim; ‘mulheraça’ – “mulher masculinizada,” ao contrário, acrescento eu, de mulherão – uma mulher grande e de atraentes qualidades físicas

Walmírio de Macedo aproveita o tema em questão para narrar uma bem urdida e até cômica historietta por ele mesmo inventada de uma moça recém-casada, cujo relacionamento amoroso vai-se esboroando com o passar do tempo e à medida em que o marido vai dando sinais de modificação de comportamento não condizente com o da vida de um casal feliz.

Para ilustrar o efeito semântico que tem um vocábulo palavra, no caso, “palavra,” grafada primeiro no diminutivo, “palavrinhas,” em seguida, “palavras” e finalmente “palavrão.” Ou seja, a deterioração dramática da vida da esposa vai-lhe modificando o que pensa do marido e, nessa modificação, se pode ver como a língua também acompanha o estado psíquico de uma pessoa traduzido na modificação de sentido e da forma de uma vocábulo:

14- Idem, ibidem, p. 46.

“palavrinhas” > “palavras” > “palavrão.” A situação dessa historieta evidencia que ela tem um desfecho que se avizinha do trágico na trama e bem assim no seu desfecho metalinguístico.¹⁵

Mais adiante, o filólogo aponta o emprego da afetividade e seu efeito na concordância verbal. Para ilustrar recorre aos exemplos abaixo:

‘Como vamos de saúde’?, em vez de *Como vai de saúde?*
‘Com estamos de negócios, ó Antônio’?

Nos dois casos, explica o autor: “Quando indagamos de alguém a quem queremos bem como vai, como está etc., geralmente empregamos a 1ª pessoa do plural. É um sinal de afetividade.”¹⁶

O professor traz à baila mais um caso de afetividade, desta vez relativo à sintaxe de colocação e, por conseguinte, acarretando modificação semântica: Veja nos exemplos dados por ele:

Filho meu, onde andas?, Ó mãe minha, como choro a tua ausência!□

Rematando o capítulo, o autor anda inclui na afetividade linguística a figura do anacoluto, também denominada “frase quebrada.” Produto da afetividade, o emprego do anacoluto, a meu ver, é mais comum no discurso oral e, para Walmírio de Macedo, nele está embutido um “reflexo da afetividade, do sentimento de quem escreve ou fala.”¹⁷ A palavra na frase resulta solta, “sem lógica” e, assim mesmo, damos continuidade à construção fraseológica. O autor reconhece aí a interferência psicológica, afetiva, emotiva no discurso, provocando, assim, uma alteração da ordem (lógica) das palavras na frase. Refere a uma situação em que alguém, se lhe dirigindo, emite um julgamento moralmente desfavorável de outrem, por exemplo, Carlina.

O autor, diante da “decepção e “surpresa” com o mau comportamento ético de Carlina, preso pelo impulso afetivo, faz esta afirmação: “**Carlina**, nunca pensei que ela fosse desse tipo de gente.” (negrito do autor). No entanto, para o gramático, o emprego bem eficaz do anacoluto, “sem exagero,” propicia uma “elegância” na construção frasal.

Vocabulário que se deve evitar: estrangeirismos

15- Idem, ibidem, p. 46-47.

16- Idem, ibidem, p. 47.

17- Idem ibidem.

Sendo, conforme já acentuamos páginas atrás, um vernaculista, um cultor rigoroso da Língua Portuguesa, Walmírio de Macedo, no tocante a questão dos estrangeirismos, mais uma vez manifesta-se a favor de uma regra de ouro: usar sempre as palavras portuguesas e, só em alguns casos, específicos, utilizar-se de um vocábulo correspondente em língua estrangeira, coma condição, segundo ele, de que os estrangeirismos sejam adaptados à grafia portuguesa.

Neste caso, cita a palavra de origem inglesa futebol, que provém de “foot-ball” e que, para ele, é “insubstituível.” Embora em nossa língua se tenham criado vocábulos para denotar a mesma ideia, eles não “vingaram,” como são exemplos “balipodo e ludopédio. Com leve ironia, o filólogo faz a seguinte pergunta ao leitor: “Por acaso, meu gentil leitor, ouviu você alguém dizer: Vou ao balípodo no Maracanã?”¹⁸

É bem verdade que o autor não se mostra intransigente com a contribuição de vocábulos provindos de outras línguas cujos povos mantêm contatos com outras nações por motivos diversos; comerciais, culturais, científicos etc. Desta maneira, alguns são adaptados ao português e outros são substituídos. O professor Walmírio de Macedo relacionou alguns exemplos de estrangeirismos das línguas francesa (a maior parte da lista apresentada) e inglesa, aos quais chamamos, respectivamente, galicismos e anglicismos, não obstante se sabe que, no português do Brasil e certamente europeu ou nas ex-colônias outras línguas tenham aumentado nosso léxico pelos motivos já mencionados acima.

Da lista de estrangeirismos é lícito citar aqueles vocábulos que sem nenhum problema, podem ser substituídos por palavras vernáculas ou se serem adaptados à grafia portuguesa em virtude de haver dificuldade de substitutos. Vejam-se alguns exemplo mencionados pelo autor:

a) Do francês:

Pivô < pivot, que melhor seria substituí-lo por “eixo,” “base,” “essência”.

Placar < placard, melhor seria usar “cartaz.”

Gare - poderia ser substituído por “estação.”

Greve < greve, embora muito empregado (pelo menos no tempo da escrita de *O poder das palavras*), coexistia com o vocábulo “parede.” Hoje, pelo que se vê, é muito mais frequente o termo de origem francesa adaptado apenas com a omissão do acento grave em francês.

18- Idem, ibidem, p. 56.

b) Do inglês:

Match: é substituído pelo vocábulo “partida, “jogo.”

Reide: adaptação do inglês “raid”. Pode ser trocado por “excursão.” “exercício violento.”

Recital: pode ser substituído por “audição,” “concerto.”

Récorde: adaptação de ‘record.’ Difícil de ser substituído.

3) A importância desse tipo de obras e seu alcance junto aos leitores

Com exceção das gramáticas normativas que denominei de **mistas**, dificilmente o leitor comum teria acesso a estudos funcionais da Língua Portuguesa e julgo que não estou exagerando a relevância da natureza dessas obras. Primeiro, porque esses estudos são escritos para atenderem às suas necessidades básicas no que tange à melhoria de seu conhecimento do vernáculo. Segundo, porque a complexidade da linguagem dos estudos nas **gramáticas acadêmicas** ou formais de que dispomos, em algumas questões não está ao alcance das pessoas não especializadas em exposições avançadas e eruditas. O leitor-alvo dessas gramáticas avançadas seriam alunos de Letras, os professores de língua e literatura do ensino médio e os professores do ensino superior de Letras.

No entanto, para os usuários em geral, que necessitam de conteúdos gramaticais de consulta imediata e sem hermetismo nem pretensão de se tornarem linguistas, gramáticos ou filólogos, é que se escreveram e ainda se escrevem obras gramaticais para concursos, revisão de estudos de Língua Portuguesa, quer dizer, estudos do Português para fins práticos.

Outra razão para consultas a essas obras explicadas em linguagem clara, simples e didática se deve a uma especificidade que nelas se patenteia: são, na maioria, obras de *referências*, que fazem às vezes de dicionários, notadamente em itens gramaticais tais como: coletivos, nomes gentílicos, aumentativos e diminutivos, sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, vozes de animais. Ora, esse espectro de palavras a muito custo se encontra reunidos nas diversas listas em que se apresentam à disposição do leitor. Sou testemunho de frequentemente ter me valido dessa facilidade de consulta rápida. É exatamente nessa direção de objetivos que vejo a importância dessas obras ou gramáticas práticas.

Conclusão

Este ensaio teve por escopo prestar uma homenagem a muitos autores didáticos que, no país, se dedicaram a ensinar a Língua Portuguesa ou a escrever de forma simplificada acerca de questões gramaticais que, na opinião deles, iriam tornar o ensino do vernáculo menos complicado e propiciar aos leitores de inúmeras atividades profissionais uma oportunidade de ter acesso a essa maneira praticamente informal de melhorar o repertório linguístico desse público.

Por saudável coincidência, um estudioso da Língua Portuguesa, o professor Walmírio de Macedo, do meio acadêmico universitário, foi também um tempo um autor que produziu alguns livros práticos, inclusive em coautoria com outro autor de obras funcionais, e por outra feliz coincidência, o professor Luiz A.P. Victoria. Nada me foi mais agradável do que juntar os dois autores, a fim de que constituíssem o *corpus* deste ensaio e, mais uma vez, em particular render meu tributo a ambos pela dedicação e amor aos estudos de Língua Portuguesa que ambos, como outros autores de obras práticas, hoje tão esquecidos, sempre demonstraram em vida.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Osmar. *Erros de sintaxe*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- Cevasco, George A. *Grammar self-taught*. New York, N.Y.: Washington Square Press, Inc., 1967.
- CARVALHO, José G. Herculano de. *Teoria da linguagem*, Tomo I. Coimbra: Atlântida Editora, S.A.R.L, 1967.
- ELIA, Hamilton. *Gramática aplicada*. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: J.OZON + EDITOR, s.d.
- FERRAZ ALVIM, Décio. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.
- FIGUEIREDO, Fidelino. *A luta pela expressão: prolegômenos para uma filosofia da literatura*. Coimbra: Nobel, 1944.
- FREIRE, Laudelino. *Regras práticas para bem escrever*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria ODEON, 1937.
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio da língua*

portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

LAPA, M. RODRIGUES. *Estilística da língua portuguesa*. 6. ed. corrigida e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

MACEDO, Walmírio de. *O poder das palavras*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

_____. *Dicionário de gramática*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

MATTOSO CAMARA JR, Joaquim. *Princípios de linguística geral*. 4. Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

_____. *Dicionário de filologia e gramática*. 3. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: J. OZON+Editor, s.d.

PRADO COELHO, Jacinto do. (dir.) *Dicionário de literatura*, 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1973. 1º volume, A/K, p. 52.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. 4. ed. reformulada. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1982.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 23 ed. Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2017.

SILVA BORBA, Francisco da. *Introdução aos estudos linguísticos*, 5. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

SILVA FILHO, Cunha e. *Breve introdução ao curso de letras: uma orientação*. Rio de Janeiro: Litteris/Ed. Quártica, 2009.

TAVARES, Helênio. *Teoria literária*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

VICTÓRIA, A. P. *Aprenda a falar e a escrever corretamente sua língua*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

LINGUAGEM JURÍDICA NO MEIO SOCIAL: DIFICULDADE DE COMPREENSÃO

PROF.^a DR.^a LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG – CNPQ/
UFAC
PROF.ESP. MARCOS PAULO PEREIRA GOMES - FAAO

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão acerca da linguagem jurídica no meio social, linguagem esta que apresenta termos que são desconhecidos pela população, particularmente àquelas pessoas menos letradas e, assim, as afasta da busca e tutela jurisdicional. E sendo por meio da linguagem que ocorre a manifestação da vontade, como essa vontade poderá ser manifestada no campo do direito se a maioria da população não a compreende pelo excesso de rebuscamento, formalismo e uso de difíceis terminologias? Para responder a esse questionamento, o texto está amparado no pensamento de alguns juristas e estudiosos da linguagem. O método utilizado é o qualitativo, no sentido de apresentar, à luz de alguns especialistas, dados adequados para fornecer resposta a essa indagação e ofertar recursos expressivos capazes de minimizar essa dificuldade linguística: compreensão da linguagem jurídica por parte da população. É um estudo que problematiza o caráter imutável do hermético vocabulário da linguagem jurídica.

PALVRAS-CHAVE: Linguagem. Linguagem jurídica. Direito. Sociedade

ABSTRACT

This article presents a reflection on the legal speech in a social environment, said speech holding terms that are not easily translated to the population, particularly those less literate, keeping the search and judicial protection out of reach. And being it is through speech that the manifestation of the will occurs, how can this will be manifested in the field of law if the majority of the population does not understand it by the excess of far-fetched formalism and the use of difficult terminologies? To answer this questioning, the text is supported by the thought of a few lawyers and scholars of language and speech. The method used is qualitative, in the sense of presenting, in the light of some scholars, adequate data to answer this inquiry and offer expressive resources capable of minimizing this linguistic difficulty: understanding of the

legal language and speech by the population. It is a study that problematizes the immutable character of the hermetic vocabulary of the legal language,
KEYWORDS: Speech. Legal speech. Law. Society.

I - INTRODUÇÃO

A linguagem é o maior recurso que o ser humano possui para alcançar tudo aquilo que mais deseja na vida. Cada pessoa depende da linguagem para viver em sociedade, porquanto ela é a base da cultura e dificilmente haveria civilização sem o emprego da linguagem e o poder das palavras. Portanto, é por meio da linguagem que as mudanças ocorrem na vida social, isso porque a linguagem dinamiza a vida humana.

Em razão dessa real importância da linguagem na vida, são bem atuais as palavras do linguista francês Louis Hjelmslev (1975) ao dizer que a linguagem é ferramenta, espelho e lugar. Ferramenta por ser veículo de comunicação; espelho por refletir e traduzir o ser humano que se revela pela linguagem; lugar porque reflete a pessoa no meio físico-social onde vive.

Muitas pessoas acreditam ser o dinheiro o motor que move o mundo.. Porém o que mais é capaz de provocar mudanças, transcender teorias e transformar o mundo é a linguagem, porque ela é capaz de dissipar estresses, cativar ou afastar pessoas, conquistar ou destruir sonhos, provocar paixão ou abrir feridas que duram por uma vida inteira. Tudo vai depender da habilidade do falante em lidar com elas no tempo, no espaço, nas classes sociais, na profissão que exercita.

O escritor Joseph Jaworski (1999) diz que “É através da linguagem que criamos o mundo, porque ele não é nada até que o descrevemos”. E, ao descrevê-lo, o falante/escritor cria distinções que governam suas ações. Dito de outra forma, a linguagem não descreve o mundo que se avista, ao contrário, olha-se o mundo que se descreve. É como diz Charaudeau (2008-7): “A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem.” .

E, nessa direção, sendo a linguagem esse veículo tão poderoso não deveria, no campo jurídico, tornar-se hermeticamente fechada aos cidadãos que não alcançam o significado de muitas expressões e textos discursivos, fatos esses que os impedem de ter acesso à justiça e compreender os enunciados jurídicos. Mas essa preocupação não tem por intuito hierarquizar os obstáculos ao acesso à Justiça brasileira e sim ampliar a discussão, apresentar ao fenômeno da linguagem jurídica pressupostos teóricos, habitualmente negligenciados, capazes de trazer luzes a essa dificuldade textual e mesmo conversacional. Pois, em verdade, a linguagem jurídica impacta a universalização do acesso à

Justiça por parte das pessoas, quando a justiça existe para elas.

Todavia, a discussão desta questão não poderá abandonar o reconhecimento do direito constitucional das pessoas de acesso à Justiça. Esse princípio garantidor está consagrado na Constituição de 1988, artigo 5º, XXXV, enquadrado dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, mais especificamente nos Direitos Individuais e Coletivos. Portanto, o direito de acesso à Justiça para todos se constitui em um dos pilares da cidadania plena.

Feitas essas considerações iniciais, tem-se que olhar a dificuldade que a linguagem jurídica acarreta à população brasileira, num processo de exclusão na participação democrática e cidadã, fator que dificulta a implementação dos direitos e garantias fundamentais. Por isso esse artigo discutirá, à luz dos teóricos, o impacto dessa linguagem no cotidiano da vida brasileira, porquanto as pessoas deixam de conhecer seus direitos, e os mecanismos para reivindicá-los, em razão do abismo que se abre entre o povo e o judiciário, pelo uso de uma linguagem hermética, difícil, fechada, quando deveria ser o contrário, ela deveria oferecer compreensão e entendimento a todos. Afinal, o Direito existe para as pessoas e não para enfeitar livros e tratados.

Destarte, é importante à população compreender a linguagem jurídica, porquanto o Direito é uma ciência inerente a todos os cidadãos. Ocorre que, maioria das vezes, diante de situações que exigem o uso desse padrão lingüístico, uma pessoa poderá se sentir completamente perdida, sem entender nada do que está sendo tratado, mesmo sabendo que o assunto se refere a algo de seu interesse. Nesse aspecto, a linguagem acaba criando uma barreira entre o cidadão e o operador do direito. Assim, resulta por ser trágico, numa audiência, por exemplo, o cidadão, ao presenciar fatos discutidos, ficar sem saber, sequer, qual foi a palavra final do magistrado, o chamado *veredicto*.

O Direito é uma ciência social que está presente no cotidiano da vida humana, mesmo que não se perceba, seja na hora do nascimento, seja quando se estabelece uma relação de consumo, quando se faz uma compra em supermercado, quando se paga impostos, seja em uma ocorrência de trânsito, seja por ocasião de um óbito de uma pessoa, enfim, em quase todas as situações da vida moderna, o direito estará presente. Então, o Direito, por ser uma ciência interdisciplinar, que se comunica principalmente com a filosofia, a sociologia, a política, a ética, a linguagem dentre outras, torna-se um elemento de evolução da própria história de um país. Sendo assim, é urgente que a população seja capaz de alcançar o sentido das “expressões” operadoras do Direito, porquanto são as pessoas as protagonistas da vida e, portanto, de tudo que cuida a ciência do Direito.

Muito embora o Direito seja, no seu arcabouço, a ciência da palavra

(XAVIER, 2003, p.1), ele se apresenta com uma linguagem escamoteada e diluída entre as camadas socioculturais do país. Esse fato, por si só, merece ser discutido à luz das ciências da linguagem, no sentido dessa discussão ganhar enfático espaço e resultar em soluções facilitadoras da compreensão dessa linguagem que tanto afasta o cidadão de conhecer e compreender as letras da lei.

Esse entendimento maior que se busca, aqui no texto, é o entendimento, por parte da população, do sistema jurídico, da sua linguagem, propiciando uma interação cidadã, o acesso a uma ordem jurídica justa, em que os conflitos sejam tratados e resolvidos de forma isonômica. Nenhuma ciência evolui isoladamente, haverá que aliar-se a outras que lhe sirvam de alicerce e efetivação de sua aplicação e compreensão, de forma democrática. Assim, indubitável é que o Direito, para muitos, adormece na letra fria da lei porque sua compreensão efetiva está muito distante do cidadão médio, embora tenha consequências diretas na vida de todas as pessoas.

II – DISCUSSÃO TEÓRICA

A base teórica para as discussões aqui empreendidas está assentada nos estudos de Hjelmslev (1975), Saussure (2006), Jaworski (1999) Bakhtin (2012), Xavier (2003), Charaudeau (2008), Bittar (2010), Coseriu (1979), Bakhtin (1986), dentre outros, para definir, compreender, refletir a linguagem como um ato concreto de comunicação, em vários ambientes, particularmente na área do Direito, com a linguagem jurídica que tanto afasta o cidadão comum da justiça e, conseqüentemente, das decisões e sentenças judiciais.

Definir os conceitos de língua (*langue*) e de linguagem (*langage*) é um ato não apenas fundador dos princípios de uma teoria linguística, mas, sobretudo, um determinante para se discutir questões sobre linguagem, no caso a linguagem do Direito que se apresenta arcaica e eivada de preciosismos e expressões latinas que a população não entende..

Inicia-se a discussão com o teórico Ferdinand de Saussure (2004), o linguista genebrino cujas aulas deram origem à obra considerada um dos fundamentos da linguística moderna, o Curso de Linguística Geral, quando trata, de forma clara e objetiva, da diferenciação entre língua e linguagem. Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2004, p.17).

Foi esse linguista que propôs a dicotomia língua/fala (*langue/parole*).

Porém há uma fronteira entre essas duas categorias, a que Coseriu (1979) chamou de *norma*. Foi assim que para dar conta das limitações da dicotomia *langue* e *parole*, Eugênio Coseriu propõe um terceiro conceito: a noção de *norma*. A norma é o meio termo da dicotomia saussuriana. Assim como a *langue*, a norma é *convencional*, tal como a *parole*, que é *opcional*.

Mas, diferentemente da *parole*, que é individual, deliberação de cada falante em cada enunciação concreta, a norma implica numa opção do grupo a que pertence o falante e, pode, assim, divergir, das demais normas seguidas por outros grupos da mesma comunidade linguística. (JAKOBSON, 1969, p. 53)

Saussure distingue a concepção de linguagem, língua e fala da seguinte forma: a) a linguagem é de natureza heterogênea, portanto, é multiforme e heteróclita, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, além disso, pertence ao domínio individual e social. Tendo esse grande alcance, a linguagem, para esse autor: a) não pode ser o objeto somente da Lingüística; b) a língua, como produto social da linguagem, constitui algo adquirido e convencional, compõe-se de um sistema de signos aceitos por uma comunidade linguística. Esse sistema é homogêneo, estável, social, representado em termos de relações de oposição e de regras; c) a fala é um ato individual de vontade e inteligência do indivíduo que usa a língua.

Com base nessa compreensão, Saussure (2006, p.28) define a Linguística como a ciência cujo único objeto é a língua. Essa definição é compartilhada pelos estruturalistas, conhecidos também como formalistas, descritivistas. Eles se interessam, apenas, pelo estudo do sistema da língua, excluindo, portanto, os aspectos sociais, culturais, históricos, ideológicos que interferem no seu uso, como bem diz Hjelmslev (1975).

Hjelmslev (1975) considera a língua como texto infinito, cuja estrutura precisa ser definida; ela é uma rede de funções semióticas. A cada função semiótica são associados dois sentidos que são os dois argumentos que a função coloca em relação: a forma do conteúdo e a forma da expressão.

Dessa visão estruturalista decorre a concepção de língua como código, como instrumento, cuja função é a comunicação humana, por meio da qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens. Essa concepção recebeu, também, influência dos trabalhos da engenharia de telecomunicações que descrevem os processos físicos de transmissão de informação.

Mais tarde, um seguidor de Saussure, o linguista Beneviste (2005), analisa a relação entre pensamento e linguagem, sob a perspectiva das categorias, a fim de compreender e explicar como a língua e a linguagem se relacionam. Diz o mestre:

Ora, essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação dos “signos” distintos e distintivos, suscetíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades. (BENVENISTE, 2005, p.69).

É uma citação essencial para compreender a distinção entre língua e linguagem, porquanto nela Saussure esclarece a diferença entre uma e outra e a relação entre elas. A linguagem é uma faculdade e a língua é aquilo que permite o exercício de tal faculdade. Diz, ainda, que “o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional” (2004, p.17).

Para Faraco (2012, p.38), *linguagem* é a capacidade específica a espécie humana de comunicar, por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados. Esse sistema de signos vocais, utilizados por um grupo social (ou comunidade linguística) determinado, constitui uma língua em particular.

Diz ainda Faraco (2012, p.21-15) que a língua existe na coletividade e para a coletividade. Ela é, portanto, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo grupo social, a fim de permitir o exercício dessa faculdade entre os indivíduos.

Ocorre que os pensamentos evoluem, as ciências ganham olhares diversificados. E, assim, nos últimos tempos, o nome de Mikhail Bakhtin (1986) tem soado como um dos maiores pensadores do século XX, sendo sua obra acolhida em diversos campos. Ele é olhado como um dos maiores teóricos da linguagem, em todos os tempos, autor de obras basilares da linguística e da teoria literária, como *Estética da criação verbal* (1979), *Questões de literatura e estética* (1988) e *Os problemas da criação em Dostoiévski* (1981). Sua primeira intervenção na reflexão linguística, *Marxismo e filosofia da linguagem*, foi tão surpreendentemente original que antecipou muitos estudos contemporâneos, tangendo disciplinas como a Sociolinguística e a Análise do Discurso.

Diferentemente dos teóricos estruturalistas, Bakhtin (1986) segue uma perspectiva sociointeracionista. Diz ser o fenômeno social da interação verbal -- realizada através da enunciação ou das enunciações -- que constitui a realidade fundamental da linguagem: “a palavra constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro” (BAKHTIN, 1986, p. 113). Nessa concepção, o ser

humano usa a linguagem para agir no contexto social, pois língua e linguagem são concebidas como atividades interativas, como forma de ação social, como espaço de interlocução, fatos que possibilitam a prática social dos mais diversos padrões comunicativos.

E para essa diversidade comunicativa, Bakhtin afirma que a consciência humana é linguística e social. Chega a concluir que a consciência “é uma ficção”, porquanto só existiria sob uma forma semiótica material, que é o discurso interno. Este discurso, quando exteriorizado, age influenciando todas as coisas ao seu redor. Dessa forma, a linguagem abarcaria muito mais do que um sistema linguístico normativo, mas abraçaria, também, a interação verbal entre falante e destinatário. Essa troca interativa é, na visão bakhtiniana, bastante ampla e realizada na interação discursiva entre duas pessoas. Ou seja, aquele que fala e aquele que escuta, ou entre quem escreve e o outro que decodifica a mensagem escrita.

Sendo assim, à luz de uma ou outra corrente lingüística, a linguagem deve estar ao alcance de todas as pessoas. Na contramão desses avanços, em março de 2004, uma pesquisa do Ibope, encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, demonstrou haver um enorme fosso entre a linguagem jurídica e a linguagem utilizada pelo cidadão comum, deixando do lado de fora dos portais do Judiciário uma parcela significativa da população brasileira.

Esse distanciamento se deve ao uso do latinismo¹ presente na linguagem jurídica. É de se esperar, portanto, como assevera Moralles (2006, p.24), que “transitem no léxico contemporâneo resquícios da raiz latina, claramente manifesta em radicais e afixos, presentes na formação das palavras portuguesas”, mas que elas não embarcem a compreensão de todo e qualquer texto do Poder Judiciário. Mesmo com todos os avanços no campo da linguagem, muitas palavras e expressões latinas, por influência do Direito romano, foram trazidas ao vocabulário jurídico, sem modificações na escrita, vindo a compor, com relevância, a linguagem jurídica, sem que sejam de notório conhecimento popular.

A linguagem jurídica é produto de construção sociocultural, imprescindível à efetivação do acesso à Justiça e deveria estar, por princípio constitucional, ao alcance de todas as pessoas. Ocorre, entretanto, que essa linguagem jurídica, via de regra, se apresenta como uma grande muralha entre o cidadão e o texto jurídico, seja ele escrito ou oral. É uma linguagem tão difícil que se torna a responsável pelo desconhecimento do direito, por parte da

1- Latinismo é o uso de palavras e expressões em Latim, língua morta da qual se originou a Língua Portuguesa.

população, e, por consequência, óbice ao acesso à Justiça, conforme ilustram as poucas expressões que se seguem, com a devida tradução em português, numa linguagem simples e objetiva. A seguir, alguns exemplos de expressões que podem, perfeitamente, ganhar uma feição portuguesa:

Ab origine - Desde a origem; desde o princípio.

Ab ovo - Desde o ovo; desde o começo.

Ad diem - Até o dia. Prazo último para o cumprimento de uma obrigação.

Ad hoc - Para isso. Diz-se de pessoa ou coisa preparada para determinada missão ou circunstância: secretário *ad hoc*, tribuna *ad hoc*.

Ad iudicem dicere - Falar ao juiz.

Bis in idem (latim) – Repetição, incidência dupla sobre o mesmo fato. Exemplo: bitributação.

Caput – Refere-se ao enunciado ou parte inicial do artigo. Após o *caput*, sucedem-se os parágrafos, incisos e alíneas.

Causa turpis - Causa torpe. Causa obrigacional ilícita ou desonesta.

Citra petita - Aquém do pedido. Diz-se do julgamento incompleto, que não resolve todas as questões da lide.

Compurgatio - Instituição jurídica de defesa, observada em sociedades mais simples, aonde o réu procura obter absolvição, arrolando certo número de testemunhas, que juram pela sua inocência.

Conditio juris - Condição de direito. Condição, circunstância ou formalidade indispensável para a validade de um ato jurídico.

Data venia - Dada a vênia. Expressão delicada e respeitosa com que se pede ao interlocutor permissão para discordar de seu ponto de vista. Usada em linguagem forense e em citações indiretas. Poderia ser substituída por: com respeito, discordo”.

E-doc – sistema de emissão e captura de documentos e petições digitais. No TRT-2 é utilizado apenas a partir da segunda instância.

Ex nunc – “desde agora”; quer dizer que a decisão não tem efeito retroativo, ou seja, vale do momento que foi proferida em diante.

Ex tunc – “desde então”, quer dizer que a decisão tem efeito retroativo, valendo também para o passado.

Habeas Corpus – Proteção ao direito de ir e vir.

Hasta Pública – Ato de vender bens do devedor para que, com o dinheiro apurado, possam ser pagos o credor, as custas e as despesas do processo de execução.

In absentia - Na ausência. Diz-se do julgamento a que o réu não está presente.

Modus faciendi - Modo de agir.

Modus vivendi - Modo de viver. Convênio provisório entre nações, feito quase sempre através de permuta de notas diplomáticas.

Procuração ad judicia – Documento que outorga poderes a um advogado para conduzir o processo de interesse do outorgante.

Res judicata pro veritate habetur - A coisa julgada é tida por verdade. Axioma jurídico, segundo o qual aquilo que foi objeto de julgamento definitivo não pode ser novamente submetido a discussão.

Res non verba - Fatos e não palavras. Citada quando se pleiteia a ação imediata e não promessas.

Res nullius - Coisa de ninguém, isto é, que a ninguém pertence.

Ubi societas, ibi jus Onde (está) a sociedade aí (está) o direito. De modo geral, as causas correm no foro da comarca onde a sociedade foi estabelecida.

Avista-se, nas leituras empreendidas, a língua como um produto sócio-histórico em que as ideias não se manifestam fora da linguagem, ou seja, a linguagem é o mecanismo através do qual a ideologia se manifesta. Sendo a palavra o principal e mais utilizado signo linguístico, a escolha dela deverá refletir o âmbito social, mesmo porque, assim não acontecendo, muitos equívocos poderão acontecer e, o mais grave, comprometer o processo comunicativo inerente à vida em sociedade.

Assim, muitos teóricos contribuem para uma melhor compreensão do que seja LINGUAGEM. E, nessa direção, tem-se na contribuição de Bakhtin, no caso das ciências que operam com a linguagem, em que se insere o Direito, o desenvolvimento do conceito de dialogismo. Isso significa dizer que toda linguagem tem o diálogo como característica intrínseca. Sem o diálogo não há linguagem, não há troca social. Afinal qual é a visão de mundo veiculada pela linguagem jurídica? Todavia a linguagem jurídica não concretiza a ideologia constitucional. É preciso evoluir, mudar, atender as classes sociais e aproximar o Direito da vida das pessoas, por meio de uma linguagem moderna, clara, objetiva.

III - ANÁLISE DOS DADOS

Como se viu, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, garante ao cidadão o direito à tutela jurisdicional do Estado, ao dispor que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Este preceito da inafastabilidade da jurisdição, aliado ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao princípio da igualdade e do direito ao devido processo legal alicerçam o direito de acesso à Justiça, entendido este como o direito de

acesso ao Poder Judiciário, para pleitear proteção a direitos líquidos e certos.

Ocorre que a afirmação do Direito, tal como disposto no inciso XXXV, artigo 5º, assegura abstratamente o direito de ingresso em juízo, sem que se garanta, na letra da lei, a efetividade dos instrumentos e mecanismos viabilizadores desse direito. Concomitante à evolução do Estado Democrático de Direito, esta perspectiva puramente declaratória do direito de acesso, precisa evoluir, no sentido de contemplar as classes populares destituídas de instrumentos aptos a concretizar os direitos individuais e sociais que o novo modelo de Estado pretende tutelar.

Sob essa ótica, e por acreditar ser a falta de conhecimento da linguagem jurídica um obstáculo de raízes socioculturais, diferentemente da organização textual, Morales² (2006) postula duas dimensões, na intenção de melhor encaminhar essa questão, cujo foco é a dificuldade que a linguagem jurídica acarreta aos cidadãos. O autor elenca obstáculos culturais ao acesso à Justiça a saber: a) descrença da população no Poder Judiciário; b) desconhecimento dos direitos; c) formação liberal individualista dos operadores do Direito; d) conduta do Estado administrador.

Os fatores acima descritos apontam o baixo grau de eficiência do Judiciário, o desconhecimento dos direitos das pessoas e dos mecanismos de reivindicá-los. Tudo isso leva a população à descrença, resultando em renúncia de direitos e afastamento da participação democrática. As classes menos favorecidas econômica e culturalmente desconhecem, em regra, direitos tradicionais que versam sobre direito de vizinhança, família, sucessão, locação, posse, dentre outros que lhes afetam a vida cotidianamente. Isso se deve, em parte, pelo fato de a linguagem jurídica se apresentar recheada de terminologias que residem não onde a relação de oposição é necessária, mas sim quando entre palavras com o mesmo significado, escolhe-se aquela menos conhecida da maioria das pessoas para materializar o texto oral ou escrito.

Para a barreira ao conhecimento dos direitos, conforme Moralles (2006), concorrem a inexistência, na sociedade deste século XXI, como em priscas eras, de entidades que tenham por escopo a democratização do conhecimento do direito, assim como uma política educacional voltada para essa finalidade. Todo o direito emana do povo, e esse povo não poderá permanecer alheio à compreensão de termos e expressões jurídicas que constituem, no todo, a linguagem da justiça. Uma justiça que se vale de um vocabulário arcaico, ultrapassado, com o uso de palavras em desuso, em textos cujos destinatários não lhes discriminam mais a cor, já desbotada, e a estes só lhes afigura como

2- MORALLES, Luciana Camponez Pereira. Acesso à Justiça e princípio da Igualdade. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed.. 2006, p.66.

algo fora do contexto em que vivem e seu cheiro de naftalina não lhes dá respostas às suas necessidades.

Assim, a viabilidade da compreensão da norma jurídica está direta ou indiretamente atrelada ao advento da linguagem que o Direito utiliza para comunicar às pessoas e às instituições interessados sobre os atos e procedimentos peculiares ao ordenamento jurídico, na tentativa de resolução dos conflitos sociais. Mas se utiliza uma linguagem arcaica, expressões que vieram do latim (língua não mais falada há séculos), fica difícil a comunicação entre o Poder Judiciário e o povo.

Todavia, comunicar, muitas vezes, não representa uma tarefa fácil na seara judicante, haja vista que a finalidade de alcance social pela compreensão normativa, sem empecilhos, nem sempre se concretiza, em razão de alguns “ruídos”. Estes interferem na boa interação entre o Estado emissor do preceito normativo, guardião de sua aplicabilidade e exigente de uma contraprestação obrigacional exercida pelo cidadão comum, ora receptor desta obrigação e expectador de garantias legais e da devida segurança jurídica.

IV - CONCLUSÃO

Observa-se, neste estudo, que os juristas, profissionais do Direito e estudiosos do problema do acesso à Justiça, não dão relevância à linguagem jurídica como aspecto sociocultural a ser mais seriamente considerado na democratização da Justiça.

O conceito de linguagem que norteia este trabalho, desde os estruturalistas à teoria bakhtiniana, é o de que a linguagem é construção histórica, social e cultural. Esta concepção fundamenta-se na ideia de que, como elemento constitutivo da atividade propriamente humana, a linguagem origina-se no processo social da existência humana, processo este que combina interações do ser humano com a natureza e com os outros semelhantes.

Nesse sentido, para se interpretar a linguagem e, em foco, a linguagem jurídica, é preciso compreendê-la como também veiculá-la a uma ideologia, amalgamada de significados e de sentidos próprios, aparentemente neutros. Historicamente, as classes sociais detentoras de privilégios sempre se esmeraram em manter estável o *status* de privilégio em suas relações. Esse interesse é o que as leva a elaborar, defender e consolidar uma visão de mundo que justifica, legitima e explica aquela organização social.

Por outro lado, as classes sociais desprivilegiadas tentam conhecer a organização da sociedade dominante e seus mecanismos de manutenção de poder para, então, enfrentá-los, transformando tais mecanismos em seu

favor. Mas nada se efetivará sem que a linguagem jurídica busque ajustar-se à sociedade. A Justiça não se identifica com valores específicos, mas com todos eles, como uma condição transcendental de sua possibilidade de atualização histórica. A Justiça vale para que todos os valores que valham. Não é uma realidade acabada, nem um bem gratuito, mas deve ser, antes de tudo, uma tentativa renovada e incessante de harmonia entre as experiências axiológicas necessariamente plurais, distintas e complementares, sendo, ao mesmo tempo, a harmonia atingida por meio da linguagem que deverá utilizar no meio social.

Interessante, neste tema, trazer o pensamento de Miguel Reale³, em suas Lições Preliminares de Direito, quando elege o conhecimento da linguagem jurídica, especialmente da terminologia jurídica, como condição essencial para penetrar no mundo jurídico. Destaca ele, dessa forma, a importância de se incorporar o vocabulário jurídico considerando que, como ciência, o Direito tem sua linguagem própria, sem a qual “não haverá possibilidade de comunicação”. Ao fazer essa afirmação, o que Reale faz entender é que a linguagem jurídica é um código e nunca um instrumento de comunicação. Esta visão de Reale traz implicitamente a ideia de que, como código, a linguagem é utilizada por apenas aqueles que o conhecem, e que esse código é fechado a inovações, pois, segundo o doutrinador, no livro citado, diz que é natural que as ciências tenham “a sua maneira própria de expressar-se”. Reale, ao dizer que sem o conhecimento dessa linguagem “multimilenar” não há possibilidade de comunicação, afirma também que a linguagem jurídica, por si só, não comunica, não veicula o direito, não leva à Justiça. O pensamento do jurista, a respeito da linguagem jurídica, vai de encontro à democratização de acesso ao direito, frustrando o ideal de participação cidadã do Estado Democrático.

Essa democratização implica numa aproximação do direito da realidade que procura representar e sobre a qual pretende agir, na adoção de uma postura que não cria divisões e separações entre universos discursivos, quando “a síntese e a simplicidade podem significar mais”. (Bittar,2010, p.390)

Ainda, considerando que a ideia de simplificação tem um viés político, “o da democratização do acesso ao direito”, uma vez que “o direito não é um acervo de seus especialistas, um privilégio de alquimistas e privilegiados”, Bittar (2010, p.395) avista uma “afronta, ao próprio processo de democratização do direito, afastar o povo dos mecanismos de uso e compreensão dessa

3- Sobre esses temas, vide Miguel Reale, Lições Preliminares de Direito, Fundamentos do Direito, 2ª, ed., 1972, e Filosofia do Direito, cit., 13ª ed., Capítulos XIX e XXXVIII.

linguagem, sobretudo nas decisões judiciais”.

Com a mesma preocupação de acessibilidade da linguagem jurídica, relembra-se, aqui, o discurso de posse da Ministra Ellen Gracie, ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal: [...] “Que a sentença seja compreensível a quem apresentou a demanda e se enderece às partes em litígio. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático.”

Como se viu, o presente artigo apresenta exemplos de palavras e expressões arcaicas como se descreve acima, tais como *ex officio*; *outorga uxória*; *ab initio*; *data vênia*, etc., que são preciosismos ou arcaísmos. Aqueles que utilizam tais palavras consideram que o texto ganha feições eruditas e carimbo de sabedoria, o que não é verdade. A presença de palavras e expressões arcaicas está normalmente combinada com a uma produção textual prolixa e truncada, o que compromete, sobremaneira, a compreensão do texto.

Por sua vez, no que concerne a construção do vocabulário jurídico, também não se pode desprezar uma eventual tentativa de **simplificação** da linguagem jurídica, e, não **vulgarização**, é bom que se diga, como querem alguns. (XAVIER, 1999). Neste sentido, pode-se ilustrar como exemplo o desprezo à utilização de certos termos e expressões jurídicos, normalmente remanescentes de línguas estrangeiras (predominantemente o Latim), tais como *de cujus*; *ex officio*; *outorga uxória*; *ab initio*; *data venia*, os quais podem ser perfeitamente substituídos, sem prejuízo de qualquer semântica contextual, por seus significados pátrios

É como *discurso*, ou seja, como manifestação verbal situada no solo concreto da vida social, impregnada de valores de uma determinada realidade histórica, que se encaminham as reflexões e sucintas avaliações – dados os limites de um artigo – que aqui se propõe, que essa linguagem seja clara, objetiva e alcance à compreensão da população, como preconiza a Constituição Brasileira. Ademais, considerando a riqueza vocabular do idioma português, sempre haverá uma palavra para traduzir outra. Importante a linguagem jurídica acompanhar o ciclo da vida e ajustar-se ao processo claro de comunicação.

Ainda, se a função do Direito contemporâneo é a resolução de conflitos, buscando métodos lógicos e eficazes, primando por princípios e valores necessários ao bem-estar coletivo, não se justifica o uso de um vocabulário que vá apartar, ao contrário de harmonizar direitos e garantias fundamentais.

Dessa forma, uma mudança de costumes operacionais, pelos operadores jurídicos, é algo não só necessário, e sim sublime, da essência do Direito, pois se oportuniza as pessoas poderem seguir o seu próprio caminho e traçarem os seus propósitos, de maneira consciente, sem o sentimento

remansoso de frustração ou culpa por algo que não fez ou deixou de fazer, afastando, destarte, a sensação de injustiça, tão predominante na proplada ‘moderna’ sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENEVISTE, E. **Da subjetividade na linguagem**. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem Jurídica**. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.

BENEVENISTE, Émile. **Categorias de pensamento e categorias de língua**. In: Problemas de Lingüística Geral I. Campinas: Pontes, 2005 p. 68-80. Catégories de pensée e catégories de langue. In: Problèmes de linguistique générale. Paris : Gallimard, 1966. p. 63-74.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós**. In BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2012.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução: J.Teixeira Coelho Netto. SP: Perpectiva, 1975.

JAKOBSON, R **Lingüística e comunicação** Trad. Isidoro Blikstein e Jose Paulo Paes São Paulo Cultnx, Editora da USP, 1969.

JAWORSKI and Nikolas COUPLAND. **The discourse reader**. London: Routledge, 1999.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito..** 21ª ed., São Paulo: Saraiva, 1994, p. 8 e 9.

MORALLES, Luciana Camponez Pereira. **Acesso à Justiça e princípio da Igualdade**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed. 2006.

SAUSSURE, F.de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Secheyay; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

XAVIER, R. C. **Português no direito: linguagem forense**. 15. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (ABRAFIL E COL. PEDRO II)

(MANOEL P. RIBEIRO – UERJ e ABRAFIL)

Antônio Nunes Malveira nasceu no Limoeiro do Norte, Ceará, filho de Antônio Vidal Malveira e Maria Erundina Nunes Malveira. Estudou o curso primário na Escola Pública Padre Acelino Viana Arraes, no Olho d'Água da Bica, lugarejo, ao sopé da chapada do Apodi, onde seu pai exercia as funções de guarda-fiscal, tendo como professora, Sofia Rebouça da Costa.

Cursou humanidades no Ginásio Diocesano Padre Anchieta, do Limoeiro do Norte – 4 anos, e parte no Seminário da Prainha, em Fortaleza; completou o curso Colégio Piedade no Rio de Janeiro. Estudou letras clássicas e direito na antiga Universidade do Estado da Guanabara. Em 1963 casou-se com Luíza Azevedo Malveira, carioca. Professor de português na prefeitura do Rio de Janeiro, e de latim no Colégio Pedro II, ambos os cargos, exercidos através de concurso de provas e títulos.

No Pedro II, participou da banca examinadora de latim, na gestão do ilustre mestre, Antônio José Chediak; cooperou na revista *Studia* e na publicação dos *Cadernos de Cultura*, onde publicou dois trabalhos, sobre os professores David Perez e Fausto Barreto, e, atualmente, participa do grupo de estudos, encarregado de escrever a *Memória Histórica do Colégio*, cujo primeiro volume já foi publicado; foi coordenador do Colégio Comercial Irajá e organizador dos exames de seleção; professor do Colégio Metalúrgico, na rua Ana Nery e responsável pelos exames de admissão; diretor substituto do Colégio Irajá de 1961 a 1963 (Colégio Elpídio dos Santos); fez parte da correção de português nos exames no Colégio Rivadávia Correia – artigo 99 (Madureza) 1968; lecionou latim no curso pré-jurídico na Faculdade de Direito Cândido Mendes e latim no curso clássico do Colégio Pedro II; Curso de extensão universitária – *A Obra Cultural de João Ribeiro* na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (antiga Guanabara), curso de extensão universitária — Dante e Beatriz, sob a responsabilidade do professor Júlio de Carvalho Barata, revisor dos trabalhos apresentados ao Seminário de Educação para o desenvolvimento no Clube de Engenharia; sócio do Centro de Estudos de Letras (da antiga UEG); professor do Ensino Técnico Comercial, registro n.º 5905 (MEC); membro da Sociedade Brasileira dos Romanistas; membro do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro; cooperador da revista *Studia* do

Colégio Pedro II; revisor dos livros do Dr. Celso Brant; assessor do diretor do Colégio Pedro II; direção, Professor Walter Maranhão, Engenho Novo; diretor substituto da mesma instituição.

PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS:

- 1) *O Velho Sertão da Bica*, 1986;
- 2) *Os Valentões*, Editora Cátedra, 1990;
- 3) *Coronéis, Ascensão e Queda*, Prod. Graf. e Pub. Ltda, 1998;
- 4) *Os Povoadores da Bica*, Prod. Graf. e Pub. Ltda., 1998;
- 5) *O Limoeiro de Dom Aureliano Matos*, Prod. Graf e Pub. Ltda., 1997;
- 6) *3 Olhos D'Água*, 1986, RJ;
- 7) *Achegas para uma biografia do Professor David Perez*, Cadernos Avulsos da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II, caderno n.º três;
- 8) *Arcaísmo e Neologismos* (1979);
- 9) *Temas e Raízes* (1883), Teses de Concurso, Comentários e anotações, caderno n.º 4, RJH, 1984;
- 10) Formação de um Historiador (Capistrano de Abreu, revista *Studia*, n.º 10 separata, Pedro II), 1980;
- 11) *Lampião em Limoeiro do Norte* (Ceará) inédito, pronto para publicação.
- 12) *Notas sobre secas*, também inédito, concluído;
- 13) Colaborador de *Anuário da ACCLARJ*. Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, da qual sou membro;
- 14) Orelha do livro do escritor Lauro de Oliveira Lima, *Na ribeira do rio das onças*, Fortaleza, 1996.
- 15) Educação na República de Platão, *Revista Brasileira dos Romanistas* (1981) n.º 14 a 20;

PROF. DR. WALMÍRIO ERONIDES DE MACEDO –UM MESTRE INCOMPARÁVEL

MANOEL P. RIBEIRO (ABRAFIL, UERJ)

O Prof. Walmírio Macedo, desde cedo, se dedicava ao ensino da língua portuguesa. Aos dez anos, ingressa no Seminário Nossa Senhora da Assunção onde ficou até os 18 anos, com o seminário menor (seis anos) e o curso superior de Filosofia (dois anos). A base de sua formação em Latim e Grego reside principalmente nessa sua origem religiosa. No Rio de Janeiro, cursou a Faculdade Nacional de Filosofia, da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Como aluno, teve como mestres Sousa da Silveira, Ernesto Faria e Mattoso Câmara. Foi professor, por concurso, como adjunto de catedrático do Colégio Militar, em Português (1.º lugar) e Latim (2.º lugar). Foi professor da UERJ, onde trabalhou a convite do prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira, e da Universidade Federal Fluminense, onde entrou por concurso. Aposentado pela UFF como Professor Titular. Doutor em Letras e Livre-Docente em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com a tese ***PARA UMA GRAMÁTICA ESTRUTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA***.

Publicou mais de 30 livros, entre os quais se destacam: ***GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA***, Presença editora; ***ELEMENTOS PARA UMA ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUESA***, mesma editora, 5.ª edição esgotada; ***ANÁLISE SINTÁTICA EM NOVA DIMENSÃO*** – mesma editora, em 4.ª edição; ***O LIVRO DA SEMÂNTICA*** – estudo dos signos linguísticos. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014; ***O MUNDO MARAVILHOSO DA GRAMÁTICA***. São Paulo: Lisa Editora, 2016. Traduziu e adaptou ao Português a principal obra de Bernard Pottier, ***LINGUISTIQUE GÉNÉRALE – THÉORIE E DESCRIPTION***. Sua obra ***GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA*** recebeu da Academia Brasileira de Letras o *Prêmio Filologia João Ribeiro*, em 1992. Membro da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Brasileira de Literatura e da Academia Carioca de Letras. Exerceu funções públicas na administração superior como Presidente da Fundação Centro de Desenvolvimento de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro. Faleceu em 13.9.2017, aos 87 anos. O Prof. Walmírio cumpriu como poucos o fazem um

papel de capital importância nos estudos linguísticos, na presença marcante em sala de aula e em sua vida familiar, tendo como grande companheira D. IGNEZ LIMA DE MACEDO, a quem rendemos nossas homenagens, assim como a toda sua família

Foi com grande satisfação que recebi dele o obséquio de redigir o prefácio de minha GRAMÁTICA APLICADA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Ali, ele descreve as principais características desse meu trabalho.

Levei-o a ministrar uma palestra na Universidade Veiga de Almeida, a convite do Prof. Ozanir Roberti Martins, em 2017. O auditório estava lotado. Os presentes assistiram, entusiasmados, à preleção do ilustre Mestre.

Telefonava, com frequência, para o Prof. Walmírio que me pedia que ligasse sempre. Isso ocorreu até dez dias antes de seu falecimento.

Com sua perda, ficam empobrecidos os estudos linguísticos de nossa língua. Sua formação acadêmica acima descrita dificilmente ocorre nos tempos atuais. Seus trabalhos devem ser lidos pelas novas gerações que desejarem adquirir uma sólida formação.

UM ESTUDO SOBRE O ACENTO GRAVE E O FENÔMENO DA CRASE

OZANIR ROBERTI MARTINS (ABRAFIL)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem, na verdade, dois objetivos. O primeiro deles é mostrar que existe alguma confusão nos livros didáticos a respeito do ensino do uso do acento grave, que, em várias obras, é simplesmente confundido com a crase. Existem, inclusive, explicações erradas e – pior! –, na mesma obra, contraditórias. O segundo é defender a necessidade do uso do acento, mesmo quando ele não é totalmente necessário, como forma de desfazer ambiguidades ou até impedir que elas venham a ocorrer.

Para isso, nos capítulos 2 e 3, onde se faz a revisão teórica, utilizaram-se obras clássicas da gramática normativa da língua portuguesa, como as dos mestres Antônio Houaiss, Evanildo Bechara, Celso Cunha & Lindley Cintra, Cláudio Cezar Henriques e Manoel Pinto Ribeiro. Usou-se, também, a base de conteúdo do principal linguista brasileiro, o professor Mattoso Câmara Jr. Finalmente, passou-se a buscar o ensino do uso da crase em conhecidos materiais de linha pedagógica, como os de Sacconi, Tufano, Faraco & Moura, Florianete e Margaret Guimarães, Norma Goldstein, Maria Sílvia Pouzada e Regina Iwamoto, e até a recente *'Gramática pedagógica do português brasileiro'*, de Marcos Bagno.

Numa parte desse capítulo, partiu-se de um breve estudo teórico das vogais da língua portuguesa e de uma pequena diferença existente entre os fonemas vocálicos centrais do Brasil e de Portugal. Mostrou-se, com exemplos, que as pronúncias dessas vogais centrais, aqui e lá, não são exatamente iguais, o que levou a uma dificuldade maior no uso do acento aqui na América portuguesa.

Numa outra parte, tratou-se, com detalhes, do acento grave, um sinal diacrítico que, embora tenha um uso definido, quase sempre traz muitas dúvidas. Ao tratar-se, especificamente, do acento grave, historiaram-se os seus usos mais antigos e, depois, ele foi trazido para a realidade em que, hoje, existe na nossa língua, isto é, a sua situação atual na língua escrita, além de se determinar, como é devido, a correspondente realização de pronúncia recomendada.

Em seguida, no capítulo 3, desenvolveu-se um estudo mais apurado do que é a crase, nas suas três situações: a histórica, a estilística e a sintática, baseando-nos nos livros citados e em lições bem antigas, que fizeram por ressaltar as divergências de pronúncia como uma das causas de dificuldade do emprego correto do acento grave. É óbvio o destaque para a terceira, pois é a que mais interessa a este trabalho.

No capítulo 4, comentou-se um assunto muito importante na comunicação, a ambiguidade. Embora parta de exemplos com duplos sentidos reais, trouxeram-se à tona algumas construções em que certas recomendações gramaticais podem evitar que se tenha dúvida na compreensão da mensagem.

No quinto capítulo, partiu-se para uma pesquisa viva em textos jornalísticos. Tirados de três jornais - EXPRESSO, EXTRA e O GLOBO -, encontraram-se erros, maus usos e dúvidas no uso do acento grave, e, finalmente, puderam-se apresentar algumas situações em que o uso do diacrítico desfaz duplos sentidos e permite maior clareza à mensagem.

Separamos o capítulo em partes definidas: uma mostra de erros por mau uso da regência verbal, o mau uso do acento grave em jornais recentes e casos interessantes em que se recomenda o uso do acento grave

O sexto capítulo traz o assunto em alguns livros didáticos do ensino fundamental, médio e superior, com suas explicações, alguns truques que racionalizam o seu emprego e, finalmente, algumas críticas que revelam erros e contradições, além de soluções simplistas que em nada ajudam o estudante em geral em relação à educação no nosso país.

É importante acrescentar que, em todas as citações houve uma atualização da ortografia, segundo o recente Acordo Ortográfico, exceto quando era decisivo manter a escrita original.

Nas considerações finais, propõe-se uma nova forma de ensinar o conteúdo “crase”, enfatizando os casos em que ela é necessária e sugerindo outros em que ela é recomendada.

1. O ACENTO GRAVE

É um dos grafemas usados na nossa língua. Vale lembrar o que é um grafema, pelas lições do professor Mattoso Câmara Jr. (1981:129):

Termo criado na linguística norte-americana, pelo modelo de fonema. Designa os símbolos gráficos unos, constituídos por traços gráficos distintivos, que nos permitem entender visualmente as palavras na língua escrita, do

mesmo modo que os fonemas nos permitem entendê-las auditivamente, na língua oral. É uma designação, a um tempo, mais rigorosa e mais ampla que letra, pois frisa o caráter opositivo dos símbolos gráficos, de um lado, e, de outro lado, abarca os diacríticos, os ideogramas, como os números, e os sinais de pontuação.

Hoje, principalmente, em vista de seu uso estar praticamente restrito à indicação do fenômeno da crase, muitos até veem “crase” e “acento grave” como sinônimos ou algo semelhante. Vale, inclusive, retomar a definição que aparece no DICIONÁRIO HOUAISS, “Crase / datação 1819 / substantivo feminino / 4 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: gramática / acento grave que marca na escrita a contração”.

Antigamente, antes da reforma ortográfica de 1971 (Lei 5765), de 18.12.1971), o acento grave aparecia na derivação de palavras como “só” (“sòzinho” e “sòmente”), *para marcar a sílaba subtônica*. Com a reforma, o acento grave, nesses casos, desapareceu, a partir de 18.1.1972: sozinho, somente etc.

Num passado bem mais distante, e isso pode ser encontrado em textos medievais e clássicos, marcou, inclusive, os casos da crase histórica, ou na evolução vocabular, como se pode ver em Câmara Jr. (1981:87): “caveira < caaveira < calavaira; pègada < peegada < pedicata”.

2. O QUE É CRASE?

Crise é o fenômeno fonético em que duas vogais iguais se fundem numa só. É bom ver como o verbete aparece no DICIONÁRIO HOUAISS, versão eletrônica de junho de 2009:

Crase / datação 1819 substantivo feminino

1 na gramática grega, fusão ou contração de duas vogais, uma final e outra inicial, em palavras unidas pelo sentido, e que é indicada na escrita pela *corônis*

2 Rubrica: fonética, gramática.

fusão de duas vogais idênticas numa só, que ocorre, p.ex.:, na evolução das línguas român. (lat. *colore* ‘cor’ > port. *coor* > *cor*)

3 Rubrica: gramática.

contração da preposição *a* com o artigo *a* ou com o pronome demonstrativo ($\grave{a} = a + a$; $\grave{a}quele = a + aquele$)

4 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: gramática.

acento grave que marca na escrita a contração.

Etimologia

gr. *krâsis, eôs* ‘ação de misturar, temperamento, fusão de sons’, adp. ao lat. tar. *crâsis* ‘fusão’.

Vale a pena saber que *corônis* é um sinal gráfico semelhante ao apóstrofo (´), que bem pode ter sido a origem do hábito de se marcar o “a” resultado da crase, como se pode ver no exemplo: | και ἐγώ | > | κἀγώ | (Matheus 16: 18), extraído dos sites: http://www.bibliaon.com/versiculo/mateus_16_18/ e

<https://www.teknia.com/greek-dictionary/kago:>

“E eu (*kagō* | κἀγώ | crase) digo que você é Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do Hades não poderão vencê-la.”

Como se lê no item 4 da citação do HOUAISS, tal acepção ajuda a confundir “crase” com “acento grave”. Mas é bom saber que essa fusão de duas vogais pode ocorrer em três situações bem distintas:

a) na evolução vocabular: da palavra masculina do latim “*dolor;is*”, tem-se o acusativo (caso lexicogênico ou de origem do vocabulário da nossa língua) “*dolorem*”, que, após duas apóopes (queda do “m” e do “e” finais, nessa ordem) ganhou a forma “*dolor*” (até hoje existente no português moderno: “*dolorido*”...) e, finalmente, depois da síncope (queda no meio) do /l/, chega-se a “*door*”, que, depois de uma crase (fusão de duas vogais iguais), acabou se tornando “*dor*”;

b) na linguagem dos poemas e da música: a fim de obedecer à metrificação, tão importante no ritmo do verso ou na musicalidade dos textos poéticos, numa construção como “Uma nuvem desceu em minh’ alma”, existe, na fala, a fusão do último /a/ de ‘minha’ com o primeiro de ‘alma’: “minh’alma”, outro tipo de crase;

c) finalmente, na sintaxe: numa oração do tipo “Ele se referiu à disciplina desejada”, percebe-se, claramente, que não se falam os dois “aa”, mas, sim, um só - só esse caso de crase, o da fusão da preposição “a” com um segundo “a” (no caso, um artigo), é marcado com o acento grave.

O problema se complica mais ainda, pelo fato de haver casos de acento grave, ou nos quais ele é recomendado, sem a existência da crase. Vejam-se alguns exemplos:

..“O assassinato não foi cometido a (só preposição) tiro de arma pesada

e sim à (só preposição) bala de pequeno calibre.”

..“Chegar a noite é diferente de chegar à noite.”

..Precisando de dinheiro, cobrou menos e vendeu a vista” x “Precisando de dinheiro, cobrou menos e vendeu à vista.”

..Comer à francesa’ é algo que se deve usufruir, já ‘comer a francesa’ é algo que se pode fazer, mas não se deve falar.”

É esse um dos objetivos deste artigo: fixar situações nas quais o uso do acento grave evita a ambiguidade. Para isso, considerando que todo o estudo se origina de um fenômeno que ocorre entre vogais, deve-se começar por estudá-las de modo mais detalhado, a fim de que se possa entender melhor os três fatos linguísticos que envolvem o problema: a crase, o acento grave e, finalmente, a existência da ambiguidade e a maneira de evitá-la.

Não se pode esquecer que há uma diferença real na vogal central ou baixa - /a/ na maneira de falar do Brasil e de Portugal. Aqui, temos somente um /a/, sempre aberto.

Em Portugal, porém, existem, independentemente da oralidade ou nasalidade, dois “aa”, um bem aberto - /a/ - e outro semiaberto - /ɐ/ ou /a/ -, como observam os mestres Celso Cunha e Lindley Cintra (1985: 36):

No português europeu normal, [α], quando tônico, também aparece na maioria dos casos, antes de consoante nasal, a exemplo de *cama*, *cana* e *sanha*. Mas nessa mesma situação tônica existe uma oposição de pequeno rendimento entre [α] e [a]. É a que se observa, nos verbos de 1ª conjugação, entre as primeiras pessoas do plural do presente (ex.: *amamos* [a’mamu]) e do pretérito perfeito do indicativo (ex.: *amámos* [a’mamu]). Neste caso, temos, pois, de considerar a existência de fonemas diferentes. Além disso, encontra-se [α], em sílaba tônica antes de semivogal ou de consoante palatal: *rei* [‘raj], *tenho* [‘taju], *telha* {tala}

É bom lembrar que, nas transcrições fonéticas da citação, foram usados símbolos diferentes dos que se vinham utilizando; portanto, veja-os atualizados: *amamos* [a’məmuS], *amámos* [a’mamuS], *rei* [‘rɛy], *tenho* [‘tɛŋU] e *telha* [‘tɛʎɐ].

É algo que traz discussões bem antigas, as quais, embora houvesse uma vontade de resolvê-las, parecem alimentar, até hoje, o problema.

O professor Cláudio Cezar Henriques (2009:44) cita uma forte crítica feita pelo mestre Napoleão Mendes de Almeida à Nomenclatura Gramatical Brasileira, no ano de 1960, somente um ano depois da edição daquela que se considerava capaz de pacificar os gramáticos quanto aos nomes usados em seus estudos: “Por ter passado a crase a ser considerada mera parte de ‘apêndice’ de gramática veio a ser mais compreendida e mais facilmente praticada?”

2.1. A crase na evolução vocabular ou na história da língua

Essa crase ocorreu na evolução do latim para o português de alguns verbos muito usados, como “ler”, “crer”, “ser”, “ter” e “ver”, o que se pode confirmar na lição de Said Ali (2001:35), “pela medição de versos dos antigos cancioneiros vê-se que *leer, creer, seer, teer* e *veer* eram vocábulos dissilábicos com acento tônico no segundo *e*”. Embora pouco conhecido, esse fenômeno evolutivo da fusão das duas vogais iguais também é chamado de crase.

Quanto aos nomes, dentre os casos da língua latina, o que serviu para a formação do nosso léxico, isto é, nas palavras de Mattoso Câmara (1981:157), “o conjunto de palavras de que dispõe uma língua dada”, foi o acusativo, conhecido como o “caso do objeto direto”, chamado, por isso, lexicogênico.

Vejam-se alguns exemplos de evolução de substantivo, adjetivo, pronome e numeral em que ocorre esse tipo de crase:

- pedem (apócope) > pede (síncope) > pee (crase) > pé
- malam (apócope) > mala (síncope) > maa (crase) > má
- mihi (síncope) > mii (crase) > mi (nasalização) > mim
- unum (apócope) > unu (síncope) > ãu (crase) > um

2.2. A crase na estilística

O professor Manoel Pinto Ribeiro, no capítulo de Versificação da sua Gramática Aplicada (2013:363), ao tratar de licenças poéticas, inclui a crase, usando a definição básica, “fusão de duas vogais idênticas numa só”, utilizando o seguinte trecho: “Segura quem lhe foge *e se* extravia”.

Podem-se citar muitos outros exemplos encontrados, respectivamente, nos sites <http://www.mensagenscomamor.com/CastroAlves>, http://pensador.uol.com.br/poemas_de_alvares_de_azevedo/, http://www.releituras.com/mbandeira_pasargada.asp, http://pensador.uol.com.br/soneto_de_fidelidade/:

- “Sentir em mim *tu’alma...*” (Castro Alves)
- “Como o desterro de *minh’alma* errante” (Álvares de Azevedo)
- “*Vou-me embora* pra Pasárgada” (Manuel Bandeira)
- “Dele *se* encante mais meu pensamento” (Vinícius de Moraes)

Foi possível observar que, somente às vezes, ela é marcada com o apóstrofo.

2.3. A crase na regência

São, na verdade, três casos distintos, que merecem uma demonstração bem detalhada. Aqui estão:

A. Preposição a + artigo a ou as

- “O velho senador renunciou a + a política” > “O velho senador renunciou **à** política.”

- “Eu vou a + as feiras das terças” > “Eu vou **às** feiras das terças.”

B. Preposição a + pron. demonstrativo a ou as

- “O professor dirigiu-se a + a que chegou primeiro” > “O professor dirigiu-se **à** que chegou primeiro.”

- “Os dois atletas fizeram alusão a + as de uniforme azul” > “Os dois atletas fizeram alusão **às** de uniforme azul.”

C. Preposição a + vogal inicial de aquele (a)(s) e aquilo

- “O progresso chegou a + aquele lugar” > “O progresso chegou **à**quele lugar.”

- “A turista brasileira referiu-se a + aquela cidade italiana” > “A turista brasileira referiu-se **à**quela cidade italiana.”

- “Aquela mulher se ligou a + aquilo” > “Aquela mulher se ligou **à**quilo.”

É interessante notar que, em todos os casos exceto o do nome “alusão”, é o verbo que rege a preposição “a”. Os termos marcados com o acento grave indicador da crase são objetos indiretos e adjuntos adverbiais. No segundo exemplo do item “b”, completando o termo “alusão”, encontra-se um complemento nominal iniciado pelo “às”.

Vale a pena ver os casos especiais que o professor Bechara relaciona (1976: 285): “quando representa a pura preposição ‘a’ que rege um substantivo feminino singular, formando uma locução adverbial: à força, à míngua, à bala, à faca, à espada, à fome, à sede, à pressa, à noite, à tarde, etc.” É isso mesmo: ele os considera como sendo casos em que há o acento grave, mesmo que não ocorra qualquer crase, o que já aparecera em obra do professor Said Ali.

O professor Adriano da Gama Kury, (1982: 109) afirma:

1 – As locuções com substantivos femininos.

113. Desde tempos antigos da nossa língua se vêm usando com acento no a (ou com dois aas, quando não era generalizado uso dos acentos) numerosas locuções adverbiais e prepositivas formadas de substantivos femininos, tais como à custa de, à espada, à farta, à fome, à força, à pressa, à toa, à vela, às avessas, às cegas, às claras, às pressas, às vezes e tantas mais.

Certos autores, comparando algumas dessas locuções com outras formadas de substantivos masculinos, verificam, nestas últimas, a ausência de artigo em muitos casos: a custo, a dedo, a esmo, a prazo, a remo, a troco de, etc., e concluem apressadamente que, em vista disso, as locuções com substantivos femininos não devem acentuar-se, uma vez que “não existe artigo”.

Ora, a comparação com formas semelhantes do masculino, embora, em muitas ocasiões, seja um dos melhores expedientes para certos casos duvidosos, nem sempre se mostra aplicável.

Esquecem assim tais autores que em outras locuções de substantivos masculinos, ocorre o artigo: *ao lusco-fusco* (tal como *à tarde*), *ao redor* (tal como *à roda*, *à volta*), *aos bocados* (tal como *às carradas*), *aos poucos* (tal como *às carreiras*). *Aos trancos e barrancos* (tal como *às tontas*), etc.

Além disso, cumpre levar em conta estes dois fatores que aconselham a utilização do acento no *a* nas locuções com nomes femininos.

- 1.º o uso tradicional do acento pelos melhores escritores da nossa língua;
- 2.º, a pronúncia aberta do *a*, em Portugal, nessas locuções, tal como qualquer a resultante de crase – diferente do timbre fechado do *a* pronome, artigo ou preposição.

Parece que as locuções formadas com substantivos femininos devem, sem exceções, ser acentuadas para oposição com a artigo feminino, evitando, muitas vezes, a dupla interpretação, o que veremos mais tarde quando se estudar a ambiguidade.

É interessante fixar a explicação que nos dá o mestre Rocha Lima (1992: 382):

Nem sempre – e aí é que bate o ponto – ao acentuado é resultante de crase. Assim, por motivos de clareza como para atender às tendências históricas do idioma, recebem acento no *a*, independentemente da existência de crase, muitas expressões formadas com palavras femininas: apanhar à mão, cortar à espada, enxotar à pedrada, fazer a barba à navalha, fechar à chave, ir à vela, matar o inimigo à fome, pescar à linha; à direita, à esquerda, à força, à força de, à francesa, à imitação de, à maneira de, à medida que, à mingua de, à noite, à pressa, à proporção que, à semelhança de, à toa, à ventura, à vista, à vista de.

A ambiguidade

Ambiguidade ou anfibologia é como se chama a possibilidade de

compreensão de um enunciado de duas maneiras diferentes. Vejamos o que diz sobre o assunto o DICIONÁRIO HOUAISS, versão eletrônica:

ambiguidade *Datação*: 1612 *Ortoépia*: gũ
substantivo feminino

1 característica ou condição do que é ambíguo

2 Rubrica: linguística.

propriedade que apresentam diversas unidades linguísticas (morfemas, palavras, locuções, frases) de significar coisas diferentes, de admitir mais de uma leitura; anfibologia [A ambiguidade é um fenômeno muito frequente, mas, na maioria dos casos, os contextos linguístico e situacional indicam qual a interpretação correta; estilisticamente, é indesejável em texto científico ou informativo, mas é muito us. na linguagem poética e no humorismo.]

Pode-se acrescentar, na última parte, a linguagem publicitária, o que provocaria certas situações curiosas e interessantes.

Desejando fazer propaganda sobre as novidades trazidas pelo ensino na modalidade “à distância”, a agência que servia a uma grande universidade do Rio de Janeiro, há alguns anos, elaborou o seguinte texto:

1) “Está na hora de aprender a distância.”

É interessante notar que o publicitário talvez considerasse um mérito a ambiguidade: “saber a diferença” e “aprender por meio de uma nova modalidade”.

Na época, houve uma polêmica entre professores, revisores de texto e profissionais da linguagem, e o “a” da frase acabou recebendo um acento grave, passando a frase a ter a seguinte redação:

2) “Está na hora de aprender à distância.”

Pode-se ter perdido em criatividade, mas, sem dúvida, obteve-se maior clareza.

A polêmica foi ganhando vulto, principalmente pelo fato de alguns gramáticos lembrarem um ensinamento muito usado, que está claramente destacado em Sacconi (1999: 468): “Acentua-se o **a** que principia locuções com palavra feminina...” Mas o professor Sacconi prossegue:

A única locução que não deve trazer acento no **a** é **a distância**, quando não está determinada. Ex.:

Os guardas ficaram **a distância**.

No zoológico, os animais ficam **a distância**.

Quando a distância é determinada, o **a** passa a ser acentuado:

Os guardas ficaram **à distância de cem metros**.

No zoológico, os animais ficam **à distância de dez metros**.

Há mais de 50 anos, porém, o professor Said Ali (apud BECHARA, 1967: 285), no livro *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, já defendia a necessidade de acentuar o “a”, mesmo sendo ele somente preposição, quando houvesse a simples possibilidade de ocorrer uma ambiguidade, o que levaria à opção pela construção do exemplo 2, quando se quisesse determinar o sentido de modalidade.

Na língua falada, para a maioria de nós, brasileiros, não haveria diferença na pronúncia dos dois “aa”; porém, para os nossos irmãos d’além mar, existiria a seguinte diferença:

1) “Está na hora de aprender a distância”. - o “a” seria pronunciado /ɐ/ - semiaberto ou mesmo fechado, como o “up” do inglês._

2) “Está na hora de aprender â distância”. - o “â” seria pronunciado /a/ - bem aberto, mais forte ou até com uma duração um pouco maior.

Tal fato é histórico e se liga à chegada do português lusitano aos ouvidos dos brasileiros. Aliás, isso já provocava discussões na época do Romantismo, quando alguns autores, a fim de fixar melhor as pronúncias de certas palavras em seus textos e, principalmente, poemas, colocavam, às vezes, o acento grave até mesmo antes de palavras masculinas. A verdade é que, aqui no Brasil, não aprendemos a fixar bem a diferença entre o /a/ (aberto) e /ɐ/ (fechado).

É hora, porém, de se estudar melhor a ambiguidade, um assunto importantíssimo nos objetivos propostos.

Pode-se começar vendo os casos que mais interessam a este trabalho, ou seja, os de ambiguidade sintática.

Além dos exemplos vistos referentes ao acento grave, há outros casos de ambiguidade provocada por vários motivos.

Vejam-se alguns deles:

1) “Maria pediu que José levasse o seu casaco.”

Não é possível saber se o casaco é o de Maria ou de José. É claro que a simples troca do possessivo “seu” por “dele” ou “dela” resolveria o problema da ambiguidade: “Maria pediu que José levasse o casaco dela” ou “Maria pediu que José levasse o casaco dele”.

2) “A policial o motorista agrediu verbalmente.”

Com os dois substantivos colocados antes do verbo, fugindo à tradição de colocação normal da língua “sujeito + verbo + complemento”, é impossível determinar, com certeza, “quem agrediu quem”, pois os dois substantivos tanto podem ser o sujeito como o objeto da ação. A preposição resolve a dúvida. Veja: “A policial ao motorista agrediu verbalmente.” - foi a policial que agrediu o

motorista. Ou então: “A policial o motorista agrediu verbalmente.” - agora foi o motorista que agrediu a policial. É claro que a língua escrita poderia usar outros recursos, por exemplo, a vírgula: “A policial, o motorista, agrediu verbalmente”, nesse caso, foi a policial que agrediu o motorista. Já neste: “A policial, o motorista agrediu verbalmente”, foi o motorista que agrediu a policial.

3) “E todo mundo viu o presidente do Vasco roubar a cena, tomando a palavra várias vezes e impedindo que o novo comandante respondesse às perguntas que não lhe agradavam, principalmente às relacionadas à Série B.” (EXPRESSO)

Perguntas que não agradavam a quem? A ele, presidente, ou ao novo comandante? Tal ambiguidade ocorre porque o pronome “lhe” pode retomar qualquer um dos substantivos anteriores. A maneira de evitar o duplo sentido seria usar “a ele” e nomear “quem era”. Assim: “E todo mundo viu o presidente do Vasco roubar a cena, tomando a palavra várias vezes e impedindo que o comandante respondesse às perguntas que não agradavam a ele, Eurico, principalmente as relacionadas à Série B.”

4) “O presidente da firma, ao saber da reação dos empregados, convocou uma reunião para discutir a demissão do gerente.”

E agora? O gerente demitiu alguém ou alguns, e isso provocou a reação dos empregados? Ou ele, o gerente, era muito querido, e os empregados reagiram por causa da demissão dele? É a velha diferença entre o adjunto adnominal e o complemento nominal. Se o gerente praticou o ato de “demitir”, é o termo agente, logo adjunto adnominal, mas, se ele, ao contrário, sofreu a ação de ser demitido, é caso de complemento nominal. Nesse caso, só o contexto resolveria a questão desfazendo a ambiguidade.

5) “Tal fato cria um ambiente propício para os investidores, sem o que os empregos começarão a minguar.”

Os empregos começarão a minguar sem os investidores ou sem o ambiente propício? É claro que as duas hipóteses são viáveis. Resolver isso seria fácil com o uso de “o qual” ou “os quais”. Exemplificando: “Tal fato cria um ambiente propício para os investidores, sem o qual os empregos começarão a minguar.” Ou então: “Tal fato cria um ambiente propício para os investidores, sem os quais os empregos começarão a minguar.”

6) “Quatro pessoas procuravam a criança perdida, até que um rapaz a encontrou e a sua irmã.”

A irmã estava perdida também, estava com a criança? Ou estava a procurá-la junto com o rapaz e a encontrou também? É... falta clareza. Um acento grave, preposicionando o segundo núcleo do objeto direto, resolveria o

problema: “Quatro pessoas procuravam a criança perdida, até que um rapaz a encontrou e à sua irmã.”

7) “Mandei-a esperar a minha nova assistente, pois o voo foi transferido para o Galeão.”

Essa ambiguidade é pouco visível. A tendência dos leitores é compreender que “ela vai esperar a minha nova assistente”, seguindo a tradição de ordem normal da língua “sujeito + verbo + complemento”; no entanto, também é possível que “eu tenha pedido à minha nova assistente que fosse esperar alguém (= ela)”, daí o uso do pronome oblíquo “a” para indicar o complemento verbal (objeto direto), restando, então, ao termo “a minha nova assistente” a função de sujeito do verbo “esperar”.

A norma culta, nesse caso, apresenta uma regra quase desconhecida, que manda trocar o pronome “a” por “lhe”: “Mandei-lhe esperar a minha nova assistente, pois o voo foi transferido para o Galeão”, desfazendo, assim, a ambiguidade, pois o pronome “lhe” não pode ser objeto direto; desse modo, só lhe cabe o papel de sujeito. Tudo esclarecido: “é ela que vai esperar a minha nova assistente”.

8) “O Governo do PT diz que tem tomado todas as medidas para investigar o que ocorreu e as denúncias que apareceram, inclusive, estão com duas auditorias externas” - disse Rui Falcão. (O GLOBO)

Note-se que, numa leitura rápida, a falta de vírgula antes do “e” pode levar a uma interpretação diferente: “investigar o que ocorreu e as denúncias que apareceram”. Colocada a vírgula, vê-se que não era essa a intenção do repórter. Ele queria escrever o seguinte: “O Governo do PT tem tomado todas as medidas para investigar o que ocorreu, e as denúncias que apareceram, inclusive, estão com duas auditorias externas - disse Rui Falcão.”

É bom lembrar que ainda ocorre a ambiguidade semântica, que se pode ver nos exemplos abaixo:

9) “Não há dúvida de que essa frase é mais uma pérola da coleção do jornalista.”

Sem um contexto que revele se a frase é elogiosa ou irônica, não há possibilidade de se saber o que está sendo dito.

10) “Procurador da Justiça Estadual acusa oficial da Polícia Militar de ameaças à família que prestou queixa contra uma unidade da Corregedoria do Batalhão de Niterói - notícia não foi comentada pela instituição.” (EXTRA)

Veja que, ao usar o substantivo “instituição”, não se revela qual dos órgãos citados recusou o comentário: a Justiça Estadual, a Polícia Militar ou até a Corregedoria do Batalhão de Niterói.

11) “Se você quiser, pode vir apanhar o rádio, pois eu não ligo.”

O sentido do verbo “ligar” não é claro. Seria “não me importo” ou “fazê-lo funcionar”?

4. A pesquisa viva / Análise de textos recentes da imprensa

Dividiu-se este capítulo em três partes. Na primeira, examinaram-se textos em que a regência determinava ou não o uso do acento; na segunda, analisaram-se textos recentes da imprensa com a intenção de verificar como o uso do acento grave é problemático e cheio de imperfeições. Na última, fez-se um estudo de casos em que se recomenda o emprego do acento.

1.1. Mostra de erros por mau uso da regência verbal

Nesta primeira mostra, analisaram-se erros causados pelo engano ou desconhecimento da regência verbal ou nominal.

1) “No trecho da reportagem divulgado ontem à noite, ‘Veja’ faz um relato da chegada de Yousseff na sala do juiz federal de Curitiba.” (O GLOBO - p. 4 - 24/10/14)

- mau uso da preposição “em”, quando se deveria utilizar a preposição “a” após o substantivo “chegada” + artigo “a”, que precede o substantivo “sala” (“à sala do juiz federal de Curitiba” - complemento nominal).

Melhor: “No trecho da reportagem divulgado ontem à noite, “Veja” faz um relato da **chegada de Yousseff à sala...**”

2) “Como entender a turma que vem para essas festinhas nas quais não vai favelado?” (O GLOBO - p. 2 - 5/1/1)

- mau uso da preposição “em” / deveria haver a preposição “a” regida pelo verbo “ir” em crase com o artigo “as” que acompanha “quais” seguindo antecedente feminino.

Melhor: “Como entender a turma que vem para **essas festinhas às quais não vai favelado?**”

3) “O ator compareceu na cerimônia.” (EXPRESSO - p. 9 - 1/12/14)

- mau uso da preposição “em” / deveria haver a preposição “a” regida pelo verbo “comparecer” em crase com o artigo “a” que acompanha “cerimônia”.

Melhor: “O ator compareceu **à cerimônia.**”

4) “Dilma terá que atender a equação do mercado, que pede um executivo confiável.” (O GLOBO - p. 3 - 13/12/14)

- “atender”, nesse sentido de “agradar”, “satisfazer”, com a ideia de “solicitação” subentendida, rege a preposição “a”, que aparecerá em crase com o artigo “a”,

que precede “equação”.

Melhor: “A Dilma terá que **atender à equação** do mercado, que pede um executivo...”

5) “Pouco mais de um mês após se tornar a única dona da usina, a Petrobras atendeu, ainda que parcialmente, a construtora.” (O GLOBO - p. 3 - 16/11/14)

- preposição “a” regida pelo verbo “atender” com a palavra “pedido” subentendida + artigo “a” que precede o substantivo “construtora” (“à construtora” - objeto indireto).

Melhor: “Pouco mais de um mês após se tornar a única dona da usina, a Petrobras **atendeu**, ainda que parcialmente, **à construtora**.”

6) “Achou um naco de carne suspeito que pode desagradar as famílias?” (O GLOBO - p. 8 - 10/11/14)

- preposição “a” regida pelo verbo “desagradar” + artigo “as”, que precede o substantivo “famílias” (“às famílias” - objeto indireto).

Melhor: “Achou um naco de carne suspeito que pode **desagradar às famílias**?”

7) “O time carioca joga tudo nessa partida, que poderá salvar a temporada e levá-lo, uma vez mais, a disputa da Libertadores.” (O GLOBO - p. 31 - 21/10/14)

- preposição “a” regida pelo verbo “levar” + artigo “a”, que precede o substantivo “disputa” (“à disputa da Libertadores” - objeto indireto).

Melhor: “O time carioca joga tudo nessa partida, que poderá salvar a temporada e **levá-lo**, uma vez mais, **à disputa da Libertadores**.”

8) “Para eles, o julgamento cabe ao eleitor, e a intervenção da Justiça Eleitoral deve se dar apenas se houver ofensa a honra.” (O GLOBO - p. 3 - 22/10/14)

- preposição “a” regida pelo substantivo “ofensa” + artigo “a”, que precede o substantivo “honra” (“à honra” - complemento nominal).

Melhor: “Para eles, o julgamento cabe ao eleitor, e a intervenção da Justiça Eleitoral deve se dar apenas se houver **ofensa à honra**.”

9) “E falo de todos os outros cargos que ocupei pelo voto popular, numa trajetória oposta a dela, que construiu sua vida pública quase toda por indicações.” (O GLOBO - p. 4 - 13/10/14)

- preposição “a” regida pelo adjetivo “oposta” + pronome substantivo demonstrativo “a” (“à dela” - complemento nominal).

Melhor: “E falo de todos os outros que ocupei pelo voto popular, numa trajetória **oposta à dela**, que construiu sua vida pública quase toda por indicações.”

10) “O novo motor rende 142cv – potência similar a do Civic 1.8.”

(EXTRA - p. 2 - 3/9/14)

- preposição “a” regida pelo adjetivo “similar” + pronome substantivo demonstrativo “a” (“à do Civic 1.8” - complemento nominal).

Melhor: “O novo motor rende 142cv – potência **similar à do Civic 1.8.**”

1.2. Mau uso do acento grave em jornais recentes

Nesta segunda mostra, selecionaram-se erros por presença indevida ou ausência do acento grave:

1) “Do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no interior paulista, ele agradeceu à adesão da candidata derrotada.” (O GLOBO - p. 4 - 13/10/14)
- só aparece o artigo “a”, que precede o substantivo “adesão” (“a adesão” - objeto direto) / não existe preposição “a”.

Melhor: “Do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no interior paulista, ele **agradeceu a adesão** da candidata derrotada.”

2) “Esse é o prazo máximo de vida útil dos veículos integrantes do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Veículos de Aluguel à taxímetro estabelecido pela SMTR.” (EXPRESSO - p. 2 - 12/11/14)

- só aparece preposição “a” (se houvesse artigo antes de “taxímetro”, que é masculino, seria “o”).

Melhor: “Esse é o prazo máximo de vida útil dos veículos integrantes do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Veículos de Aluguel **a taxímetro** estabelecido pela SMTR.”

3) “Nos bailes da Lapa, tem de tudo: de novinha à coroa.” (EXPRESSO - p. 23 - 4/11/14)

- só aparece a preposição “a”, que se pode ver pelo paralelismo com o “de” que precede “novinha” / não existe um segundo “a”.

Melhor: “Tem de tudo: **de novinha a coroa.**”

4) “Nove deles vão atender o Sistema Transoeste, que liga a Barra à Santa Cruz, e três serão integrados à frota do Transcarioca, que liga a Barra à Ilha (Aeroporto do Galeão).” (EXPRESSO - p. 6 - 10/11/14)

- antes de “Santa Cruz”, só aparece a preposição “a”, pedida pelo verbo “ligar” / não existe um segundo “a”, diferentemente do que ocorre com “Ilha”, quando, além da preposição “a” regida por “ligar”, há o artigo “a”.

Melhor: “Nove deles vão atender o Sistema Transoeste, que **liga a Barra a Santa Cruz**, e três serão integrados à frota do Transcarioca, que liga a Barra à Ilha (Aeroporto do Galeão).”

5) “Motoristas precisam ficar atentos à possíveis mudanças no trânsito.” (EXTRA - p. 5 - 7/11/14)

- o nome “atentos” rege a preposição “a”, mas não existe um segundo “a” / como “possíveis mudanças” é plural, se houvesse artigo, seria “as”, isto é, estaria escrito “às possíveis mudanças”, mas, então haveria uma pequena mudança de sentido, dando a noção de “todas as mudanças” e não apenas de algumas.

Melhor: Motoristas precisam ficar **atentos a possíveis mudanças** no trânsito.

6) “O acidente ocorreu com a composição que saiu da Central do Brasil rumo à Oswaldo Cruz ontem à tarde.” (EXTRA - p. 7 - 6/12/14)

- o nome “rumo” rege a preposição “a”, mas não existe o segundo “a”, principalmente por “Oswaldo Cruz” ser um bairro, além de nome masculino.

Melhor: O acidente ocorreu com a composição que saiu da Central do Brasil **rumo a Oswaldo Cruz** ontem à tarde.

7) “Todos têm direito de usar ao contraditório e à defesa.” (O GLOBO - p. 7 - 8/12/14)

- a verdade é que o verbo “usar” não pede preposição; assim, o melhor é não ter o “ao” e o “à”. Melhor: “Todos têm **direito de usar o contraditório e a defesa**.”

8) “A noite, cerca de 30 torcedores protestaram em frente à sede de General Severiano.” (EXTRA - p. 4 - 4/10/14)

- preposição “a” + artigo “a” que precede “noite” (“À noite” - locução adverbial de tempo / adjunto adverbial de tempo).

Melhor: “**À noite**, cerca de 30 torcedores protestaram em frente à sede de General Severiano.”

9) “As 23h12, em % de votos já é possível indicar que a diferença é muito pequena.” (O GLOBO - p. 10 - 4/10/14)

- preposição “a” + artigo “as” que precede “23h12” (“Às 23h12” - locução adverbial de tempo / adjunto adverbial de tempo).

Melhor: “**Às 23h12**, em % de votos já é possível indicar que a diferença é muito pequena.”

10) “Pais dos estudantes mortos ou desaparecidos se manifestam em frente a escola dos jovens: eles exigem que governo federal traga seus filhos de volta.” (O GLOBO - p. 39 - 7/10/14)

- preposição “a” no final da locução prepositiva “em frente a” + artigo “a”, que precede o substantivo “escola” (“em frente à escola dos jovens” - locução adverbial de lugar / adjunto adverbial de lugar).

Melhor: “Pais dos estudantes mortos ou desaparecidos se manifestam **em frente à escola dos jovens**: eles exigem que governo federal traga seus filhos de volta.”

11) “O jovem foi executado com um tiro no peito, a queima-roupa, após um cliente se irritar com um fura-fila.” (EXPRESSO - p. 4 - 24/11/14)

- preposição “a” no início de locução adverbial com ideia de modalidade / é caso de acento grave mesmo sem que haja “aa” / adjunto adverbial de modo
Melhor: O jovem foi executado com um tiro no peito, **à queima-roupa**, após um cliente se irritar...

12) “O decreto garantiu acesso aos medicamentos a todas as pessoas com teste positivo de HIV, mesmo a aquelas sem comprometimento do sistema imunológico.” (EXTRA - p. 14 - 2/12/14)

- preposição “a” regida pelo nome “acessos” e o “a” inicial do demonstrativo “aquelas”.

Melhor: “O decreto garantiu acesso aos medicamentos a todas as pessoas com teste positivo de HIV, **mesmo àquelas** sem comprometimento do sistema imunológico.”

1.3. Casos interessantes em que se recomenda o uso do acento grave

Neste terceiro tópico, estabelecem-se pequenas diferenças no uso do acento conforme a frase escrita. São, na verdade, pequenos detalhes de construções que geram as dúvidas. Depois, mostram-se casos em que, para serem mais fáceis de entender, se recomenda claramente o uso do acento.

1) “Ativistas querem que Reino Unido puna aqueles que **atacaram a ‘flotilha da paz’**.” x “Ativistas querem que Reino Unido investigue **ataque à ‘flotilha da paz’**.” (O GLOBO - p. 19 - 5/1/15)

- na primeira, tem-se o verbo “atacar”, que não rege preposição, portanto não há crase - o “a” é só artigo; na segunda, o nome “ataque” pede preposição “a”, que se funde ao artigo “a”, daí o “à” acentuado.

2) “O ano começou agora, mas, em Trancoso, na Bahia, **a espera do próximo réveillon já é um fato**.” x “O ano começou agora, mas, em Trancoso, na Bahia, há quem já esteja **à espera do próximo réveillon**.” (EXTRA - p. 6 - 5/1/15)

- na primeira, tem-se o termo “a espera” como sujeito do verbo “ser”, portanto não há crase - o “a” é só artigo; na segunda, aparece a locução prepositiva “à espera de”, sempre com o “à” acentuado, que inicia o adjunto adverbial com ideia de modalidade.

3) “Ora, o destino não está escrito em lugar nenhum, apenas **se escreve a medida do que se cumpre** x Ora, o destino não está escrito em lugar nenhum, ele se escreve **à medida que se cumpre**.” (O GLOBO - p. 16 - 3/1/15)

- na primeira, tem-se o termo “a medida” como sujeito do verbo “escrever”,

portanto não há crase - o “a” é só artigo; na segunda, aparece a locução conjuntiva “à medida que”, sempre com o “à” acentuado, que inicia a oração adverbial com ideia de proporção.

4) “Segurada deve ir a agência para saber sobre recurso.” (EXTRA - p. 2 - 30/11/14)

- falta o acento grave, indicador da crase existente entre a preposição “a” regida pelo verbo “ir” e o artigo “a”, que precede o substantivo de valor determinado “agência”.

Melhor: “Segurada deve **ir à agência** para saber sobre recurso.”

5) “A mãe conta ainda que viu o rapaz pela última vez na semana anterior a morte de Fátima Miranda.” (EXTRA - p. 3 - 16/12/14)

- o adjetivo “anterior” rege a preposição “a”, que se funde ao segundo “a”, o artigo que precede o substantivo “morte”.

Melhor: “A mãe conta ainda que viu o rapaz pela última vez **na semana anterior à morte de Fátima Miranda.**”

6) “Em depoimento a polícia, ele afirmou que viu o matador fugir do local.” (EXTRA - p. 6 - 15/12/14)

- o substantivo “depoimento” rege a preposição “a”, que se funde ao segundo “a”, o artigo que precede o substantivo “polícia”.

Melhor: “Em **depoimento à polícia**, ele afirmou que viu o matador fugir do local.”

7) “Desses, R\$ 52,2 milhões foram só de investimentos ligados a Diretoria de Abastecimento, comandada por Costa.” (O GLOBO - p. 7 - 13/12/14)

- o adjetivo “ligados” rege a preposição “a”, que se funde ao segundo “a”, o artigo que precede o substantivo “diretoria”.

Melhor: “Desses, R\$ 52,2 milhões foram só de investimentos **ligados à Diretoria de Abastecimento** comandada por Costa.”

8) “Em meio a guerra entre CBV e FIVB, Banco do Brasil retira o patrocínio do nosso vôlei.” (EXTRA - p. 10 - 13/12/14)

- a locução prepositiva “em meio a” tem o seu “a” em crase com o artigo “a”, que precede o substantivo “guerra”.

Melhor: “**Em meio à guerra** entre CBV e FIVB, Banco do Brasil retira o patrocínio do nosso vôlei.”

9) “As denúncias vão de gastos de R\$ 32,2 milhões com empresas de informática de um aliado da senadora a não contabilização de recursos que teriam sido recebidos de convênio com o Sebrae.” (O GLOBO - p. 15 - 22/11/14)

- por uma questão de paralelismo, o fato de haver o “de” exige a preposição “a”, que sofre a crase em contato com o “a” que precede “não contabilização”

Melhor: “As denúncias vão de gastos de R\$ 32,2 milhões com empresas de informática de um aliado da senadora **à não contabilização** de recursos que teriam sido recebidos de convênio com o Sebrae.”

10) “Líderes de partidos dizem que tendência inicial será de cautela em relação a possibilidade de cassar mandatos.” (O GLOBO - p. 8 - 24/11/14)

- a locução prepositiva “em relação a” tem o seu “a” em crase com o artigo “a”, que precede o substantivo “possibilidade”.

Melhor: “Líderes de partidos dizem que tendência inicial será de cautela **em relação à possibilidade** de cassar mandatos.”

11) “Idec aponta cinco razões pelas quais o consumidor deve saber a origem do alimento que chega a sua mesa.” (O GLOBO - p. 19 - 30/11/14)

- a preposição existe, regida pelo verbo “chegar”, mas o artigo é facultativo, daí ser a crase facultativa também. Recomenda-se, porém, o uso do acento em nome da clareza, ficando mais nítida a ideia de lugar.

Melhor: “Idec aponta cinco razões pelas quais o consumidor deve saber a origem do alimento que **chega à sua mesa**.”

12) “Além de ser a maior exportadora de proteína animal do mundo, R\$ 73,1 milhões foi o que a JBS doou a sua campanha de reeleição.” (O GLOBO - p. 19 - 26/11/14)

- a preposição existe, regida pelo verbo “doar”, mas o artigo é facultativo, daí ser a crase facultativa também. Recomenda-se, porém, o uso do acento em nome da clareza, ficando mais claro qual é o objeto indireto, impedindo qualquer ambiguidade.

Melhor: “Além de ser a maior exportadora de proteína animal do mundo, R\$ 73,1 milhões foi o que a JBS doou **à campanha de reeleição da presidente**.”

13) “José Alfredo pede que Marta convide Maurílio para ir a sua casa.” (EXTRA - p. 5 - 2/12/14)

- a preposição existe, regida pelo verbo “ir”, mas o artigo é facultativo, daí ser a crase facultativa também. Recomenda-se, porém, o uso do acento em nome da clareza, ficando mais clara a ideia de lugar.

Melhor: “José Alfredo **pede que Marta convide Maurílio para ir à sua casa**.”

14) “Deve-se festejar o Dia Nacional do Samba da maneira mais fiel a sua essência.” (EXTRA - p. 3 - 2/12/14)

- a preposição existe, regida pelo nome “fiel”, mas o artigo é facultativo, daí ser a crase facultativa também. Recomenda-se, porém, o uso do acento em nome da clareza, ficando mais nítido o complemento nominal.

Melhor: “Deve-se festejar o Dia Nacional do Samba da **maneira mais fiel à sua essência**.”

15) “Há muita resistência a sua indicação pela relação ruim que se estabeleceu entre ela e o Congresso.” (O GLOBO - p. 6 - 25/11/14)

- a preposição existe, regida pelo nome “resistência”, mas o artigo é facultativo, daí ser a crase facultativa também. Recomenda-se, porém, o uso do acento em nome da clareza, ficando mais nítido o complemento nominal.

Melhor: “Há muita **resistência à sua indicação** pela relação ruim que se estabeleceu entre ela e o Congresso...”

16) “Barroso também suspendeu o direito a viagem que havia sido concedido a Delúbio Soares.” (O GLOBO - p. 7 - 25/11/14)

- a preposição existe, regida pelo nome “direito”, mas o artigo é apenas recomendável, daí ser a crase, para muitos, facultativa. Recomenda-se, porém, o uso do acento em nome da clareza, ficando mais nítida a compreensão de que se trata de uma “viagem definida”.

Melhor: “Barroso também suspendeu **o direito à viagem** que havia sido concedido a Delúbio Soares...”

17) “E o Vasco voltará a Série A com atuações pavorosas e um time pior ainda.” (EXTRA - p. 8 - 22/11/14)

- a preposição existe, regida pelo verbo “voltar”, e o artigo também existe. Recomenda-se o uso do acento em nome da clareza, para que não se confunda o sujeito (“o Vasco) com o termo que dá a ideia de lugar (“a Série A”).

Melhor: “E o Vasco **voltará à Série A** com atuações pavorosas e um time pior ainda.”

18) “Com uma porcentagem muito próxima a do jovem, 41%, a dupla Danilo Reis e Rafael, do técnico Lulu Santos, também agradeou.” (EXTRA - p. 7 - 22/11/14)

- a preposição existe, regida pela locução prepositiva “próximo a”, e também existe o pronome demonstrativo “a”, que evita a repetição de “porcentagem”.

Melhor: “Com uma porcentagem **muito próxima à do jovem**, 41%, a dupla Danilo Reis e Rafael, do técnico Lulu Santos, também agradeou.”

19) “A cantora se emocionou ao falar da mãe e cantou, a capela, músicas de Elis.” (EXTRA - p. 6 - 24/11/14)

- a preposição existe, introduzindo a locução adverbial de modo; trata-se daquele caso em que há o acento grave para indicar que o “a” deve ser falado mais longo ou mais aberto, mesmo não sendo resultado de uma crase.

Melhor: “A cantora se emocionou ao falar da mãe e cantou, **à capela**, músicas de Elis.”

20) “O ponto de táxi que fica na rotatória da Praça Marechal Âncora será transferido para a lateral da praça, a beira-mar.” (EXTRA - p. 2 - 26/11/14)

- a preposição existe, introduzindo a locução adverbial de lugar; trata-se de

um caso em que, para muitos autores, não é necessário o acento grave, porém fica mais claro indicar que o “a” deve ser falado mais longo ou mais aberto, mesmo que, para a maioria, não seja resultado de uma crase.

Melhor: “O ponto de táxi que fica na rotatória da Praça Marechal Âncora será transferido para a lateral da praça, **à beira-mar**.”

5. Os problemas e os ensinamentos de alguns livros didáticos

Há, no Brasil atual, um campo fértil para aventureiros darem seus palpites a respeito da língua portuguesa. São, normalmente, oportunistas, que aproveitam qualquer chance de escreverem suas dicas, suas colunas, seus artigos e até livros sobre os mais variados assuntos.

O rol de imperfeições é alarmante; por isso, encontramos desde ignorantes das regras e das minúcias da língua até conhecedores da língua, que, apesar de terem boa formação, preferem fazer papéis de bons moços, com atitudes politicamente simpáticas às massas, que, no entanto, só contribuem para preservar o *status quo*, impedindo ou, pelo menos, restringindo a mobilidade social.

O exemplo abaixo, encontrado no jornal EXTRA, de 4 de novembro de 2014, numa seção de dicas para “concurseiros”, mostra bem o ‘simplismo’ ao tratar de um tema complexo como a crase:

“Dez mandamentos para a nota 10:

7) Não arriscará na crase

- Por isso, se houver dúvida na aplicação de uma crase, por exemplo, é preferível não colocar.”

Além do erro de conteúdo, já que crase é o fenômeno fonético, e o sinal é, na verdade, o acento grave, o autor da “dica” ignora as lições mais modernas, que preveem o acento como meio de assegurar a clareza.

Volte-se, então, ao problema da clareza em frases como:

1) “A procura de uma solução trouxe ao povo novo alento.”

- sem o acento grave, o termo “A procura de uma solução” é o sujeito do verbo “trazer”; o substantivo núcleo do sujeito é “procura”, acompanhado de dois adjuntos adnominais: “A” e “de uma solução”.

2) “À procura de uma solução trouxe ao povo novo alento.”

- com o acento grave, o termo “À procura de uma solução” é um adjunto adverbial, introduzido pela locução prepositiva “à procura de”, sempre preposicionada, acrescentada ao substantivo “uma solução”. É claro que há um sujeito “ele” subentendido. O uso de uma vírgula no final da circunstância antecipada facilitaria a compreensão: “À procura de uma solução, trouxe ao povo novo alento.”

Morfologicamente, são bem diferentes. E tudo isso nos é revelado pelo acento grave... Na língua falada, o “À” do exemplo 2, um pouco mais longo ou mais aberto ou até mesmo um pouco mais forte, com certeza, faz a diferença e permite a clareza na compreensão.

Veja-se, novamente, o problema do “a distância” x “à distância”:

3) “Os alunos estão se adaptando ao ensino a distância.”

- tratando-se de uma distância não determinada, não seria necessário o uso do acento grave.

4) “O alvo fora colocado à distância de 50 metros.”

- agora, tratando-se de uma distância determinada, é necessário o uso do acento grave.

Simples, não? É um ensinamento quase sempre “copiado” pela maioria dos autores. É claro que, nessas condições contextuais, é possível ver a diferença entre as duas locuções. Ninguém perceberia nelas a possibilidade de serem ambíguas.

O fato é que quem escreve sabe o que está escrevendo, isto é, antes de ser texto, o que depois seria escrito era uma ideia clara e definida na cabeça do enunciatador; não havendo, portanto, chance de ambiguidade.

No entanto, o interlocutor, ao ler um texto, ainda não sabe o que o primeiro quer dizer, o que favoreceria a descoberta e a ocorrência de ambiguidades.

Assim, o exemplo seguinte poderia, com certeza, admitir as duas interpretações: “conhecer a diferença” e “aprender numa nova modalidade”.

5) “Na vida moderna, sempre é bom estar preparado para aprender a distância.”

E aí? Nesse caso, usa-se o acento? Não é assim! As normas gramaticais existem para prever situações e impedir que tais dúvidas de compreensão venham a acontecer.

Pelo menos, é essa a visão de um bom conhecedor da gramática normativa. As regras não foram criadas segundo a vontade do filólogo. Muitas vezes, não se sabe o porquê de elas existirem, mas, um dia, sem dúvida, encontrar-se-á um fato da língua que mostrará a razão da existência delas.

Passa-se, então, a examinar alguns livros dos três níveis de ensino para verificar como se ensina mal o uso do acento grave, indicador ou não da crase, inclusive nos casos em que evita a ambiguidade.

O eminente mestre dedica um capítulo inteiro, na parte de Gramática, ao assunto “Crase”, da página 372 à 377, com atividades na 374, na 376 e na 378 (8 exercícios ao todo).

O autor (1998:372) considera que “o uso do acento indicativo de crase costuma confundir muita gente, mas não é tão complicado quanto parece”.

Embora explique a diferença entre “crase” e “acento grave”, só são citados, entre os casos acentuados, o da “preposição com o artigo” e o da “preposição com os demonstrativos aquele, aquela e aquilo”. Na página 373, ele alude à possibilidade de “aquela” ser substituída por “a”.

Curiosamente, no exercício 2 da p. 374, aparece a seguinte questão:

2. A ocorrência ou não da crase pode alterar o sentido de uma frase. Explique a diferença de sentido que há entre as frases abaixo:

- a) Disse à mulher que chegaria mais cedo.
- b) Disse a mulher que chegaria mais cedo.

O gabarito, que existe no “Livro do professor”, no final do livro, cumpre bem o seu papel, mostrando a diferença de mensagens e explicando a importância do acento grave na primeira frase.

Na parte referente, aos casos de não crase, é interessante observar que há uma nota mostrando que, com os pronomes de tratamento, não se usa o acento, a não ser com “senhora” e “senhorita”, faltando incluir nesse caso “dona” e “madame”.

Logo abaixo, aparece a noção do acento facultativo diante dos possessivos, que é mostrada de modo muito simples, não apresentando como especiais os casos de masculino/feminino, singular/plural, além da presença ou ausência do substantivo.

Livro 2 - FARACO & MOURA. *Gramática*. 12^a. ed. Ática. São Paulo, 1999

Os dois mestres escrevem, na página 72, uma observação interessante sobre a crase:

Leitura inadequada do à

Da fusão do artigo **a** com a preposição **a** resulta **à**. Essa fusão marca-se com o acento grave na escrita. Não se deve desdobrar esse **à** na leitura.

Correto

Incorreto

Vou à praia. (a)

Vou à praia. (aa)

Sairemos às seis horas. (as)

Sairemos às seis horas. (aas)

Além de só fazerem referência a um dos casos de crase (preposição + artigo), não existe nenhuma menção ao fato de a pronúncia do “à” ser mais aberta ou mais longa.

Mais tarde, usam cerca de 10 páginas (528 a 537) para tratar do assunto “crase”, começando com uma afirmação enganosa (1999:528) “Crase é a fusão de duas vogais idênticas. Representa-se graficamente a crase pelo acento grave”.

Observe-se que não há referência aos demais casos de crase nem ao acento grave que não representa a crase.

Citam a regência como causa principal do fenômeno e tratam de todos os casos regulares. Fazem observações sobre as situações problemáticas das locuções prepositivas, adverbiais e conjuntivas. No caso das locuções adverbiais com ideia de instrumento, consideram-nas como um caso facultativo. Apresentam estratégias para desvendar o emprego do acento gráfico nos casos mais complicados, mas não fazem qualquer referência aos de ambiguidade. Há um número bom de exercícios e de questões de vestibulares. Na página 535, há um exercício, o número 3, que cobra diferenças de sentido no uso facultativo do acento:

3. Que diferença de sentido existe entre as frases?
 - c. Entrou no salão à inglesa.
Entrou no salão a inglesa.
 - d. Desenhou a chinesa.
Desenhou à chinesa.

No gabarito, há uma explicação correta, enfatizando que o uso do acento grave especifica a noção de modalidade, diferenciando bem da outra frase, em que o substantivo precedido apenas de artigo exerce a função de sujeito.

Livro 3 - SACCONI - *Nossa Gramática - teoria e prática*. 25ª ed. Atual. São Paulo, 1999

O autor faz uma referência à crase na página 303: “Crase é a fusão de vogais idênticas: à (preposição **a** + artigo **a**); àquilo (preposição **a** + a 1ª vogal do pronome **aquilo**). Trata-se de um caso especial de contração”.

Note-se a falta de alusão aos demais casos: o plural do artigo (as) e os outros pronomes demonstrativos (a, as, aquele, aqueles, aquela e aquelas).

Num capítulo de regência e crase, mais precisamente na página 466, aparece um longo estudo sobre crase, que começa com a diferença entre esse fenômeno fonético e o acento grave, distinguindo, inclusive, o mau hábito de se dizer “Craseie o a!”, quando se deveria dizer “Coloque o acento grave no a!” ou “Acentue o a craseado!”.

O amplo conteúdo detalha muitos casos, com propriedade e estratégias que visam a esgotar os ensinamentos. Alguns deles merecem elogios: “Nem sempre, todavia, como veremos, na observação 3 da página 469, o acento no **a** indica uma fusão, uma crase, mas esse é um caráter excepcional.”

Outros devem receber comentários e até reparos, como este, da página 467:

Antes de pronome possessivo é facultativo o uso do artigo; sendo assim, facultativo também será o uso do acento grave no **a** que se antepõe a esse tipo de pronome. Ex. Refiro-me **a** / **à** sua colega, e não **a** / **à** minha.

Faço referência **a** / **à** sua firma, e não **a** / **à** nossa.

Pronomes possessivos antecidos de nomes de parentesco rejeitam o uso do artigo; sendo assim, não se usa o acento grave no **a** que a eles se antepõe. Ex.: Refiro-me **a sua mãe**, e não **a minha**.

Faço referência **a** / **à tua prima**, e não **a** / **à nossa avó**.

É óbvia a ausência de referência aos casos de masculinos e plurais na primeira parte da observação, já que eles não são facultativos, mas, sim, proibidos ou até obrigatórios:

- “Refiro-me **a ou ao seu colega**, e não **ao meu**.”
- “Refiro-me **a ou às suas colegas**, e não **às minhas**.”
- “Faço referência **a ou ao seu emprego**, e não **ao nosso**.”
- “Faço referência **a ou às suas firmas**, e não **à nossa**.”

Na segunda parte, é possível que, por uma falha de revisão, tenha sido trocado o adjetivo “seguidos” por “antecidos”, o que gera um grande absurdo, além da contradição em relação aos exemplos. Veja que, nas formas corretas abaixo, só há a possibilidade de ser facultativo o uso do acento grave quando o substantivo estiver presente. Não havendo o tal substantivo, o emprego do acento é obrigatório:

- “Refiro-me **a ou à sua mãe**, e não **à minha**.”
- “Faço referência **a ou à tua prima**, e não **a ou à nossa avó**.”

- “Faço referência **a ou à tua prima**, e não **à nossa**.”

Logo depois, em Crase 2 (p. 468), o eminente mestre escreve:

Acentua-se o **a** que principia locuções com palavra feminina. Ex.: carro **a gasolina**, estudar **à noite**, estar **à cata** de informações, **à proporção que** chove, mais preocupados ficamos.

A única locução que não deve trazer acento no **a** é **a distância**, quando não está determinada. Ex.:

Os guardas ficaram **a distância**.

No zoológico, os animais ficam **a distância**.

Quando a distância for determinada, o **a** passa a ser acentuado:

Os guardas ficaram **à distância de cem metros**.

No zoológico, os animais ficam **à distância de dez metros**.

Trata-se da maneira tradicional de fazer a diferença de uso do “a/à” que antecede a palavra “distância”. Aparece em muitos livros, mas não resolve o problema da ambiguidade em algumas situações mais comuns nos últimos tempos, principalmente depois da expansão do uso da expressão “ensino à distância”.

Livro 4 - BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. Parábola, São Paulo, 2012.

O professor apresenta, na página 158, um estudo interessante e bem elaborado da crase histórica, aludindo, inclusive à diferença de pronúncia da vogal baixa ou central /a/, única no português brasileira, em relação ao /e/ baixo ou central fechado, que, ao lado do primeiro, existe no português lusitano.

Apresenta uma proposta de acentuar sempre o “a” preposição, mas, depois, entra na velha discussão ideológica que separa “incluídos” e “excluídos”, sugerindo, assim, a simplificação da língua, não vendo nisso uma forma de empobrecimento do idioma, ou seja, facilita-se a vida dos que não conseguem aprender, aliviando, assim, a missão do Estado, que é formar bons professores, que saibam ensinar os alunos a aprender a boa linguagem.

O livro volta a focar a crase na formação vocabular, na página 296, ao incluí-la nos metaplasmos por supressão, apresentando-a como um mecanismo de eliminação do hiato resultante de uma síncope das consoantes intervocálicas sonoras: (do latim) ”nudum (apócope) > nudu (síncope) > nuu (crase) > (ao português) nu”.

O estudo mais completo do fenômeno crase aparece entre as páginas

871 e 875. É, sem dúvida, um excelente texto sobre as condições linguísticas de uso do acento grave indicador da crase. Parte da diferença fonética entre o português do Brasil e o de Portugal, exemplificando com (2012:871): “De fato, os portugueses pronunciam de modo diferente *viajei a Coimbra* e *viajei à Galiza*, o que lhes permite distribuir mais facilmente a preposição simples e a preposição combinada com o artigo (o *a* craseado).”

Voltando a discutir a questão fonética, o autor confessa se sentir atraído por uma certa simplificação do problema na fala e cita ‘pensadores’ tão diferentes quanto o anarquista Millôr Fernandes, o filólogo Antenor Nascentes e até o romancista José de Alencar para defender a dificuldade de se empregar o acento grave indicador da crase e a necessidade de repensar o seu uso.

O último parágrafo da página 873 chega a um tom humorístico ou pelo menos pouco sério. Parece mesmo uma ironia: Infelizmente, porém, a aceitação da proposta de Alencar, bastante racional, significaria, entre outras coisas, retirar das mãos de uns poucos um símbolo de distinção do *status* cultural, que serve como elemento diferenciador entre os que “sabem português” e “os ignorantes”. É espantoso, mas um simples rabisco de menos de um decímetro de comprimento pode ser investido de um tremendo poder simbólico numa sociedade tão desigual e hierarquizada como a nossa.

Ele termina o assunto com uma proposta para o ensino do uso do acento eminentemente prática, que até pode render resultados, porém acabará por ter de recorrer, na explicação, a elementos como a regência e as classes de palavras. Uma outra falha é que restringe o uso ao “à” acentuado antes de femininos e não faz qualquer menção aos casos de ambiguidade, o que, na sua estratégia - aprender pelos exemplos -, seria fundamental e extremamente útil.

Finalmente, vale citar que o discutido professor reconhece a importância de ensinar o uso do acento indicador da crase na página 1006, tópico 22.7.1, item 2: “Também é incontornável o ensino sistemático do emprego do acento indicador da crase...”

Livro 5 - GUIMARÃES, Florianete & GUIMARÃES, Margaret. *A gramática lê o texto*. Moderna. São Paulo, 1997.

As autoras apresentam um bom estudo sobre crase no capítulo sobre preposições. Começa na página 143 e se estende até a 147, incluindo duas somente de exercícios.

Só fala da crase motivada pela regência, embora o faça com acerto e especifique praticamente todos os casos. Destaca o caso da ambiguidade:

Diante de locuções adverbiais e locuções prepositivas femininas: à vista, à vista de, à míngua, à toa, à beça, à medida que, às vezes etc.

À noite, o infinito se levanta. (Augusto dos Anjos)

Na verdade, não houve crase, nessas locuções referidas, porque não aconteceu a contração, Trata-se de mero acento diferencial, usado para evitar ambiguidade:

Saiu a francesa (A francesa saiu)

sujeito

Saiu à francesa. (Saiu à moda francesa)

adjunto adverbial

Veio a força.

sujeito

Veio à força.

adjunto adverbial

Dependendo do sentido que se queira dar à frase, o acento grave (diferencial) será mantido ou não.

É uma bela e útil explicação, que provavelmente, ajudará muito os leitores do livro, pois lhes chama a atenção para as diferenças de mensagens, apesar de ter incluído, no tópico seguinte, ainda na página 144, logo após o título “Não se usa crase”, no item a, a expressão “a distância”, não vendo, portanto, a necessidade de diferenciá-la de “à distância”, como podemos ver em:

- “A distância é difícil de superar.”

- “À distância é difícil de superar.”

No primeiro, fica bem claro que se trata de um sujeito, enquanto, no segundo, uma recomendada vírgula - “À distância, é difícil de superar” - daria mais clareza na identificação da ideia adverbial.

Elogie-se, ainda, a boa quantidade de exercícios, embora nenhum deles trate do assunto ambiguidade.

Livro 6 - GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. *O texto sem mistério; leitura e escrita na universidade*. Ática. São Paulo, 2009

Como indica o título, é um livro dirigido aos universitários e, embora se diga de leitura e escrita, praticamente ignora as normas gramaticais. Assim, não traz qualquer referência à crase e ao acento grave. Fala sobre ambiguidade num título na página 25: “Ambiguidade e contradição”.

No entanto, após a leitura de seus três parágrafos, vê-se que não existe qualquer exemplo ou explicação sobre ambiguidade. Só tratam de contradições, mostrando-as como fatores de incoerência e até de coerência.

É muito pouco...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fala e a escrita do português num país com tantas diferenças de formação étnica e social, sem dúvida, são problemas reais. Sempre foram, desde 1500, quando os primeiros portugueses é que tiveram de aprender as línguas dos nativos e acabaram por misturá-las à deles.

A presença de europeus de diversas nações forçou uma mistura de idiomas com as falas dos indígenas: daí o nhengatu e suas variações, uma delas ainda hoje conhecida como língua dos padres, falada de fato em comunidades amazônicas, por exemplo, na região do Alto Rio Negro, especificamente no município de São Gabriel da Cachoeira. Tal mistura, com certeza, mexeu no nosso português, mas ainda num país sem tradição no ensino.

Nossa passagem de um país de analfabetos para uma nação alfabetizada, iniciada nos meados do Século XX, ainda enfrenta muitas dificuldades, tanto na leitura como na escrita, o que se pode ver nos 309.000 zeros nas redações no último Enem.

E isso é mais grave quando se sabem os critérios que levaram a essa nota: Em 2015, foram 529.000, assim distribuídos: “o zero” só foi atribuído aos que “fugiram do tema (217,3 mil), copiaram o texto motivador (13 mil), escreveram menos de sete linhas (7,8 mil), incluíram alguma parte desconectada do texto principal (3,3 mil) e ofenderam os direitos humanos (955)”.

Imaginem se o critério “domínio da norma culta” fosse determinante para “o zero”! Não que tenha de ser, mas, possivelmente, quando mais dados forem divulgados, veremos que, entre as redações que obtiveram a nota máxima “1.000”, haverá algumas com construções grotescas e escritas absurdas.

O uso do acento grave e a crase, em geral, representam situações que merecem atenção real dos professores e autores, pois podem fazer a diferença na leitura e na escrita, especialmente quando dizem respeito à ambiguidade, que pode ser desfeita apenas com “aquele rabisco de cerca de um décímetro”.

Outro detalhe interessante é que, há pouco mais de dez anos, tal assunto parecia estar resolvido com aquele ensinamento de diferenciar “a distância” (locução substantiva) de “à distância” (locução adverbial / ideia de distância definida). Entretanto, com a evolução da sociedade, e o crescente desenvolvimento da nova modalidade de ensino, o não presencial, chamado também de “à distância”, provocou-se a necessidade de alterações nos ensinamentos, levando à necessidade do acento também nesse caso, para fixar a ideia de modalidade.

Dentro da noção de que a língua é um fato vivo, fica provado que todos têm de se atualizar, o que nem sempre é feito prontamente nem pela maioria dos autores e professores.

E é esse nosso duplo objetivo: revelar que o professor, e não só o de língua portuguesa, tem de se atualizar sempre e mostrar a necessidade de os livros serem renovados com maior constância, pois a sociedade, neste mundo marcado pela comunicação rápida e digital, evolui muito rapidamente.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 12ª ed. São Paulo.: Companhia Editora Nacional, 1967 e 1976

CÂMARA JR. , Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DICIONÁRIO HOUAISS. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

FARACO & MOURA. *Gramática*. 12ª. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FREITAS, Horácio Rolim. *A obra de Olmar Guterres da Silveira*. Rio de Janeiro: Metáfora, 1996.

GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. *O texto sem mistério; leitura e escrita na universidade*. São Paulo: Ática, 2009 .

GUIMARÃES, Florianete & GUIMARÃES, Margaret. *A gramática lê o texto*. São Paulo: Moderna, 1997.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira, 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

http://pensador.uol.com.br/poemas_de_alvares_de_azevedo/

http://pensador.uol.com.br/soneto_de_fidelidade/

http://www.bibliaon.com/versiculo/mateus_16_18

<http://www.mensagenscomamor.com/CastroAlves>

http://www.releituras.com/mbandeira_pasargada.asp

<https://www.teknia.com/greek-dictionary/kago>

JORNAL O GLOBO (exemplares de outubro de 2014 a janeiro de 2015)

JORNAL EXPRESSO (exemplares de outubro de 2014 a janeiro de 2015)

JORNAL EXTRA (exemplares de outubro de 2014 a janeiro de 2015)

KURY, Adriano da Gama. *Ortografia? Pontuação? Crase?* Rio de Janeiro: FENAME, 1982

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. 22^a ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2013.

ROCHALIMA, Carlos Henrique, *Gramática normativa da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 25^a ed. São Paulo: Atual, 1999.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Melhoramentos/UNB, 2001.

TUFANO, Douglas. *Estudos de língua e literatura*. Vol. 1. 5^a. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

MODELOS DE GÊNERO NA PROPAGANDA INFANTIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

PATRÍCIA RIBEIRO CORADO FERNANDEZ
(IFFLUMINENSE)

AMANDA BENTO MARTINS DO VALLE (CNPQ)¹

THOMAS SPERONI (CNPQ)²

RESUMO:

Apartir das bases teóricas da análise semiolinguística do discurso (Charaudeau), somadas à orientação bakhtiniana de que os sujeitos se constituem numa relação a um só tempo histórica, social e discursiva, o presente estudo tem como objetivo verificar reproduções arquetípicas dos modelos simbólicos de masculino e feminino presentes em objetos publicitários destinados ao público infantil.

Palavras-Chave: discurso - gênero - ideologia

Abstract:

Regarding to the theoretical bases of semiolinguistic analysis of discourse (Charaudeau), in addition to the Bakhtinian orientation that the subjects constitute, withal, an historical, social and discursive relation, this study aims to verify archetypical reproductions of the symbolic figure of masculine and female in advertisement pieces intended for children.

Keywords: discourse - gender – ideology

Introdução:

O presente estudo adota metodologia de análise qualitativa e se vale de um corpus composto por materiais publicitários impressos (propagandas) cujo público-alvo seja prioritariamente o de crianças. Assim, a análise se assenta na verificação de escolhas e arranjos languageiros, bem como de seus efeitos interpretativos, a fim de, sob o prisma da(s) ciência(s) da linguagem, fazer ver a ideologia sexista presente nesse material discursivo. A formação e a conformação dos padrões de gênero historicamente fixados no inconsciente coletivo não nascem a partir de fatores biológicos e naturais; esses padrões

1- Bolsista do projeto de pesquisa Discurso, gênero e infância (IFFluminense)

2- Bolsista do projeto de pesquisa “Discurso, gênero e infância” (IFFluminense)

são, antes de tudo, culturais e (re)produzidos discursivamente, ainda que de modo às vezes sutil e sorrateiro.

As hipóteses preliminares apontam para a ideia de que os modelos socialmente construídos e consolidados acerca do feminino e do masculino se presentificam, divulgam e cristalizam nos discursos socialmente veiculados pelas mais diversas vozes sociais, entre as quais se inclui a mídia publicitária, a qual pode ser entendida como “retrato da ideologia de um tempo”. Nesse contexto, os signos – verbais e não verbais –, desde a sua seleção até os arranjos sintáticos de que são constituintes, fazem-se matéria-prima à disposição de uma investigação científica - e metodologicamente orientada - dos discursos e da(s) linguagem(ns) que neles ganham vida e poder.

Nesse sentido, visitam-se estudos da Psicologia – fundados a partir das contribuições psicanalíticas de Freud acerca do inconsciente, hoje ratificadas pela Neurociência – que indicam que o processamento de nossa opinião não se dá exatamente sob o controle da consciência, de modo que nossa forma de perceber o mundo passa necessariamente por processos alheios ao que chamaríamos de “nosso comando consciente”. Não é possível, nesse contexto, pressupor que o sujeito tenha total domínio sobre o processamento de seus valores, verdades e opiniões, tampouco que conheça absolutamente as avaliações que faz da realidade, o que, sabidamente, contraria as teses da ciência contemporânea nas mais diversas searas do saber. Nesse sentido, a presente pesquisa busca, com o aparato da análise semiolinguística de discursos publicitários destinados ao público infantil, revelar aquilo que comanda os juízos de valor dos sujeitos acerca das relações de gênero – masculino/feminino -, com foco especial para as reproduções simbólicas dos modelos de masculino e de feminino. Os discursos trazem em si, material e contextualmente, marcas capazes de fazer ver subjetividades que, muitas vezes, passam ao largo da consciência e até do desejo dos enunciadores. Desse modo, os enunciados guardam e divulgam, para além de suas explicitudes mais superficiais, aquilo que o sujeito-enunciador nem mesmo sabe de si e do mundo, mas que, estando nas malhas do inconsciente, compõe o arcabouço ideológico responsável por sua forma de ver e entender a realidade que o cerca, determinando, assim, suas escolhas, ações e avaliações do real. Isso não significa entender os sujeitos enunciadores como “ceras moles que se deixariam dominar, assujeitar por um discurso todo poderoso” (MAINGUENEAU, 2007:53), mas aceitar que o material discursivo é mais do que, como sugerem algumas visões mais limitadas acerca da(s) linguagem(ns), um produto lógico do pensamento ou o produto de uma codificação a ser decodificada por um receptor (modelo criptológico). E é sim um espaço de interação intersubjetiva em que os atores

sociais, dialógica e mutuamente, constroem seus discursos e são, ao mesmo tempo, por ele construídos. Isso equivale a dizer que o autor, escreve (ou fala) seu texto e ao mesmo tempo se inscreve nele. A metáfora do iceberg (KOCH, 2003:18) didatiza essa ideia: no topo do iceberg está o signo a ser interpretado; abaixo dele várias camadas de sentido a ser caçado: imediatamente abaixo da superfície, encontra-se o sentido semântico cristalizado, ao qual o modelo criptológico almeja; mais abaixo as intenções conscientes; mais fundo ainda os determinantes ideológicos inconscientes. Os limites entre as camadas são, evidentemente, bastante difusos e o analista precisa conhecê-los e respeitá-los a fim de evitar o desmoronamento de todo o iceberg. A partir dessas premissas básicas, a análise qualitativa do material mobiliza estratégias cognitivas várias e diversos componentes do conhecimento para a compreensão dos textos como espaços de tensões, revelações e mascaramentos. Metodologicamente, o estudo se realiza sob uma perspectiva fundada nas Ciências da Linguagem e, no interior dessas ciências, terá um caráter multidisciplinar, conjugando contribuições da Semântica, da Retórica, da Análise do Discurso, da Linguística Textual, da Semiótica e da Gramática. Nesse sentido, é a Língua – e as demais linguagens, quando esse for o caso-, como ciência, que traz à pesquisa a fundamentação a ela necessária. Sustenta-se aqui, portanto, a noção de que a análise discursiva não pode ignorar que o mundo dos signos funciona numa relação de interdependência com o ambiente social que significa e de cuja construção participa. Isso, no entanto, não pode se desdobrar no pressuposto de que as linguagens, em seu componente estrutural/gramatical, configuram-se como um objeto de estudo frio e de menor valor. Gramática vai além de regras formais de correção. É um meio de representar os padrões de experiência... Ela permite que os seres humanos construam uma imagem mental da realidade, deem sentido à sua experiência acerca do que se passa à sua volta e no seu interior. (Halliday, 1985: 101) Assumindo a concepção trazida por Halliday, o que se verifica é que os aspectos estruturais são fundamento essencial de uma análise que procure, por meio do estudo da língua, a cientificidade necessária às investigações voltadas para os aspectos ideológicos envolvidos no dizer. Assim, a escolha de um signo ou de uma forma de arranjo em detrimento de outra será sempre reveladora daquilo que, de modo subjacente ao texto, conduz o leitor/ouvinte, revela o escritor/falante e (re)cria um jogo de forças sociais fundador do elo entre a linguagem e o poder. Para além disso, a aceitação da ideia de que as relações humanas se constituem num jogo de interação discursiva coloca-nos a todos, em especial aos estudiosos/analistas da linguagem, diante da difícil tarefa de entender e fazer entender as artimanhas dos sentidos que nos pegam pela mão e nos levam a caminhos discursivos que

pensamos nossos. Assim, a metodologia adotada para o estudo qualitativo de cada texto posto à análise não ignora os aspectos extratextuais (contextuais, sociais, históricos etc.) relevantes para a constituição do discurso e se apropria de teorias nascidas em diferentes searas do grande campo das Ciências da Linguagem, no intuito de abarcar significativo referencial teórico relativo às investigações a serem realizadas e de dar a elas consistência científica. O recorte apresentado neste artigo tem como corpus propagandas destinadas ao público infantil e seu caráter é bibliográfico, inter- e multidisciplinar, com aplicação das teorias ao corpus de análise. No estudo proposto são conjugadas contribuições de diferentes searas, sempre com o intuito de favorecer a pesquisa naquilo que a ela seja significativo e relevante.

Hot Wheels
THRILL MACHINE

Hot Wheels
GO FOR IT!

**EXPERIENCE THRILL
LIKE NEVER BEFORE!**

**PRESENTING THE HOT WHEELS™
THRILL MACHINE**

JOIN THE CAPTAIN OF TEAM XTREME
FOR THE RIDE OF YOUR LIFE ON 4TH DEC,
5PM AT OBEROI MALL, GOREGAON.

Event Partner:
oberoi mall

WWW.HWIX.IN

Análises:

A peça publicitária compõe-se de três elementos principais: a embalagem do brinquedo – exibindo o próprio brinquedo –, a mensagem verbal e um personagem. Há uma conjugação do produto ao personagem: o anúncio conjuga o brinquedo – uma pista de alta velocidade para automóveis também de brinquedo – a uma figura masculina.

O anúncio apresenta-se com predomínio visual quase total da cor

azul na maioria dos seus elementos: plano de fundo, embalagem do produto e indumentária do personagem. O verde também se faz presente na embalagem. A cor laranja presentifica-se no desenho das chamas que compõem a roupa do personagem, na embalagem do produto e predomina no próprio brinquedo. O branco divide com o azul a predominância nas letras do anúncio.

Vê-se que o azul, cor notadamente considerada masculina, é predominante na peça publicitária. A cor verde, também considerada especialmente masculina, aparece na embalagem do produto: tanto no seu revestimento interno, quanto no carro que ilustra a utilidade do brinquedo. O laranja, cor não tão remetida ao lado masculino, figura nas labaredas de fogo, essas, sim, socialmente associadas a atributos masculinos: calor, velocidade, periculosidade, aventura, ação. O branco, cor tida como neutra, aparece compondo alguns elementos do anúncio.

O personagem do anúncio define-se por um homem de porte atlético, traços faciais finos, pele branca, cabelos escuros e fartos, expressão facial séria e desafiadora, e pose imponente e máscula. Seus trajes são azuis, com chamas desenhadas na cor laranja e tiras brancas. Ele é apresentado pela mensagem verbal como sendo o “capitão” do “time *xtreme*”³.

Os atributos do personagem do anúncio – além dele próprio ser um homem – são todos masculinos: porte, cabelos, expressão facial e pose. Sua indumentária é estilizada numa cor masculina e com as labaredas de fogo que evocam atributos masculinos. Seu título de “capitão” evoca poder, liderança. O nome do time ao qual capitaneia, o “time extremo”, denota aventura, coragem, ação, velocidade, bravura.

O brinquedo é associado a esse personagem. Nessa associação, os predicados e atributos do personagem são carimbados também no brinquedo. Uma pista de alta velocidade para automóveis de brinquedo, nesse anúncio, com o apelo das cores, da mensagem verbal e do personagem colocado, torna-se um brinquedo masculino.

É importante, no plano semiótico, destacar que todo o anúncio, seja na imagem do brinquedo, na posição e no formato da caixa do brinquedo, no contorno das letras, na postura do personagem em cena, é composta por elementos com arestas, cuja composição sugere peso, força, de maneira a levar esses atributos ao objeto anunciado e a seu consumidor.

3- “*xtreme* é uma expressão da língua inglesa derivada do vocábulo *extreme*, que pode ser traduzido literalmente para a língua portuguesa por extremo.

*Suas princesas
e gatinhas também
voltam às aulas.*



O "volta às aulas" fica mais divertido com os personagens Disney favoritos da sua filha.

Em caminho bastante distinto, a peça publicitária acima se compõe de três conjuntos principais de elementos: as mensagens verbais, as figuras humanas e os produtos. O anúncio apresenta-se com predomínio visual quase total da cor rosa – notadamente considerada uma cor feminina – na maioria

dos seus elementos: plano de fundo, produtos e indumentária das figuras humanas.

O conjunto das figuras humanas do anúncio se compõe de duas crianças do sexo feminino e uma adulta. Dado que a peça publicitária alude ao público infantil – apesar de, a rigor, não ser direcionada a ele – considerar-se-á que as duas crianças do sexo feminino possuem protagonismo, em detrimento da figura adulta, que possuiria posição coadjuvante no conjunto. O posicionamento da figura adulta corrobora tal consideração: as crianças à frente e a adulta atrás.

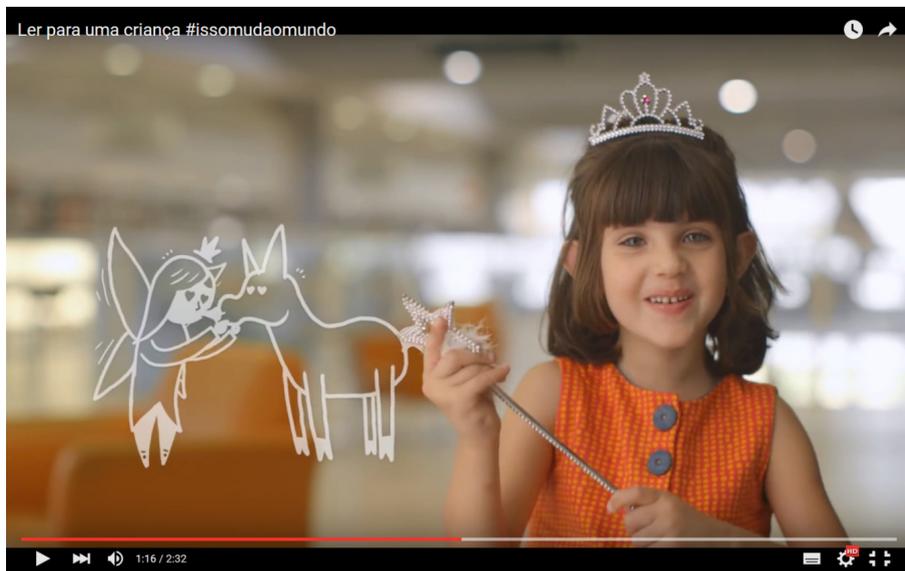
As protagonistas definem-se por duas crianças do sexo feminino, de pele branca, traços faciais finos, cabelos longos, lisos e castanhos, vestindo roupas femininas de cor rosa. As crianças denotam estar desempenhando alguma atividade. A justaposição da Mensagem verbal superior com a cena retratada permite uma inferência, qual seja: dado que a mensagem verbal aponta para um contexto escolar, de volta às aulas, e considerando a atitude retratada na pose da adulta coadjuvante – uma pose corporal denotando supervisão à atividade da criança – infere-se que as crianças podem estar realizando tarefas escolares dedicadas ao espaço doméstico – “dever de casa”. Essa mesma mensagem verbal afirma que “princesas” e “gatinhas” são as que, no caso, voltam às aulas. Na justaposição dessa afirmação – “princesas e gatinhas voltam às aulas” – com a cena retratada – uma adulta supervisionando duas crianças do sexo feminino que estão a fazer atividades escolares em casa – está, então, comunicado que as duas crianças do sexo feminino são as “princesas” e “gatinhas”. A cena retratada é a ilustração da mensagem verbal: as crianças do sexo feminino, as meninas, “princesas” e “gatinhas”, voltando às aulas.

Faz-se necessário pontuar um elemento em especial da mensagem verbal superior: o pronome possessivo “suas”. É esse elemento o que indica que a peça publicitária, apesar de se propor a vender produtos infantis, não é direcionada ao público infantil: é direcionada ao público adulto, o que explica a presença de uma adulta na cena ilustrativa da mensagem verbal. Na metade inferior do anúncio tem-se a apresentação dos produtos os quais a peça publicitária se propõe a vender. Em sua quase totalidade os produtos são da cor rosa e suas mais variadas tonalidades. Os produtos são temáticos: uma série que tem como protagonistas as princesas, e outra série de produtos tem como protagonista um gato branco, de orelhas rosadas e laço rosa na cabeça. O plano de fundo da apresentação dos produtos também é rosa, bem como a logomarca da anunciante. Tanto o plano de fundo quanto a logomarca possuem a presença de signos femininos no detalhe: flores e marcas de patas em formato de coração.

A mensagem verbal inferior corrobora e chancela o que se infere no início: ao dizer que “O ‘volta às aulas’ fica mais divertido com os personagens Disney da sua filha”, o anúncio deixa claro que pretende se comunicar com os pais da criança. Também se faz imperativo pontuar um outro elemento dessa mensagem verbal inferior, importantíssimo para o que se aqui analisa: ao afirmar que os personagens que protagonizam os produtos apresentados, quais sejam, as princesas e a gata, são os personagens favoritos da **filha**, o anúncio comunica que esses personagens são destinados exclusivamente às crianças do sexo feminino. As “princesas e gatinhas” são personagens circunscritos às filhas, às crianças do sexo feminino, Do mesmo modo, os produtos anunciados – as mochilas, cadernos, estojos, lápis etc –, todos em tom de rosa e com signos socialmente reconhecidos como femininos estampados em si, são, portanto, produtos circunscritos ao público infantil do sexo feminino. E é o próprio anúncio que ilustra que público infantil do sexo feminino é esse, ao trazer a imagem das crianças, das filhas, fazendo tarefas escolares: a criança do sexo feminino, a filha, público ao qual se destinam os produtos e que podem identificar-se com as “princesas e gatinhas” é de pele branca, traços faciais finos, cabelos longos, lisos e castanhos, e veste roupas femininas de cor rosa.

É importante destacar, sobretudo, que, em contraste com a propaganda anteriormente apresentada, com elementos sógnicos evocadores de força, equilíbrio e robustez, o anúncio em questão traz todos os seus personagens em posição curvada, sugerindo proteção, fragilidade e subserviência. O olhar direcionado para baixo, em oposição ao olhar de enfrentamento visto no texto anterior, a posição da mulher/mãe no prototípico cuidado com a cria, são dados que marcam os projetos simbólicos de feminino e masculino levados às crianças pelos discursos nos quais estão envolvidas. A comparação entre as posturas femininas e masculinas (seu posicionamento corporal e suas expressões faciais) tem sido muito significativo para a presente pesquisa e, para além dos signos mais evidentemente associados ao universo feminino e ao masculino, coloca-se como uma marca semiótica da mais alta relevância nos modelos de gênero divulgados pela propaganda contemporânea.





Analisam-se aqui quatro capturas de tela de um vídeo publicitário. Em resumo, o enredo do vídeo, centrado na mensagem “Ler para uma criança: isso muda o mundo”, traz crianças contando narrativas infantis por elas criadas e invocando os mais diversos personagens.

Chama a atenção que nas duas primeiras capturas de tela, protagonizadas cada qual por uma criança do sexo masculino, ambos os protagonistas trazem signos que os fazem encarnar um estereótipo masculino: uma coroa de rei e uma capa de super-herói, encarnando, respectivamente, o rei e o herói. Faz-se importante notar também que ambos os signos se apresentam numa cor socialmente associada ao masculino, o azul.

Nas outras duas capturas de tela, protagonizadas cada qual por uma criança do sexo feminino, as duas protagonistas portam acessórios que as fazem encarnar estereótipos femininos. A primeira menina traz em sua cabeça uma tiara ornamentada por pedras brilhantes e, em suas mãos, uma varinha adereçada com plumas brancas; e a segunda garota veste um chapéu dourado em formato cônico, típica representação dos chapéus de fadas.

Os acessórios da primeira protagonista a fazem encarnar o estereótipo feminino da fada, bem como o chapéu cônico dourado da segunda protagonista a faz encarnar esse mesmo estereótipo feminino.

Desse vídeo publicitário, conclui-se que a publicidade reforça papéis e comportamentos para meninos e papéis e comportamentos para meninas, ratificando na base da formação infantil os clichês sexistas nos quais (ainda) se sustentam valores da sociedade contemporânea.

Considerações finais:

Os resultados preliminares apontam para a confirmação da hipótese de que os modelos sexistas permanecem ecoantes no discurso socialmente aceito. As representações modelares do herói, ativo, poderoso, provedor são frequentemente atribuídas aos personagens masculinos, cabendo aos femininos os também estereotipados modelos de donzela, princesa, mãe etc,

A propaganda, ao mesmo tempo que busca capturar o olhar do outro, persuade pela identificação. Assim sendo, os textos analisados exemplificam uma ideologia que não é criada pelo enunciador em questão, é, antes, por ele reproduzida, constituindo-se como um eco da ideologia social dominante.

Nesse sentido, o material posto em análise, pelo que expusemos, contribui para a compreensão dos padrões de gênero vigentes na sociedade contemporânea, os quais se fazem bases da formação das futuras gerações.

Referências:

ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. 6ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003

- BAKHTIN, Mikhail. A interação verbal. In: Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 2ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social. Paris: Nathan, 1997.
- . Discurso das mídias. (trad. Ângela S. M. Corrêa). São Paulo: Contexto, 2009.
- & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso (coord. e trad. Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004.
- CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. 8ed. São Paulo: Ática, 2004a.
- CONNELL, R. W. Masculinities. 2ed. Los Angeles, California: University of California Press, 2005.
- DIJK, Teun Adrianus van. Discurso e poder. (org. Judith Hoffnagel e Karina Falcone). São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 7ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 9ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GUIMARÃES, Luciano. A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da semiologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos – SP: Claraluz, 2003.
- HALLIDAY, M.A.K. An introduction to functional grammar. London: Edward Arnold, 1985.

- KRESS, Gunther. & VAN LEEUWEN, Theo. Reading images: the grammar of visual design. London: Routledge, 2006.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 7ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- . Desvendando os segredos do texto. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MLODINOW, Leonard. Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas.(tradução Cláudio Carina). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica e Filosofia. São Paulo: Cultrix, 1975.
- . Semiótica. 2ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- RANDAZZO, Sal. A criação de mitos na publicidade: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. (trad. Mario Fondelli). Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2004
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez, 1995.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Identidade e diferença. 5ed. Petrópolis [RJ], Vozes, 2000.

A IMPORTÂNCIA DO TEXTO LITERÁRIO PARA A FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS DA EJA

TEREZINHA BITTENCOURT – UFF – ABRASIL
DANIELA PORTE – COLÉGIO SANTO INÁCIO (NOTURNO)

RESUMO: Este artigo tem por escopo mostrar a necessidade de se trabalhar o texto literário, de forma a ampliar a competência linguística dos alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

PALAVRAS-CHAVE: linguística, literatura, educação de jovens e adultos.

A nova orientação da linguística contemporânea tem-se ocupado prevalentemente do estudo do texto e do discurso. Assim é que, atualmente, encontra-se grande número de estudiosos, sob a égide de diferentes correntes de pensamento, v.g. análise do discurso, linguística textual, pragmática, análise da conversação, levando a cabo toda sorte de pesquisas acerca dessas duas unidades, com grande êxito na área do ensino de língua materna. De fato, tanto os documentos oficiais quanto os livros didáticos que costumam segui-los de perto, comprovam a tentativa de mudança no ensino de língua materna, dando relevo à produção e interpretação de textos – tanto orais quanto escritos – e abandonando a antiga – e nefasta, vale lembrar, por ser ineficaz – prática de se ocupar as aulas de português exclusivamente com o ensino de metalinguagem.

Dissemos “tentativa”, porque, a rigor, embora a orientação oficial e acadêmica seja no sentido de privilegiar o texto, a maior parte das escolas brasileiras ainda se aferra ao ensino da metalinguagem traduzido como “ensino de gramática”. E esse apego às classificações morfológicas e à análise de orações e de períodos em detrimento do entendimento e da produção do texto, se gera prejuízos ao alunado do ensino regular, ao alunado da EJA (Educação de Jovens e Adultos) configura-se como verdadeiramente catastrófico, já que, via de regra, esse aluno dispõe de pouco tempo para estudar e sua vida escolar já se apresenta, desde seu retorno à escola, difícil e, não raro, traumática. Daí que, substituir o ensino de linguagem pelo ensino de metalinguagem para um alunado com carências profundas na compreensão de textos, é um equívoco com conseqüências trágicas.

Vale ressaltar que o alunado que compõe a EJA não tem podido, desafortunadamente, aproveitar essas conquistas levadas a cabo pela

linguística, pois que se procede ao ensino de língua materna na EJA de forma improvisada, sem levar-se em conta as peculiaridades desses discentes especiais, fato que se comprova com a ausência quase total de livros didáticos de qualidade, avaliados, conforme se faz no ensino regular, pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Foi justamente essa constatação que nos levou a elaborar um projeto de pesquisa com o escopo de fornecer orientações seguras, fundamentadas na linguística coseriana, aos profissionais que atuam nessa área.

Todavia, não obstante as orientações fornecidas pela Linguística do Texto e pelas demais correntes que têm o discurso e o texto como objetos de estudo tenham alcançado resultados notáveis, ainda se encontram equívocos e lacunas nessa área que necessitam ser superados, pois acabam por carrear consequências funestas para o ensino de língua materna. Assim ocorre com o espaço secundário ou até mesmo a ausência de espaço para o estudo do texto literário e da língua que lhe serve de instrumento.

De fato, excetuando-se alguns poucos estudiosos, - v.g. Mattoso Camara Jr., Uchôa, Preti – que, ao lado da investigação levada a cabo acerca da oralidade e de textos produzidos em situação de formalidade/informalidade, apresentaram preciosas contribuições com relação à análise de textos literários, a maior parte dos linguistas relegou a um injustificado ostracismo essa modalidade de texto que, como vamos mostrar, deve ter – como acertadamente se fazia no passado – um lugar privilegiado no ensino de língua materna.

As raízes históricas desse grave equívoco encontram-se no próprio nascimento da linguística como ciência. Na tentativa de separar-se a linguística da filologia – disciplina com a qual inicialmente a linguística se confundia e cujo objeto de estudo é o texto literário -, intentou-se estabelecer a chamada “língua padrão” de conformidade com outros critérios, diferentes daqueles adotados até então, privilegiando-se não mais a língua escrita, como se fazia, mas a língua falada e não mais, igualmente, a língua utilizada habitualmente pelos autores consagrados, tal como a gramática tradicional sempre fez, mas a língua usada efetivamente pelos falantes em diferentes situações de comunicação.

Não se pode afirmar com segurança que a linguística haja, efetivamente, conseguido de maneira clara estabelecer, ao menos entre nós, uma língua padrão que sirva efetivamente para nortear a vida prática dos cidadãos, ainda que algumas gramáticas tenham sido elaboradas com esse propósito por grandes pesquisadores como José Carlos Azeredo, Mário Perini e Maria Helena de Moura Neves. Aliás, nem o grande Leonard Bloomfield conseguiu êxito em tal tarefa, ao apresentar sua classificação para a comunidade de língua inglesa.

Atualmente, temos, ao lado da chamada “gramática normativa” – aquela que visa ao nível deôntico da linguagem e cujo propósito é responder à pergunta “como deve ser?” –, outro texto gramatical de caráter meramente descritivo que atende aos objetivos do cientista, do linguista portanto, e cujo escopo é responder à pergunta “como é?”, já que visa ao nível ôntico da linguagem. A gramática descritiva atende aos objetivos do cientista, do linguista, portanto, mas não aos objetivos do falante cujo único escopo, ao consultar obra dessa natureza, é obter uma resposta singela à pergunta “Como devo proceder para falar corretamente?”, pergunta que pode ser traduzida da seguinte forma: “Como devo falar/escrever (principalmente escrever) como falam e escrevem as pessoas de prestígio intelectual dentro da sociedade em que vivo?”. A rigor, tal fato se comprova na própria metalinguagem utilizada, já que se encontram expressões como “norma culta”, “norma gramatical”, “norma padrão”, “norma exemplar” que ora são empregadas com o mesmo valor semântico ora se apresentam com significados distintos, gerando toda sorte de confusão no âmbito da própria ciência.

Em consequência dessa tentativa de separação entre língua literária e língua não literária, a linguística começou, paulatinamente, a estabelecer uma oposição radical entre a língua empregada nos textos de literatura e a língua utilizada nas outras modalidades textuais, sobretudo, naqueles textos manifestados pelos falantes em situações do cotidiano. A língua literária, construída com objetivos estéticos, passou a ser vista como uma língua mais elaborada que a língua padrão – ainda que não fique claro, na maior parte dos textos dos estudiosos, o que se entende por “padrão” – e até mesmo artificial, em virtude de aparecer apenas nos textos escritos e de encontrar-se, não raro, ausente da comunicação diária.

Destarte, o texto literário foi abandonado, nas aulas de língua portuguesa, ficando seu estudo restrito às aulas de literatura, e substituído por outros tipos de texto, alguns expressos no registro formal e outros, em linguagem coloquial - como entrevistas, editoriais, anúncios publicitários, documentos administrativos e legais, receitas, bulas, manuais de instrução, além daqueles mais recentes produzidos com o advento da *internet*, como *e-mails*, *blogs* etc.

Marina Cezar (2007) pôde constatar o descaso absoluto com o texto literário nas obras didáticas, ao examinar, em sua tese de doutoramento, duas coleções recomendadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e adotadas maciçamente por escolas de ensino regular da rede pública e da rede privada. Entre todos os textos da coleção, reservavam-se apenas ínfimos 28,5% aos textos literários. Percebe-se, pelo percentual absurdamente baixo,

a distorção no entendimento do que seja efetivamente a linguagem verbal e do que deva constituir o objeto privilegiado do ensino de língua materna.

Antes da malfadada reforma do ensino consubstanciada na Lei 5692/71 e imposta pela ditadura militar, sem que houvesse qualquer discussão com os profissionais da área de educação, o conhecimento humanístico era bastante valorizado. O texto literário, expresso em antologias e seletas, era praticamente o único utilizado nas aulas de língua portuguesa. Se essa prática não estava inteiramente correta, estava quase correta – a razão do “quase” será explicada posteriormente -, pois os outros tipos de textos, quando já não são conhecidos dos falantes (*blogs, e-mails, bilhetes* etc.) são áridos, desinteressantes e, por isso, apelar-se para eles como instrumento de ensino ou é ensinar o que o aluno já sabe, o que torna qualquer aula enfadonha e aborrecida, ou é seguir um caminho cansativo e insuportável. Que prazer pode ser encontrado na leitura de um texto administrativo? Que curiosidade pode ser instigada por um texto de manual de instrução? Que novidade se espera de uma bula de remédio? Aluno algum pode sentir-se motivado pela leitura de um texto dessa natureza, o que transforma o ato de ler - que, por si só, já é difícil, em virtude das inúmeras operações cognitivas determinadas – numa tarefa insuportável e o leitor, por seu turno, num mero decodificador de mensagens.

E se tais tipos de texto não despertam interesse nos alunos do ensino regular, menos ainda o fazem nos alunos da EJA que, além das dificuldades rotineiras com a leitura e interpretação de qualquer texto, para texto dessa natureza não encontram sequer a motivação necessária para o esforço que deverão fazer para compreendê-los. Há que se ter em mente que o aluno da EJA só dispõe de um pequeno horário de seu dia para dedicar ao trabalho intelectual e ainda a carga horária da disciplina de língua portuguesa é reduzida à metade daquela imposta ao ensino regular. E, por chegar à escola à noite, já cansado de um dia de trabalho – para não falar dos recorrentes e mais que sabidos problemas que essa classe social desfavorecida enfrenta – o aluno precisa fazer um esforço sobre-humano para conseguir acompanhar com proveito as mais diferentes aulas num ínfimo espaço de tempo.

Todos esses problemas têm de ser considerados no planejamento de qualquer aula na EJA, e, no que respeita às aulas de língua materna, mais ainda, pois as outras disciplinas dependem de seu bom andamento, já que, não importa a disciplina, em todas o aluno terá de ouvir, falar, ler e escrever em sua língua materna. Por isso, é imprescindível que as aulas sejam preparadas tendo em vista objetivos claros e precisos, a fim de que o pouco tempo de que o professor dispõe seja proveitoso, no sentido de ajudar o aluno a desenvolver

suas potencialidades.

E potencialidade – conforme vamos mostrar com algumas experiências em sala de aula – é o que não falta ao aluno da EJA. Justamente por tratar-se de um aluno já amadurecido – se não pela idade, pelos grandes obstáculos impostos por sua condição econômica e social -, quer recuperar o tempo e se propõe a isso com uma determinação assombrosa. Além do mais, é capaz de transformar sua dura realidade de vida numa experiência rica. Aproveitando os ensinamentos que recebe de uma forma criativa e deliberadamente participativa, basta ao docente oferecer-lhe os estímulos certos para que esse aluno se manifeste de maneira surpreendente.

Decerto que os alunos precisam ter contato com variados tipos de texto, a fim de que possam conhecer as estratégias discursivas exigidas por diferentes circunstâncias, interlocutores e tema. Além disso, conhecendo variados textos, pode ainda verificar as características formais de cada um por um simples confronto entre eles. Por exemplo: as diferentes formas de tratamento determinadas por um bilhete para um colega e por um requerimento para o diretor da escola, ou ainda, o emprego de variantes linguísticas distintas num *e-mail* para um amigo e num *e-mail* para o para o gerente de uma loja, ou, para terminar, o léxico utilizado na bula de um remédio e numa receita culinária.

Não se trata, pois, de rejeitar a moderna orientação da linguística contemporânea de expor o aprendiz a toda sorte de textos, a fim de ampliar-lhe a competência linguística. A rigor, o que constitui prática absolutamente condenável e que deve ser repudiada é, em primeiro lugar, a separação, feita na escola, entre estudo de língua e de literatura e, em segundo, o abandono do estudo do texto literário e da língua que o expressa, tal como se vem fazendo sistematicamente nas escolas, sob as mais absurdas e inconsistentes alegações, em benefício de outros tantos textos de natureza informativa sobretudo, que não despertam, no aluno, a vontade de conhecer, o desejo de descobrir o que ele ainda não domina.

O ensino de língua e de literatura deve ser feito simultaneamente, porque, como argumenta Eugenio Coseriu (1993, p.30-31):

... língua e literatura constituem uma forma conjunta, na realidade, uma forma unitária de cultura com dois polos diferentes, ou seja, não se podem ensinar separadamente porque: não se trata de língua e de sistema linguístico particular, de sistema linguístico gramatical, em sentido restrito e, sim, de linguagem, de um saber linguístico ou daquilo que [...] engloba todas as formas do saber linguístico. E a literatura, neste sentido, representa

a plenitude funcional da linguagem, é a realização de suas virtualidades permanentes. [...] A finalidade do ensino médio é a de preparar cidadãos cultos, ainda não especialistas, capazes de reatar e continuar de forma criativa as tradições de sua comunidade.

Ademais, os textos narrativos são, poderíamos até afirmar, de acordo com os estudos da neurociência, biologicamente necessários. De fato, grande parte dos pesquisadores (Eagleman, 2012; Dahene, 2012; Sacks, 2017; Carr, 2011) dessa área, através do emprego de uma tecnologia sofisticada que permite ver o cérebro em funcionamento em tempo real, afirmam que, com toda a certeza, nossa capacidade narrativa é muito antiga e de tal modo importante em nossa evolução que, não importam as situações a que o indivíduo se encontra exposto, ele sempre busca uma forma de explicar os fatos, empregando textos narrativos, ou, dizendo mais simplesmente, contando histórias. Os estudiosos das ciências da linguagem deveriam tomar conhecimento dos trabalhos na área da neurociência para verificar a necessidade imperiosa de se colocar o texto literário como uma prioridade para o ensino não apenas de língua materna mas de todas as disciplinas do currículo escolar.

À guisa de ilustração, vale a pena uma pequena digressão para enfatizar a importância do texto literário para a formação do alunado. Relata Carr (2011, p.108) que, em estudo empreendido no Laboratório de Cognição Dinâmica da Universidade de Washington, com o auxílio de tomografias cerebrais, os pesquisadores puderam verificar o que acontecia com os cérebros das pessoas, quando liam literatura de ficção. Constatou-se, então, que as regiões cerebrais ativadas “espelhavam aquelas ativadas quando as pessoas realizam, imaginam ou observam atividades semelhantes no mundo real”. Em outras palavras, o texto literário, ao expandir a imaginação, expande igualmente zonas cerebrais; assim, por exemplo, se a personagem de uma história lida está dançando, a área do cérebro do leitor relativa aos movimentos exigidos para a dança também são ativados, como se ele estivesse dançando efetivamente e o mesmo ocorre, se a personagem corre ou nada ou chora ou ri ou pratica qualquer outro tipo de ação. Em suma, o texto literário permite reconstruir, dentro da mente de cada leitor, um universo peculiar, próprio a cada um, e que sequer se permite identificar com aquele criado pelo autor. Para levar a cabo tal tarefa, o leitor é sempre obrigado a fazer variadas conexões com outras tantas fontes de conhecimento, determinando, assim, a ampliação de seu saber – linguístico ou de outra natureza.

Além disso, o texto literário proporciona prazer e, talvez seja esta, entre outras tantas propriedades especiais que só ele possui, a que deve conferir-lhe

um lugar especial nas aulas de língua materna, pois a busca do prazer – como também revelam os trabalhos dos neurocientistas e dos biólogos evolutivos – impulsiona grande parte das atividades dos seres vivos e o prazer provocado pelo Belo é justamente aquele alcançado pela arte literária. Não se pode, pois, admitir que as aulas, e sobretudo as aulas de língua materna, sejam dissociadas do prazer: prazer de reconstruir o real, prazer de imaginar mundos possíveis, prazer de dialogar com interlocutores distantes no tempo e no espaço, prazer de se descobrir, prazer de compreender as próprias angústias.

A justificativa costumeiramente apresentada para a rejeição do texto literário nas escolas é a de que não desperta o interesse do aluno, que, supostamente, não conseguiria alcançar sua compreensão, por tratar-se de um texto muito complexo. Tal justificativa, todavia, é, a rigor, insustentável, pois desde muito cedo as crianças, de modo geral, têm contato com o texto literário, através das histórias – contos de fadas, por exemplo – que lhes são contadas por seus pais e adoram. Tanto que tais histórias têm passado de uma geração para outra sem solução de continuidade e são de grande complexidade psicológica. E, apesar da complexidade, tais narrativas continuam a encantar os jovens.

Ademais, o texto literário, em virtude de sua própria natureza, permite a manifestação de múltiplos sentidos e, por isso, dá ensejo a variadas interpretações. Seu alcance, por conseguinte, sempre ultrapassa o que constituía a intenção de seu autor, dando margem a que o leitor supere, com sua própria interpretação, a criação original. Ao contrário, com o texto informativo essa liberdade não só não é possível mas também não é desejável, pois, nesse texto, o objetivo é que haja coincidência entre o que está na intenção de quem o produziu e o que de fato foi interpretado por quem o recebeu. Assim, para empregar os termos utilizados na linguística de orientação coseriana, enquanto no texto informativa deve haver coincidência entre designação (relação entre os signos e a referência extralinguística), significado (conteúdo semântico de uma língua determinada, expresso por um significante) e sentido (conteúdo semântico de um texto), no texto literário não ocorre tal coincidência. Exemplificando, para esclarecer. Comparemos a palavra “cegueira” em dois diferentes textos, num tratado de oftalmologia e na obra de José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*. Enquanto na primeira, basta, para a interpretação do sentido do texto, saber que se trata da perda de um de nossos sentidos mais importantes, a visão, na segunda, precisamos conhecer, além do significado da palavra, tal como se dá em qualquer texto informativo, o(s) sentido(s) que o emprego da palavra permite(m) na obra em questão. Assim, o texto literário abre sempre inúmeras possibilidades para sua interpretação, o que não ocorre

– e não deve mesmo ocorrer – no texto informativo, sob pena de que a função linguística não seja alcançada. Podemos dizer, pois, que o texto informativo é unívoco, já que vai numa única direção, ao passo que o texto literário é multívoco, abrangendo inúmeros caminhos, muitos dos quais nem sequer imaginados por seu criador.

A alegada dificuldade apresentada para o entendimento das obras literárias não se encontra, na verdade, na natureza de seus enredos, nem na profundidade psicológica de seus personagens, mas no instrumento utilizado para sua manifestação bem como nas equivocadas estratégias empregadas para estabelecer o contato inicial do aluno com esse material. A escrita constitui-se numa tecnologia sofisticada e que impõe, para sua aquisição e domínio, um esforço considerável, esforço do qual aqueles que com ela já têm familiaridade não se dão conta.

De fato, os sinais gráficos impressos no papel consistem em meras sugestões, indicando as tênues direções a ser tomadas pelo leitor, estando sob sua responsabilidade o ato de recriação, ou seja, a recuperação do que se encontra latente, oculto, disperso. Na escrita, as palavras estão “embalsamadas” e “sua ressurreição” só se torna possível com um grande dispêndio de energia, pois todas as propriedades da voz, indispensáveis para que qualquer texto adquira sentido, não podem manifestar-se sem um árduo trabalho de recriação que deve ser pacientemente ensinado a quem ainda costuma ter contato apenas com o mundo dos sons.

Atribuir ao aluno, que não firmou ainda o hábito de apreender os sentidos por trás dos sinais gráficos, a tarefa de ler um texto, - sobretudo um texto literário em que o ritmo, a cadência, a melodia, os acentos, enfim, todas as propriedades da voz devem ser recuperadas para seu entendimento – sem a necessária preparação, equivale a pedir a alguém, que não possui familiaridade com partituras musicais, para ouvir uma sinfonia em seu cérebro a partir da leitura silenciosa das notas escritas no papel. Beethoven, depois de perder praticamente a audição, ainda conseguia compor belas sonatas sem precisar ouvir-lhes os acordes, porque já estava de tal modo familiarizado com o mundo fônico que não necessitava de sua materialização fora de sua mente. Mas nós, que não pertencemos ao universo musical, evidentemente não lograremos êxito em semelhante empreitada e, por isso, não nos basta a leitura de uma partitura musical para conseguirmos ouvir a melodia de uma composição.

Analogamente, o aluno que está ingressando no mundo da escrita sente enorme dificuldade, quando não, impossibilidade mesmo, de recriar os sentidos que carregam as frases, necessitando, para tanto, do auxílio da voz,

com a qual já está acostumado. Daí que o texto literário deva ser levado ao aluno, em primeiro lugar, oralmente, para que ele possa apreender os sentidos tal como já faz naturalmente em sua atividade linguística cotidiana. Claro está que a leitura em voz alta – feita inicialmente pelo professor – deve ser bem feita, com o ritmo, inflexão, entonação, pausa, silêncio etc., além das expressões corporais e faciais corretamente executados, de modo que os sentidos apreendidos pelo aluno/ouvinte possam ser recriados e ele possa ficar atento, curioso, interessado na narrativa.

Os alunos da EJA, conforme dissemos inicialmente, apresentam um perfil peculiar, pois, diferentemente dos alunos da escola regular, já são adultos e precisam de uma abordagem que leve em conta suas peculiaridades e idiossincrasias. Normalmente, seu contato com a escrita se resume à leitura de propagandas e de um ou outro texto informativo extremamente pobre. Além do mais, chegam à escola à noite, já cansados, ou melhor, extenuados de um dia de trabalho e precisam de estímulos muito fortes – e o prazer é o mais poderoso dentre todos os estímulos – para efetivamente entrarem em atividade linguística.

Relatamos, agora, o sucesso de uma experiência com um texto literário, levada a cabo numa turma da EJA do Colégio Santo Inácio, em Botafogo, bairro da zona sul do Rio de Janeiro.

A partir de nossa vivência com a adoção de livros didáticos no trabalho com o ensino regular e de pesquisas de atividades disponíveis na *Internet*, constatou-se que o exercício de coesão textual com conjunções não foge aos moldes das tradicionais frases para se completarem as lacunas ou aos textos utilizados como “pretexto” para análises metalinguísticas, o reconhecimento e a classificação das categorias de conjunções. As atividades com que nos deparamos no cotidiano escolar, tanto as preparadas por colegas da área quanto as presentes em livros didáticos, em sua maioria, não chegam sequer a alcançar a proposta essencial dos chamados exercícios estruturais.

O trabalho com a disciplina de literatura no Noturno do Colégio Santo Inácio passou por recente reformulação quanto à distribuição dos conteúdos conceituais. Em vez dos estilos de época, focados na visão historiográfica da literatura, selecionaram-se eixos temáticos para a reunião dos mais diversos textos literários a serem analisados em sala de aula por alunos e professores juntos. Acompanhada da coletânea sobre mesma temática vem também outra apostila com as principais características dos movimentos literários. Nas seletas, reformuladas a cada semestre de acordo com o perfil e interesses da turma, mesclam-se poemas, contos, crônicas, capítulos de romances, músicas e qualquer outro gênero cujo viés artístico esteja manifestado por meio da

linguagem verbal.

Possibilita-se, assim, o contato do alunado com o texto literário e a iniciação na leitura dos variados gêneros textuais de caráter artístico. Notava-se que, muitas vezes, devido ao tempo reduzido do semestre, as aulas de literatura centravam-se mais em aspectos históricos do que propriamente no contato com o texto. Convencidos de que a escola exercia papel fundamental na inserção da arte na vida de muitos jovens e adultos, tomou-se a iniciativa de mudar o perfil da disciplina.

Paralelamente às análises, os textos literários também serviam de exemplos práticos (uso) dos itens gramaticais abordados nas aulas de língua materna. Por isso, o cuidado na escolha de textos que pudessem apresentar aos alunos as distintas variantes linguísticas e levá-los, sobretudo, ao contato com o emprego da língua padrão. Convivem, assim, em nas coletâneas, desde Patativa do Assaré a Machado de Assis, de Graciliano Ramos a Guimarães Rosa. Todos os textos são lidos em sala de aula e passam por um criterioso trabalho de leitura, vocabulário e outras pesquisas que auxiliem na contextualização das obras.

Ressalta-se que os textos literários não são trabalhados como modelos do “bem falar e bem escrever”. Não cumprem função idêntica àquela dos anos em que as antologias eram adotadas como material essencial às aulas de língua materna, porque serviam como modelo de correção a ser alcançado. A disciplina de literatura no Noturno visa à inserção dos alunos da EJA no mundo das artes para que a fruição estética e a observação das nuances do texto literário façam parte de sua formação. Deseja-se, antes de mais nada, levá-los a reconhecer no texto literário inesgotável fonte de prazer pela leitura; ademais, também há a preocupação de apresentá-los como produto de mãos e mentes que dominam a língua para além dos seus limites informativos.

Para o trabalho com o conteúdo “conjunções”, foi escolhido o capítulo VI do romance *Vidas Secas* (“O menino mais velho”), de Graciliano Ramos (1938;1969. p.30). Era, certamente, um texto que despertaria projeções pessoais e funcionaria como porta de entrada para leituras mais complexas e extensas. O capítulo escolhido não só se enquadrava com a própria temática da coletânea de textos (Infância) mas também com algumas discussões prévias ocorridas em sala de aula, no início do semestre, sobre o uso da palavra “inferno” e de outras do mesmo campo semântico.

A leitura do capítulo foi feita em voz alta, com o primeiro modelo guiado pela professora, e, depois, alguns fragmentos do texto lidos pelos próprios alunos. Antes de tudo, apresentou-se o livro *Vidas Secas* e o quantitativo de exemplares presentes na biblioteca do colégio. Fez-se também breve resumo

da história e perguntas motivadoras sobre os que haviam migrado do nordeste para o Rio de Janeiro ou conheciam alguém com tal vivência. Os alunos foram convidados a recordar sua vinda para o sudeste e a relatar aos colegas as lembranças da viagem.

Concomitante à leitura, realizou-se trabalho vocabular bastante produtivo, porque a grande maioria das palavras desconhecidas pelos alunos de outras regiões do país se tratava, na verdade, de regionalismos ou de nomes próprios da fauna e da flora nordestinas. Neste momento, os alunos conhecedores dos vocábulos mostraram-se empolgados em compartilhar o conhecimento, recordavam o uso de utensílios próprios de famílias nordestinas e relatavam experiências parecidas com as dos personagens. Assim ocorreu, quando, intrigado com o comportamento de Sinhá Vitória, diante da pergunta do filho mais velho, um aluno relatou que fizera pergunta semelhante à avó e também recebera punição física.

A premissa coseriana de que a plena funcionalidade da linguagem se manifesta no texto literário nos remete à reflexão sobre a formação dos sentidos dos textos. A experiências do próprio falante como uma das formas de se despertar sentido mostra que certas palavras podem sugerir, por evocação, sentidos variados para um texto, dependendo da experiência do falante em face da coisa designada. No momento de análise do capítulo VI de *Vidas Secas*, a proximidade dos alunos com o mundo retratado por Ramos facilitou a construção de sentidos, a evocação de vivências e despertou uma gama variada de sentimentos. Os alunos replicaram o fato de a cachorra Baleia demonstrar mais sentimentos e “comunicar-se” melhor com o garoto do que a própria mãe, refletiram sobre a falta de diálogo entre pais e filhos e a importância do afeto na formação de um indivíduo.

Propôs-se a releitura do capítulo, já bastante discutido e com pesquisa vocabular finalizada, para observação dos usos das conjunções. Solicitou-se aos alunos que circulassem todas aquelas que reconhecessem empregadas no texto. As observações foram imediatas. Comentaram a repetição das mesmas conjunções e indagaram por que o autor não as alternava, já que em todo percurso de estudo sobre coesão textual reiteramos a concepção de que o reconhecimento das famílias de conjunções trazia o benefício de um texto mais bem elaborado e menos repetitivo.

Devolvemos a pergunta aos alunos e eles mesmos propuseram possibilidades para a repetição das mesmas conjunções coordenativas. Poucos sugeriram que o autor pudesse não saber da existência de outras conjunções. Alguns entendiam que o texto foi escrito para pessoas “simples” lerem; houve aqueles que cogitaram a hipótese de que, à época da confecção do romance,

não era comum o uso de todas as conjunções, se não as empregadas no texto. Por fim, um aluno, músico e também compositor, argumentou que Graciliano Ramos procedera como os cordelistas, imprimindo no texto a linguagem do povo que retratava. A turma aceitou bem a proposição do colega, concordou com ele e apresentou novos exemplos em que a linguagem cumpria função evocativa.

O momento serviu para discussão sobre o estilo de Graciliano Ramos e da geração de 30. O trabalho sobre ausência/presença da linguagem tecido no romance *Vidas Secas*, o binarismo dos personagens com os animais e os elementos do sertão e a forma de expressão dos personagens foram mencionados com os alunos para que compreendessem a opção pela construção de um texto enxuto, de períodos curtos, “pobre” no uso de conjunções e de outros recursos conectivos.

Os alunos sentiram-se próximos do texto tanto pelo seu conteúdo narrativo quanto pelo estilo linguístico. Não demonstraram dificuldade em mergulhar no universo nordestino traçado na obra e foram capazes de reconhecer as conjunções estudadas nos exercícios estruturais e de apontar as relações de sentido entre as ideias conectadas nas estruturas sintáticas mais simples.

Atividades centradas no texto literário mostram-se muito mais produtivas do que aquelas com outros gêneros no universo da EJA, pois a participação intensa dos alunos os estimula e os ajuda a compreender e a fixar melhor os conteúdos. Nesse sentido, privilegiar o trabalho com a literatura nas aulas garante benefícios não apenas para o ensino de língua materna mas para o processo de aprendizagem geral, uma vez que possibilita o respeito aos saberes do educando e o reconhecimento da identidade cultural deles, práticas sempre reiteradas pela pedagogia freiriana. Como bem ensina Paulo Freire (1996), a valorização do conhecimento do aluno impregna de sentidos a aprendizagem, o que leva, de fato, à emancipação pedagógica e à possibilidade de transformação da realidade vivida.

Na verdade, o trabalho com texto literário nas escolas é uma estratégia que vai além do ensino de língua, porque alcança os meandros do comportamento e da consciência, ressignificando não apenas palavras, mas vivências. Relegar ao texto literário o papel prescritivo é reduzir a literatura e desqualificar as benesses da Arte na árdua tarefa de suportar a vida. Sobre a função da literatura, especialmente dos romances ficcionais, Mario Vargas Llosa (2004, p. 20) faz significativas considerações, das quais destacamos a seguinte passagem:

A ficção é um sucedâneo transitório da vida. O regresso à realidade é sempre

um empobrecimento brutal: a comprovação de que somos menos do que sonhamos. O que significa que, ao mesmo tempo, os livros de ficção aplacam transitoriamente a insatisfação humana e também a atizam, esporeando os desejos e a imaginação. (...) Viver a vida que não se vive é fonte de ansiedade, um desajuste com existência que pode se tornar rebeldia, uma atitude indócil, indisciplinada, diante do estabelecido. É compreensível, então, que os regimes que aspiram a controlar totalmente a vida desconfiem das obras de ficção, e que as submetam a censuras. Sair de si mesmo, ser outro, ainda que seja ilusoriamente, é uma maneira de ser menos escravo e de experimentar os riscos da liberdade.

A literatura é possibilidade de resgate dos sonhos. É meio eficaz de conceder aos alunos da EJA o que desde muito cedo lhes foi negado: a escolha. Viver outra história, ter outra profissão, morar em outro lugar, constituir nova família. As pessoas voltam aos bancos escolares na vida adulta ou em sua juventude, não porque sentem falta do passado, mas do que deixaram de viver nesse tempo. Almejam a possibilidade de se restituírem direitos negados, por questões familiares, financeiras ou simplesmente por participarem de um sistema educacional ineficaz.

Os textos literários, nessa perspectiva, apresentam aos alunos a oportunidade de recuperação da infância perdida no trabalho, dos amores não vividos na adolescência e da reflexão crítica necessária à vida adulta. Com as palavras de Clarice Lispector muitos alunos retomam delicadas relações familiares; ou, pelas de Graciliano Ramos, revivem a retirada do sertão rumo à cidade grande. Reconhecem-se enquanto gente e enquanto sonho de ser outro. Enfim, com o texto literário, deixam de ser o que eram quando chegaram ao colégio, aprendem a ser múltiplos e a se abrirem para outras experiências.

REFERÊNCIAS

- CARR, Nicholas. *O que a internet está fazendo com os nossos cérebros: a geração superficial*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- CEZAR, Marina. *Do ensino da língua literária e do sentido: reflexões, buscas, caminhos*. Tese de doutoramento, Niterói: UFF, 2007.
- COSERIU, Eugenio. “Do sentido do ensino da língua literária”. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro, nº 5, 1º semestre, 1993.
- DEHAENE, Stanislas. *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- EAGLEMAN, David. *Incógnito: as vidas secretas do cérebro*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática*

educativa, 25^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATURANA, Humberto R. & VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 9^aed. São Paulo: Palas Athena, 2011.

PORTE, Daniela. *(Meta) linguagem no ensino de língua materna: reflexões, atividades e propostas para educação de jovens e adultos*. Tese de doutoramento. UERJ, 2017.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 23a. ed. São Paulo: Martins, 1938;1969.

SACKS, Oliver. *O rio da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

VARGAS-LLOSA, Mario. *A verdade das Mentiras*. São Paulo: Editora Arx, 2004.

ENTREVISTA

ENTREVISTA DO ACADÊMICO PROF. DR. MANOEL PINTO RIBEIRO COM O PROF. DR. ANTONIO MARTINS DE ARAÚJO, ATUAL PRESIDENTE DE HONRA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA.

M.P.R. – Chegou ao nosso conhecimento que a editora do Senado Federal, sem nenhum ônus para você, além de editar sua obra A LÍNGUA PORTUGUESA NO TEMPO E NO ESPAÇO, distribuí-la-á às bibliotecas dos consulados e das embaixadas brasileiras no exterior, bem como às bibliotecas públicas brasileiras. Como nasceu essa ideia?

A.M.A. – Durante cerca de dez anos, mensalmente, mantive as duas páginas centrais do periódico Correio dos Municípios, editado em São Luís do Maranhão com um ensaio intitulado Colunas de língua portuguesa. Nelas editei biobibliografias de importantes escritores maranhenses com a análise linguística e a estilística de obras de excelentes poetas maranhenses, como Antônio Gonçalves Dias, Raimundo Correia e Maranhão Sobrinho; a programação de Congressos Internacionais ocorridos em São Luís do Maranhão; análises de um sem número de hay-kays nipônicos cujo tema principal é o Sapo.

M.P.R. – Sua obra de que ora nos ocupamos, como o próprio título sugere, é um estudo panorâmico da evolução de nosso idioma. De que modo isso de concretizou?

A.M.A. – Como não poderia deixar de ser, tivemos de abrir nosso trabalho com uma breve Apresentação discorrendo sobre as edições diplomáticas do Prof. Toru Maruyama, titular de História da Língua Japonesa da Universidade Católica de Nanzan, sita na cidade japonesa de Nagóia. A convite de seu Magnífico Reitor, em novembro de 1989, encerrei um Simpósio de Língua Japonesa com a palestra intitulada “Breve notícia da ortografia portuguesa – dos labirintos da scriptologia medieval aos prognósticos do século XXI.” Nela prognostiquei que, assim como a Alemanha, a Espanha e a França celebraram com suas ex-colônias uma só ortografia; assim também haveria de chegar o dia em que Portugal, com suas ex-colônias africanas e Timor Leste haveriam de celebrar nalgum momento uma só ortografia com o nosso país. Isso aconteceu no ano passado no salão nobre do Senado Federal em Brasília com a presença do Prof. Dr. João Malaca Casteleiro, representando Portugal e suas ex-colônias africanas; do Prof. Dr. Evanildo Cavalcante Bechara,

pela Academia Brasileira de Letras; e eu, pela Academia Brasileira de Filologia.

Na ocasião propus uma redução substancial do emprego do hífen, porém o Senador que presidiu a sessão preferir “deixar como estava, para ver como ficava.”

M.P.R. – Vejo que sua obra, após a necessária Apresentação, abre-se com quatro capítulos teóricos, a saber: 1.º) O mundo fascinante do significado, que se desdobra nos seguintes tópicos: a) Conceito e campo da Semântica/ b) Evolução semântica e mudança de sentido; c) Significação e contexto; d) Similaridade de sons e similaridade de significados; e) Campo semântico e ambiguidade; f) Principais simbolizações de significado; g) Uma tentativa de análise estruturalista; h) Ganhos e limitações do Gerativismo; i) A semântica da frase/ e, finalmente, j) À guisa de conclusão.

M.P.R. – Após o advento da Linguística, em meados do século passado, a Filologia teve o seu espaço reduzido às edições críticas e às edições diplomáticas de textos antigos e contemporâneos. Como você a vê atualmente?

A.M.A. – A primeira discussão é sobre decidir se a Filologia é ciência ou simplesmente técnica. Estritamente considerada, ela abrange a Paleografia, a Crítica textual, a Hermenêutica, a Gramática, a Retórica e a Crítica superior (estética ou literária) dos autores gregos e dos latinos. É tão intensa a vinculação entre a Filologia e a História, que o linguista Gerche chega a afirmar que Filologia é História, e História é Filologia.

M.P.R. – Então quais serão os desdobramentos dessa hipótese científica?

A.M.A. – Aqui poderemos distinguir três disciplinas auxiliares da Filologia, a saber: a) as essenciais: Gramática, Estilística, Poética, História da língua portuguesa e História das Literaturas de Expressão Portuguesa; b) as secundárias: História da Civilização, História de Portugal, Antiguidades ou Instituições portuguesas, Mitologia e Religião, bem como Folclore peninsular; c) as complementares: Arqueologia, Epigrafia, Numismática, Metrologia, Artes, Paleografia, Ecdótica, Hermenêutica e História da Filologia Portuguesa. Enfim, convém examinar a relação existente entre a Filologia e as seguintes ciências: Ecdótica, Gramática, Literatura e Linguística. Munidos dessas informações, poderemos então conceituar Filologia e determinar se campo de ação.

M.P.R. – Creio que lhe seria impossível conceber e realizar a obra de que ora nos ocupamos se você não estivesse respaldado por um bom número de excelentes glossários. Quais foram os principais glossários a que você recorreu para escrever sua obra?

A.M.A. – No capítulo intitulado “Função e utilidade dos principais léxicos luso-brasileiros e afins,” destaquem-se os do período medieval, como o *Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Deixem-se de lado suas edições de 1798, 1799 e 1865, para destacar-se a primorosa edição crítica que dessa obra nos deu em 1965 lexicógrafo Mário Fiúza. Depois dela, cite-se o *Glossário de la tradició galega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, essa com 1342 páginas, editado por Ramón Lorenzo com o selo do Instituto de Estudos Orensanos, Padre Feijoo, em 1877. Seu 1.º volume, tão alentado quanto o 2.º, que traz o Glossário, constitui-se da edição crítica, introdução e índice onomástico da obra. Além desse, merece citado o *Onomástico medieval português*, de Antônio Augusto cortesão (Lisboa, Arqueólogo Português, 1912.)

M.P.R. – Há algum minidicionário portátil de arcaísmos léxico-semânticos lusitanos dignos de nota?

A.M.A. – Pelo menos, dois merecem ser citados, a saber: o *Dicionário portátil das palavras, termos e frases [...] resumido correcto e adicionado pelo mesmo autor do Elucidário a benefício da literatura portuguesa* (Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1827; e o *Dicionário da antiga linguagem portuguesa intercalado com grande número de vocábulos hodiernos de obscura significação*.

M.P.R. – O que você tem a dizer das antologias de textos medievais portugueses?

A.M.A. – Pelo menos duas delas merecem ser citadas, a saber: *Textos medievais portugueses e seus problemas* do saudoso filólogo Serafim da Silva Neto; e a *Bibliografia de textos medievais portugueses*, de Maria Adelaide Valle Cintra.

M.P.R. – O que você tem a dizer dos dicionários latino-portugueses antigos?

A.M.A. – O primeiro deles foi compilado em meados do séc. XIV por um anônimo no Convento de Alcobaça, cujo códice único ora se acha na Biblioteca Nacional de Lisboa; e o outro, com 2.930 lemas de verbos latinos com seus correspondentes portugueses, mereceu do romanista yankee Henry Hare Carter uma excelente edição crítica.

M.P.R. – Há algum dicionário do português medieval, editado no Brasil, que mereça ser aqui lembrado?

A.M.A. – Sem dúvida alguma, o *Índice do vocabulário do português medieval*, coordenado pelo saudoso lexicógrafo Antônio Geraldo da Cunha, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Com base num corpus de oitenta

edições, em geral críticas, de textos medievais, do qual se prepararam cerca de dezesseis mil verbetes, o I.V.P.M. contava registrar entre quinze e vinte mil verbetes principais, além de trinta mil remissivos. Para se ter uma ideia da amplitude desse levantamento, só da palavra 'igreja' levantaram-se mais de sessenta variantes lexicais. Com o corte das verbas destinadas à cultura, a Fundação Casa de Rui Barbosa, infelizmente a obra se interrompeu nos três primeiros volumes editados, a saber: letra *a* em 1986; letra *b* e *c* em 1988; e letra *d* em 1994. Segundo informação colhida àquela época, por sua exequibilidade a F.C.R.B. pretende reduzir o número de volumes da importante obra.

M.P.R. – Que você tem a dizer dos vocabulários latino-portugueses, tão apreciados àquela época?

A.M.A. – Entre 1551 e 1750, pelo menos quatro autores de textos bilíngues se sucederam em Portugal, a saber: os do latinista Jerônimo Cardo, autor dos três primeiros glossários, sendo o primeiro escrito “de maneira sóbria, para a juventude estudiosa” (daqui por diante JUV); a segunda conhecida é a coimbrã, de 1562, do tipógrafo régio João Álvaro, cuja singularidade é a de que seus lemas não vêm em ordem alfabética, porém distribuídos em sete áreas temáticas, a saber: a) O corpo humano (funções, doenças, vestimentas, etc.); b) Os vários tipos de armas; c) As relações de parentesco; d) As épocas da vida; e) As profissões eclesiásticas e as profanas; f) As partes da residência, com seus pertences e afinidades; os animais terrestres, as aves e os peixes; g) Enfim, um apêndice com termos relativos ao tempo físico.

M.P.R. – Que dizer dos demais dicionários latino-lusitânicos?

A.M.A. – Do lexicógrafo Jerônimo Cardoso é a edição princeps do seu *Dictionarium ex lusitânico in latinum sermonem*, de cento e seis páginas (daqui por diante LULA), que se constituíra a segunda parte do *Dictionarium ex lusitânico in Latinum Sermonem*, de cento e seis páginas (daqui por diante LULA), revisto ampliado e editado pelo humanista alemão Sebastião Stockammer, entre 1569 e 1570. Dessa obra se publicaram mais onze edições entre 1588 e 1695, saindo a primeira e a última em Coimbra; e as demais, em Lisboa. É curiosa notar aí a inexistência da palavra felicidade, desconhecida àquela época; bem como o termo barba ser também aplicado aos pelos pubianos. Esse dicionário mostra o ranço medieval contra os comediantes, que, na escala das profissões, ocupava o derradeira lugar, depois até dos fanchonos e das prostitutas. Como sofreram os atores e as atrizes naqueles tempos!...

M.P.R. – Somente Jerônimo Cardoso brilhou no século dezesseis na área

da dicionarística latino-lusitânica?

A.M.A. – De modo algum Cardoso brilhou solitário. Segue-se-lhe o *Dictionarium lusitanico-latinum*, do jesuíta Agostinho Barbosa (daqui por diante BARB, Évora, 1611). Grande aceitação, porém, mereceram do público dois léxicos e glossários menores, do também jesuíta Bento Pereira, os quais, a partir de certa altura, juntaram-se numa obra monumental, que alcançou a décima edição em 1750.

M.P.R. – Como se deu isso?

A.M.A. – A décima edição dessa obra saiu na cidade de Évora em 1750, em pleno Século das Luzes em Portugal. Bem antes, em 1634, na mesma cidade de Évora, saiu a *Prosodia in vocabularium trilingue: latinum, lusitanicum et hispanicum digesta* (daqui por diante PROS, que se manteve trilingue, ao que sabemos, pelo menos, até à quinta edição, seguidamente nos anos de 1643, 1656, 1669 e 1674.

M.P.R. – Pararam por aí as obras de Bento Pereira?

A.M.A. – De modo algum. Em 1647, saiu em Lisboa o seu *Tesouro da língua portuguesa* (daqui por diante TES), continuador de seus predecessores, pois que se constituiu a contraparte da Prosodia, com um glossário latino-lusitânico de cento e sessenta e quatro páginas, de três colunas cada uma delas.

M.P.R. – De que se constituíram as três partes seguintes dessa importante obra?

A.M.A. – A primeira foram as frases portuguesa com sua correspondência latina, em sessenta e sete páginas de duas colunas cada uma delas. A segunda foram os principais adágios portugueses com sua correspondência latina. Essas duas primeiras partes mereceram duas edições autônomas, uma em 1646 e outra em 1665, essa da casa de Paulo Creesbeck, sita em Lisboa. A segunda parte foi uma *Seletissimarum descriptionum* [...] de termos e locuções latinas retiradas de obras clássicas.

M.P.R. – Gostaríamos de saber quais os principais sucessores de Jerônimo Cardoso, de Agostinho Barbosa (com seu léxico solitário) e do próprio Bento Pereira?

A.M.A. – Sem dúvida alguma, o mais importante deles é o *Vocabulário português e latino*, do padre teatino Rafael Bluteau, com seus oito volumes *in-folio* e mais dois suplementares, hoje encontrável em baratos cedês na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nem nos Tesouros lexicais do padre doutor Domingos Vieira, nem nos de Caldas Aulete, nem nos de Laudelino Freire (com seu colaborador João Luís de Campos) procederam com tal exatidão e rigor nos seus léxicos.

M.P.R. – Como já se vai alongando esta entrevista, gostaríamos de concluí-la indagando-lhe que outros assuntos se poderão encontrar na obra de que ora nos ocupamos?

A.M.A. – São os seguintes os tópicos que dizem respeito aos léxicos de toda ordem: a) dicionários de abonações; b) dicionários manuais práticos; c) glossários complementares; d) apostilas, subsídios & cia.; e) glossários de arabismos; g) glossários de tupinismos; g) glossários de orientalismos; h) dicionários analógicos; e, finalmente, i) a língua portuguesa para além dos dicionários supracitados, como o *Crítico-etimológico castelhano e hispânico* de Juan Corominas e José Pascual e o *Romanisches etymologisches Wörterbuch*, de Wilhelm, MEYER-LUBKE (Heidelberg, Carl Winter, 1992, com mil, duzentas e quatro páginas. São esses dois últimos os mais importantes e completos de todos.

RESENHA

Resenha crítica da obra a LÍNGUA PORTUGUESA NO TEMPO E NO ESPAÇO, volume 242 das edições do Senado Federal, de autoria do atual presidente de honra da Academia Brasileira de Filologia Prof. DR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO.

De acordo com o programa editorial e do projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal, acabou-se de imprimir, em julho de 2017, a obra supracitada no caput desta resenha. No seu índice onomástico, o gramático português João de Barros, primeiro donatário da capitania do Maranhão, no século XVI, com trinta citações; o gênio lusitano quinhentista Luís Vaz de Camões (excelente poeta lírico e incomparável épico, autor da famosa epopeia *Os Lusíadas* e das comédias *Anfatriões*, *El-rei Seleuco* e *Filodemo*, nos moldes da tradição dramático greco-latina; o novo bandeirante Euclides da Cunha, por designação do Barão do Rio Branco, fixador dos limites do Brasil com o Peru e a Bolívia, e autor da famosa epopeia *Os Sertões*, já traduzida em vários idiomas; o clássico historiador maranhense João Francisco Lisboa, renomado autor de uma obra sobre a vida e a obra do jesuíta luso-brasileiro Antônio Vieira, que enfrentou os portugueses daquela época que desejavam escravizar os indígenas maranhenses, com dez citações; o importante fixador da ortografia lusitana no final do século XVI, o licenciado Duarte Nunes do Lião, com vinte oito citações; o pioneiro gramático lusitano Fernão de Oliveira, com dezessete citações.

Os ensaios de língua e de literatura de expressão portuguesa reunidos nessa obra devem muitíssimo às edições diplomáticas, com as palavras devidamente contextualizadas, promovidas pelo Prof. Toru Maruyama, titular de História da Língua Japonesa da Universidade Católica de Nanzan, sita na cidade japonesa de Nagóia.

Outro lusitanista da maior importância para o conhecimento da língua portuguesa de todas as épocas é o austríaco Dieter Messner, do Institut für Romanistik der Universität Salzburg na Áustria. Seu ousado programa de publicação da coleção *Dicionário dos dicionários portugueses* é um levantamento minucioso do léxico lusitano e da lexicografia histórica de nossa “[pen]última flor do Lácio [in]culto e bela”, na visão distorcida do poeta parnasiano brasileiro Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac.

RESENHA

A CORRESPONDÊNCIA DE FRADIQUE MENDES (MEMÓRIAS E NOTAS): UM VOLUME DA PRESTIGIOSA EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS

CEILA MARIA FERREIRA (ABRAFIL, UERJ E UFF)

A propósito do lançamento, em 21 de fevereiro deste ano, de mais um volume, o de *Os Maias*, da prestigiosa Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenada por Carlos Reis, escrevo aqui a respeito da publicação de um volume anterior ao que agora vem a público e que, assim como ele, contribuiu para divulgar a importância da Crítica Textual, da realização de edições críticas, da preservação do patrimônio cultural em forma de textos escritos e da vitalidade e importância da obra de Eça de Queirós.

A edição crítica de *A Correspondência de Fradique Mendes* (Memórias e Notas), publicada em 2014, sob a coordenação do Professor Carlos Reis, Catedrático da Universidade de Coimbra e uma das maiores autoridades, na atualidade, a respeito da obra de Eça de Queirós, e tendo como editores o próprio Carlos Reis e as investigadoras Irene Fialho, do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, e Maria João Simões, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras dessa mesma universidade, trouxe, ao público leitor, um título que, publicado pela primeira vez em livro em 1900, ano do falecimento do autor de *Os Maias*, se encaixa no que Ernesto Guerra da Cal chamou de semipóstumo. Ou seja: publicação cujo texto foi trabalhado por seu autor, mas que o processo de sua edição em livro – incluindo sua revisão final - não foi concluído por ele. Soma-se a isto - aos problemas editoriais que a natureza dos semipóstumos suscita - a publicação de cartas, que compõem o livro de 1900, em periódicos publicados, em 1888, quase que simultaneamente, mas com redações que apresentam significativas variantes como a que saiu em *O Repórter*, no Porto, e na *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro. Posteriormente, cartas de Fradique Mendes voltaram a ser

publicadas na **Gazeta de Notícia** de 13 a 27 de novembro de 1892 e, ainda no final dos anos oitenta e início dos anos 90 do século XIX, são publicadas também com modificações na **Revista de Portugal** e outras são lá publicadas pela primeira vez. Após a morte do autor, voltam a aparecer cartas de Fradique Mendes antes não publicadas, dessa vez em **Cartas Inéditas de Fradique Mendes** e **Últimas Páginas**. Além disso, para o preparado da edição que aqui comentamos foram também consultados manuscritos autógrafos de Eça de Queirós como o Salema Garção e o Alberto Serpa, sendo que o Salema Garção faz hoje parte do Espólio de Eça de Queirós que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal e o Alberto Serpa integra o acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Somam-se a esse material, textos de autoria de Fradique Mendes anteriores às próprias cartas, como a primeira aparição do poeta das **Lapidárias**, em 1869, tendo como criadores: Eça de Queirós, Antero de Quental e Jayme Batalha Reis.

Vale destacar que a edição crítica publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda é formada pelos seguintes capítulos: uma Nota Prefacial, assinada por Carlos Reis; uma Introdução de 72 páginas; o Texto-Crítico acompanhado pelo aparato crítico de variantes no rodapé; um capítulo intitulado Apêndices; Notas biobibliográficas acerca de Eça de Queirós e de sua obra e dados sobre os editores daquela edição crítica.

Na Nota Prefacial, são destacados aspectos importantes tanto da realização de uma edição crítica como características que cercam esse tipo de material (textos publicados postumamente em livro, mas parcialmente revistos por seu autor e publicados anteriormente, em vida do autor, na imprensa periódica com significativas variantes e que, depois de 1900, ano da morte de Eça de Queirós, foram publicadas cartas inéditas de Fradique Mendes, além de existirem manuscritos autógrafos autorais que consubstanciam partes de distintas etapas do processo de criação das cartas fradiquistas).

A Introdução de 72 páginas é dividida em quatro subcapítulos. São eles: História do Texto; **A Correspondência de Fradique Mendes** e o Cânone Queirosiano; Os Testemunhos Manuscritos: Presenças e Ausências e Critérios Editoriais. Na Introdução, os editores apresentam interessantes e importantes reflexões sobre várias questões de impacto para a Crítica Textual Moderna, por exemplo, a questão da autoria dessa obra queirosiana. Tal questão ronda os chamados semipóstumos, pois é muito difícil medirmos o grau de intervenção de terceiros que esse tipo de obra sofreu. Essa discussão nos remete – e está presente nas páginas da referida Introdução – ao problema da formação do cânone das obras queirosianas, como também a discussões acerca de estratégias editoriais e da intervenção de legatários de espólios na formação tanto de cânones como de

fortunas críticas, ou seja, da responsabilidade desses legatários na divulgação ou não de textos de autores como Fradique Mendes, como foi o caso da Libuska fradiquista, além de chamar a atenção para a “vocação do biógrafo editor de Fradique para indagações genéticas” materializadas nas observações, por exemplo, sobre tipo de papel e de letras utilizados por Mme. Lobiska. Essas observações possibilitam uma aproximação *avant la lettre* entre temas de estudo tanto da Crítica Textual como da Crítica Genética e, de certa maneira, nos apresentam um Eça que reflete sobre a posteridade de sua obra, inclusive do que não chegou a publicar:

.....No contexto das referencias que o biógrafo-editor lhes faz, eles convidam a observações que, entre a grafologia e a crítica genética, de certa forma precedem o labor da crítica textual propriamente dita. Como quem sugere: o ideal será que se estude a oficina do escritor e os seus papéis, antes de se avançar para uma edição crítica; mas se a obstinação de uma qualquer Libuska impedir o conhecimento do espólio, então não se prescinda da minuciosa análise dos manuscritos disponíveis e dos gestos psiescriturais que eles revelam. [...]

Tal modernidade é reforçada pela originalidade de **A Correspondência de Fradique Mendes**, como também da gênese desse personagem-autor que poderia ser considerado, tendo sido publicada, em vida de Eça, a carta [A E.], um antecessor dos famosos heterônimos criados por Fernando Pessoa.

.....Além desses assuntos, a Introdução fala ainda sobre o processo de criação de Eça de Queirós e parte significativa da história da transmissão dos textos que compõem **A Correspondência de Fradique Mendes**, assim como remete a outras edição já publicadas no conjunto da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, além de expor, como é de praxe em edições críticas, os critérios utilizados para a edição do texto crítico e dos textos que estão presentes no capítulo intitulado Apêndices.

.....Quanto ao Texto Crítico, ele tem como texto-base, para Memórias e Notas e para a maior parte das cartas que integram suas páginas, a edição em livro saída em 1900, pouco depois da morte de Eça de Queirós, cujo título também era **A Correspondência de Fradique Mendes** (Memórias e Notas). Contudo, nem todas as cartas que compõem a edição crítica fazem parte do livro publicado em 1900. Nesse caso, sua origem é explicitada no próprio aparato crítico de notas. Porém, para a maior parte dos texto que integram a edição críticas, os editores optaram pelo texto da edição de 1900 porque consideram que as cartas publicadas em 1900 foram autorizadas pelo autor, o que não quer dizer, afirmam, que a forma final que elas lá assumiram tenha

sido decisão do próprio Eça, o que é uma questão delicada que ronda a edição dos chamados semipóstumos. Um terreno ainda movediço até que surjam documentos que venham aclarar o grau de intervenção do autor na forma final que o texto da edição de 1900 legou ao público leitor.

Já o aparato crítico, parte importante para termos acesso à materialização das mudanças na obra, é formado pelo cotejo do texto crítico com, na maioria dos casos, o texto publicado na **Revista de Portugal**. Contudo, a edição que foi cotejada com o texto crítico vem com a sigla citada entre colchetes após a notação da variante. Isso acontece, pois nem todos os textos foram editados na **Revista de Portugal**. É preciso ressaltar que o texto crítico assim como as notações do aparato crítico que integram a edição crítica que ora comentamos têm a grafia atualizada conforme o acordo ortográfico vigente nos dias de hoje.

Após o Texto Crítico e o Aparato de Variantes é publicado um capítulo intitulado Apêndice. Dele fazem parte: Cartas Inéditas de Fradique Mendes; Crônicas; Versos de Carlos Fradique Mendes e Cotejo entre **Gazeta de Notícias** e **O Repórter**.

Fecham a edição as notas biobibliográficas de Eça e das obras de Eça de Queirós e dados acerca dos editores que preparam a edição crítica publicada em 2014.

E lembro-me também aqui de um texto de Antônio Carlos Secchin sobre a publicação de uma carta de Mário de Andrade que, durante anos, não esteve disponível para leitura na sua integralidade por fazer referência a assunto relativo à intimidade do autor de **Macunaíma**.

Secchin também apresenta reflexões sobre a questão do direito de se publicar ou não uma carta que em sua origem não era destinada à publicidade. Trata-se de um assunto que dialoga com o da publicação ou não das cartas de Fradique Mendes.

Por tudo que foi exposto, a edição crítica de **A Correspondência de Fradique Mendes** é obra de leitura vivamente recomendada, especialmente, aos estudiosos e às estudiosas da Crítica Textual, da Crítica Genética, aos pesquisadores e às pesquisadoras que têm a obra de Eça de Queirós como objeto de suas indagações, assim como a quem se dedica ao estudo do século XIX, em Portugal e no Brasil, da literatura produzida nesse período, como também da língua portuguesa.

Felizmente, a publicação de mais um novo volume, o de **Os Maias**, vem colocar, na ordem do dia, o importantíssimo projeto da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós.

.....

HOMENAGEM PÓSTUMA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, EM HOMENAGEM AO PROF. WALMÍRIO ERONIDES MACEDO.

Às quatorze horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezessete, na Rua São Francisco Xavier, 524, 11º andar, sala RAV 114, reuniram-se, sob a presidência de Amós Coêlho da Silva, em sessão dedicada à memória do confrade Prof. Dr. Walmírio Macedo, os acadêmicos Manoel P. Ribeiro, Deonísio da Silva, Maria Therezinha da Fonseca Passos Bittencourt, Francisco Venceslau dos Santos, Ozanir Roberti Martins, Luiz Fernando Dias Pita, Márcio Luiz Moitinha Ribeiro, Ceila Maria Ferreira, Luíza Lobo, além de convidados e familiares do Prof. Dr. Walmírio Macedo: Maria Angélica Macedo de Andrade Pinto, Marcos de Andrade Pinto, Aline Macedo de Andrade Pinto, Michele Roberta Rosa e Silva, Ronaldo Lima Macedo, Marcelle Veríssimo da Silva, Ignez Lima de Macedo (viúva), Navara Macedo, Felipe Boechat. Justificaram sua ausência os confrades Claudio Cezar Henriques, Álvaro Alfredo Bragança Jr., Paulo Cesar Costa da Rosa, Carlos Eduardo Falcão Uchôa. De início foi lida e distribuída a ata da sessão anterior. A seguir o Prof. Manoel Pinto Ribeiro fez um relato da vida profissional e acadêmica do Prof. Walmírio Macedo, recentemente falecido, e em cuja memória a sessão é dedicada. O MESTRE WALMÍRIO teve publicadas mais de trinta obras, com destaque para GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, Presença; ANÁLISE SINTÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, Presença, ANÁLISE SINTÁTICA EM NOVA DIMENSÃO, Presença; O MUNDO MARAVILHOSO DA GRAMÁTICA, Disal Editora. Traduziu e adaptou ao Português a principal obra de Bernard Pottier, LINGUISTIQUE GÉNÉRALE – Théorie et description, que o próprio autor considerou a de maior fidelidade ao seu ideário. Sua obra GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA recebeu da Academia Brasileira de Letras o prêmio FILOLOGIA JOÃO RIBEIRO, em 1992. Era membro também da Academia Brasileira de Literatura e da Academia Carioca de Letras. Exerceu funções públicas na administração superior como Presidente da Fundação Centro de Desenvolvimento de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro. Faleceu em 13.9.2017, aos 87 anos. O prof. Walmírio cumpriu, como

poucos o fazem, um papel de capital importância nos estudos linguísticos, na presença marcante em sala de aula e em sua vida familiar, tendo como grande companheira D. IGNEZ LIMA DE MACEDO, a quem rendemos nossas homenagens, assim como a toda sua família. Em seguida, tivemos a palavra de Leônidas Macedo, filho do falecido confrade, que, vindo do exterior unicamente para a homenagem, fez um emocionadíssimo discurso, que se lê a seguir: ***“Ao meu pai, Walmirio Macedo. Há cerca de 70 dias você nos deixou e partiu para seu descanso eterno. Você foi em vida um exemplo para todos nós, seus filhos, familiares, amigos e alunos. Me pego pensando em você. As passagens da minha infância, minha adolescência e todo este convívio da fase adulta. Quantos momentos bons! Me surpreendo com as lembranças ao destacar que nós nunca brigamos. Nunca. Ah! Que falta você nos faz! Sua paz, seu olhar e até seu silêncio, sempre preencheram nossas vidas com a segurança da sua presença. Como suportar esta dor de não ter você por perto? Como encarar esta nova realidade sem você? Vamos seguindo como a maturidade nos impõe. Vamos tentando fazer de conta que é normal perder pessoas como você e assim abafar um pouco este vazio com a esperança de um reencontro na eternidade das nossas almas. Reencarnação? Se há, me deixe ter a oportunidade de repetir esta paternidade que recebi para que possa ser feliz na próxima vida como fui nessa. Seu amor nos manterá unidos e a sua saudade também. Beijos dos seus filhos Leo, Angélica e Ronaldo”***. Após sua fala, manifesta-se o vice-presidente da ABRAFIL, Prof. Deonísio da Silva, que compara o trabalho de Walmirio Macedo, pela seriedade e constância, em suas tarefas, ao dos monges medievais. Em seguida, o confrade Francisco da Cunha e Silva Filho mostra a importância da obra de Walmirio Macedo – a quem não conhecera pessoalmente - em sua própria trajetória intelectual. Lembra-se de que, no Piauí, conheceu um dicionário de gramática do Mestre Walmirio. Manifestou-se também a Prof^a Elisa Cristina Serpa Velloso, ex-aluna de Mestre Walmirio no Liceu Literário Português, onde seguiu seu curso de Semântica. Emocionada, a aluna reitera a dedicação do homenageado aos seus alunos, e ainda sua preocupação com a clareza de suas aulas. Toma a palavra o confrade Ozanir Roberti, que fala das lições e conselhos que recebera de Mestre Walmirio, na única vez em que se encontraram, na Universidade Veiga de Almeida. Também, o confrade Francisco Venceslau menciona o valor de Mestre Walmirio como ser humano, no que é acompanhado pelo confrade Manoel Ribeiro, que conta do apoio dele recebido quando se publicou uma edição de sua “Gramática Aplicada da Língua Portuguesa”, com prefácio do Mestre Walmirio Macedo. Encerrada a homenagem, toma a palavra o prof. Deonísio da Silva, que propõe o nome do prof. José Carlos Gentili, autor

de “A infernização do hífen”, para outorga do Prêmio Antenor Nascentes, com aprovação de todos os presentes à assembleia. Procedeu-se em seguida a eleição do Prof. Dr. Francisco de Assis Florêncio, candidato à cadeira nº 25, vaga em virtude da passagem de André Crim Valente para o Quadro Especial. Uma vez que o prof. Deonísio da Silva proclamou seu voto publicamente, o novo acadêmico obteve 22 votos, devendo sua posse e juramento ser realizada na próxima sessão da Academia. Como não havia mais nada a tratar, eu, Luiz Fernando Dias Pita, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva.....

MARIA ANTÔNIA DA COSTA LOBO— HOMENAGEM PÓSTUMA

A Prof.^a MARIA ANTÔNIA DA COSTA LOBO nasceu em 25 de fevereiro de 1945 e faleceu em 26 de julho de 2017. DESDE SUA POSSE EM 14 DE JANEIRO DE 2006, A PROF.^a MARIA ANTÔNIA DA COSTA LOBO SEMPRE ACOMPANHOU OS TRABALHOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA E RARAMENTE FALTAVA ÀS REUNIÕES. TAMBÉM DEIXOU, EM NOSSA REVISTA, ALGUNS ARTIGOS DE INTERESSE ACADÊMICO.

AINDA JOVEM, CURSOU O COLÉGIO MARIA JOSÉ IMPERIALE, MAIS TARDE, O COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE CAIRU, PROCURANDO VALORIZAR SEUS PROFESSORES COMO FRANCISCO CORREIA DE FIGUEIREDO E WELLINGTON SANTOS DENTRE OUTROS.

Na ESCOLA AMARO CAVALCANTI, no LARGO DO MACHADO, dirigida por RAJA GABAGLIA, conseguiu o primeiro lugar num concurso de redação.

Também foi a primeira colocada num concurso de oratória.

Casou-se em 1967, quando entrou para um curso de conversação na ALIANÇA FRANCESA.

Em 1974, prestou vestibular pra o curso de português e literatura, sendo alunas dos grandes mestres Amaro Ventura Nunes, Antonio Hauila, Luiz Marques de Sousa, Walter Vergna.

Em 1976, ingressou na universidade SANTA ÚRSULA para cursar complementação pedagógica em língua e literatura francesa, o que lhe valeria um registro de professora de Francês.

Em 31 de outubro de 1976, prestou concurso para o magistério municipal do rio de janeiro, começando em 1977 sua carreira docente no ensino de língua francesa, paralelamente a de tradutora técnica de francês.

Em 1987, ingressou no curso de pós-graduação em Filologia Românica na UFRJ.

Em 1988, ingressou, por concurso, no mestrado da UFRJ, na área de Filologia Românica e, depois, no doutorado.

Escreveu uma monografia baseada nas notas de rodapé, relativas à certidão de nascimento do Brasil, ocasião em que foi apresentada às obras de Carolina Michaëllis e Jayme Cortesão. O trabalho valeu-lhe a concordância dos dois grandes mestres, sendo aprovada com a nota máxima.

Antônio Hauila foi seu orientador da dissertação de mestrado intitulada MEIOS E INSTRUMENTOS DE TRANSPORTE: UMA ABORDAGEM ONOMASIOLÓGICA, e da tese CHÃO DE FERRO: A GÊNESE TEXTUAL DE UMA OBRA DE PEDRO NAVA.

Em 1993, teve de pedir exoneração do magistério, pois era bolsista do CNPQ.

Em fevereiro de 1997, começou a trabalhar na UFRJ num curso de especialização em filologia românica.

Ainda em 1997, ingressara, por concurso, na carreira de professora substituta de língua portuguesa na faculdade de formação de professores da UERJ, sendo ainda convidada pela professora Ceila Martins a substituí-la na Faculdade de Humanidades Pedro II.

A OBRA MEMORIALÍSTICA DE PEDRO NAVA retrata a vida no internato Pedro II.

Em 1999, coordenou o curso de graduação da UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO e lecionou ali Língua Portuguesa para o curso de Direito.

Em 2002 teve vários artigos publicados, que tinham sido apresentados em congressos, seminários e encontros nacionais e internacionais.

Em 2005 a convite, candidatou-se a uma vaga na ABRAFIL, cadeira número 30, cujo patrono é Cândido Jucá e cujo fundador é Candido JucáFilho.

Como professora dos cursos de pós-graduação na UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO orientou várias monografias, como:

A contextualização em Língua Português e a análise da conversação, de Célia Maria Paula de Barros.

Aideologia nos desenhos animados, de Carla Cristina Nunes de Oliveira Carvalho;

Conversação. Gramática e ensino de Língua Português de Lindinalva Colaço.

Estrangeirismos:o Brasil de portas abertas;Aline de Araújo Ferreira.

Funk: por que (não) trabalhar em turmas de adolescentes, de Naidé Pinto Pires.

Normas gramaticais e uso popular no ensino escolar da Língua Portuguesa
Com quem está razão? De Katiani de Farias Accordi.

Pronome relativo: usos e desvios, de Amélia Maia Bloomfield Gama.

Além disso orientou seus alunos para atingirem uma eficiente monografia, conseguiu motivar quase todos a publicá-las e apresentarem seus resultados em eventos de Letras.

Em 2004 e 2005 voltou a trabalhar na faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como professora de Filologia Românica.

EM SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, SALIENTAM-SE:

1. A CRÍTICA GENÉTICA; UMA DISCIPLINA NOVA OU UM AVATAR DA FILOLOGIA?
2. ANÁLISE PRAXIOLÓGICA DO DISCURSO.
3. ARGUMENTAÇÃO E PUBLICIDADE.
4. CHÃO DE FERRO: A GÊNESE TEXTUAL DE UMA OBRA de PEDRO NAVA (RESULTANTE DE SUA TESE DE DOUTORADO).
5. DISCURSO: ESTRATÉGIAS SEMÂNTICAS.
6. DISCURSO; UM PROBLEMA DE BUSCA, SELEÇÃO, ORDENAMENTO, ARRANJO E INTENÇÃO.
7. INTEGRAÇÃO SEMÂNTICA E LINGUAGEM COLOQUIAL NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA.
8. L'HOMME DE SANG (LIVRO TRADUZIDO)
9. L'HOMME DE PLASIR (LIVRO TRADUZIDO)
10. LES ASTROLOGIQUES OU LA SCIENCE DU CIEL (LIVRO TRADUZIDO)
11. LEXICOLOGIA E RELAÇÕES SEMÂNTICAS.
12. LITERATURA DE CORDEL E FILOLOGIA (LIVRO)
13. MEIOS DE TRANSPORTE; UMA ABORDAGEM ONOMASIOLÓGICA (LIVRO RESULTANTE DE UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)
14. MORFOLOGIA E SINTAXE PARA O 3.º GRAU (LIVRO)
15. O PROCESSO DE CRIAÇÃO EM PEDRO NAVA: O VASCULHADOR DO BAÚ DA MEMÓRIA.
16. O PROCESSO DE CRIAÇÃO: GÊNESE TEXTUAL EM PARTE DE

GALO NAS TREVAS**17. RELAÇÕES SINTÁTICAS, SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS
(LIVRO)**

POR ESTA SÍNTESE, VERIFICA-SE A GRANDEZA DE SUA ATUAÇÃO NOS MEIOS UNIVERSITÁRIOS.

POR FIM, PARABENIZAMOS TODOS OS MEMBROS DE SUA FAMÍLIA, PRINCIPALMENTE SEU ESPOSO, RENATO COSTA LOBO E SUA FILHA, AQUI PRESENTES.

**À MARIA ANTONIA DA COSTA LOBO
RENATO COSTA LOBO**

Gostaria de agradecer as belas palavras proferidas em homenagem à Antonia, com um profundo e emocionado sentimento de orgulho e de saudade.

Orgulho, por testemunhar que ela sempre buscou um aprimoramento cada vez melhor nas atividades voltadas para uma produção científica de qualidade, não por vaidade, mas para poder contribuir cada vez mais para a formação intelectual diferenciada de seus alunos.

O meu testemunho começa precisamente em março de 1960, quando nos conhecemos, ainda estudantes. Eu, aluno do Colégio Militar em São Cristóvão, e ela, aluna do Colégio Maria José Imperial em Botafogo. Já naquela época, pude observar que era uma estudante destacada, pelas altas notas que tirava nas provas.

Das idas e vindas, surgiu um namoro, depois, um período de noivado e, por fim, o nosso casamento. Ela pacientemente esperou que eu terminasse o curso na Escola Naval, para que realizássemos nosso sonho, que se concretizou em 1967.

Mas, enquanto ela esperava que eu me formasse, também prosseguiu no seu objetivo de ter uma profissão, optando pelo magistério. Ela não queria reviver uma difícil fase de sua infância, quando, aos sete anos, perdeu repentinamente o pai, fulminado por um enfarto, tendo de substituir a mãe nos afazeres do lar, junto com a irmã de dez anos.

Na busca de novos horizontes, decidi fazer o curso de Conversação na Aliança Francesa, e em seguida, o Curso de Língua e Literatura Francesas, aproveitando um convênio existente entre a Aliança Francesa e a

Universidade de Nancy, na França. Com mais um ano frequentando o curso de Complementação Pedagógica em Francês, obteve o diploma que lhe permitiu, junto ao Ministério da Educação e Cultura, obter o título de Professora de Francês.

A Antonia conseguiu, assim, concretizar o sonho de ingressar no campo das atividades docentes, após ser aprovada para o magistério municipal. Por amor à profissão, mas com sacrifício, pois já tínhamos nossa filha em idade escolar, usava os sábados para atividades extra-classe, passando filmes sobre a cultura e civilização francesas, ou dando aulas extras.

Graduou-se em Letras. Mais tarde, especializou-se em Linguística e Filologia Românica, tendo concluído os cursos de Mestrado e de Doutorado nessa área, ambos com menção excelente, me enchendo de orgulho.

Por estar habilitada também em Língua Portuguesa, participou por alguns anos do ensino de Português em escolas municipais. Essas atividades duraram 17 anos, quando foi obrigada a pedir exoneração do magistério municipal, para ter direito à bolsa de estudos que a auxiliariam nos cursos de pós-graduação.

Durante o período que exerceu o magistério municipal, pude testemunhar, nas diversas festividades escolares, palavras elogiosas referentes à dedicação e ao carinho que ela dispensava aos colegas e aos alunos. Ouvi, muitas vezes, dizerem que ela era a melhor professora da escola, o que me deixava muito orgulhoso também.

No magistério superior, não foi diferente. Era o tipo de professora que não deixava o aluno sem resposta. Algumas vezes, recorria ao Latim, que eles não conheciam, para sanar as dúvidas surgidas.

Foi Coordenadora do Curso de Graduação em Letras da Universidade Castelo Branco, quando fundou o curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Língua Portuguesa.

Exerceu atividades docentes em outros estabelecimentos de ensino superior, destacando-se a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também no ensino superior, foi sempre muito elogiada pela dedicação e amplo domínio das disciplinas que lecionou, tornando-se, para muitos, um exemplo a ser seguido. Posso citar a Professora Célia Barros e o Professor Paulo Cesar Valadares, o que me deixa, mais uma vez, muito orgulhoso.

Por ter trilhado um caminho de dedicação e exemplo profissionais, foi convidada a concorrer a uma cadeira na Academia Brasileira de Filologia, tendo sido eleita para ocupar a de número 30, cujo Patrono é o Professor

Cândido Jucá Filho. Guardo com muito orgulho, também, o diploma, o capelo e a medalha a que ela fez jus.

Foi também convidada a participar da diretoria da União Brasileira de Escritores, ocupando o honroso cargo de Diretora de Concursos. Nesse cargo, conseguiu reunir um seletivo grupo de poetas, escritores, professores, teatrólogos, todos coordenados por ela, com o objetivo de selecionar as melhores obras a serem premiadas nas diversas categorias.

Pelo que foi aqui exposto, poderão os senhores compreender porque tenho tanto orgulho assim. E a saudade? Ah! Sinto muita saudade. Sinto falta dela.

Afinal, quando a conheci, eu tinha 16 anos e ela 15. Éramos jovens estudantes, que apenas conversávamos durante as viagens de casa para o colégio e do colégio para casa, e vimos, com o passar do tempo, surgir o amor, que nos levou ao matrimônio quase oito anos depois.

Foi um período difícil, numa época em que a situação política era conturbada, e eu, sendo militar, muitas vezes tive de ficar de prontidão na Unidade em que servia, por vários dias seguidos, o que a deixava bastante apreensiva.

Mas a Antonia soube encontrar soluções ao jeito dela, e, assim, fomos vivendo. Ela, sempre muito dedicada e cuidadosa, nunca esquecendo as origens. De uma família muito humilde, aprendeu a dar valor às coisas simples, que conseguia com sacrifício. Por isso, sempre foi muito exigente com ela própria, no trabalho e em casa.

Guardava um sentimento de muita gratidão com todos aqueles que, de alguma forma, a ajudaram. Tinha um coração sempre pronto a abrigar todos aqueles que a procuravam com alguma necessidade. Não media esforços para atendê-los. Muitos alunos tiveram aulas particulares em nossa casa, e ela nunca aceitou qualquer pagamento em troca. Costumava dizer que o salário dela era a satisfação de ver o sucesso deles.

Confesso que sinto saudade, sim, pois vivemos quase 58 anos de nossas vidas juntos, com amizade, respeito, carinho e amor. Tivemos nossa filha, que, a exemplo da mãe, foi uma brilhante estudante, formada em Engenharia Mecânica e Engenharia Civil. Poliglota por opção, atualmente atua como tradutora técnica na área de patentes de invenção. Um orgulho para mim.

Saudade sentirei sim, mas lembrando os momentos felizes que compartilhamos. Ainda sofro com a ausência dela e espero superar essa dor com o passar do tempo, recebendo o carinho e o conforto dos amigos e parentes, que guardarei no fundo do meu coração.

Encerro aqui meus agradecimentos, com uma mensagem que bem

representa o que sinto agora: “Há momentos na vida, que é melhor permanecermos calados e deixarmos que o silêncio fale ao nosso coração, pois há sentimentos que a linguagem não expressa, e há emoções que as palavras não conseguem traduzir”.

Muito obrigado.

MEMÓRIA

MARIA ANTONIA DA COSTA LOBO DISCURSO PROFERIDO POR OCASIÃO DA POSSE NA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA (14/01/2006)²

Em poucas palavras

Em todas as épocas e civilizações, a linguagem esteve em estreita relação com o Homem.

Na realidade, há um mundo de palavras gastas e consumidas diariamente por indivíduos e, metodicamente falando, por entidades, empresas ou nações, palavras essas que têm poder de influência e, por conseguinte, de decisão. Há também o emprego das mesmas para a tradução do que se conhece em termos que se possam usar e há, ainda o alcance de acordos, por intermédio de processos linguísticos – a palavra marca época(s) presente(s) na memória voluntária e/ou involuntária, diria Pedro Nava.

Segundo Walter Vergna, *a memória é a secretária assídua da mente*.³

É o que faço neste momento, ao rememorar uma trajetória traçada desde a época do Curso Ginásial, no Colégio Maria José Imperial.

Na 4ª série ginásial (1960), ao travar o primeiro contato com evolução fonética das palavras, comecei a me identificar com o que mais tarde viria, a saber, se tratar de Filologia. Este contato se deu através de uma obra intitulada Língua Pátria, cuja capa era ilustrada pela imagem da Academia Brasileira de Letras. À época, jamais imaginava que viria a ter como confrade o autor dessa obra, o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva.

A identificação com essa Ciência transformou-se em paixão e esta não esmoreceu.

No ano seguinte, (1961) ingressava no Curso Clássico, no Colégio Estadual Visconde de Cairu, onde se apresentou a oportunidade de ter mais contato com as letras: estudos de latim com figuras notáveis, tais como os professores Francisco Correia de Figueiredo – professor do Colégio Pedro II – e Wellington Santos. Este ensinara à turma os chamados “macetes” para o entendimento da Língua Latina. À época, eu e os colegas deveríamos saber traduzir textos de autores latinos e mais: verter também.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, como ter deixado (1962) o curso

clássico, e ido para a Escola Amaro Cavalcante cursar o técnico de secretariado, não esmoreci. Fora levada a trilhar esse caminho: nos colégios estaduais, o ensino médio passava a ser ministrado à noite. A Escola Amaro Cavalcante (no Largo do Machado) era das poucas a oferecer curso diurno. Mas a experiência foi extremamente válida, aprendi Datilografia, Taquigrafia, Moral e Cívica e os famosos conceitos de Patriotismo, e o mais importante: não perdera contato com os estudos históricos. Vencera um concurso de Redação, o que me valera um presente: a coleção Titãs. Aturava, sim, matemática e contabilidade – não podia, nem deveria sofrer uma reprovação escolar.

À época também não imaginava que as aulas da Professora Uri (de datilografia) teriam extrema utilidade ao final do século XX, com o advento da era da digitação. Os alunos que não copiassem integralmente um texto por ela apresentado, a punição era severa! A Amaro Cavalcante tinha uma Direção justa, mas rígida – era exercida por uma Raja Gabaglia!

Contudo, no ano seguinte (1963), os cursos dessa Escola seriam ministrados à noite e, então, interrompi meus estudos. Frequentar aulas noturnas jamais – isso era privilégio do sexo masculino.

Passei aquele ano tentando convencer minha mãe, brasileira (educada, dos nove aos dezoito anos, em Portugal), que eu deveria voltar para o Visconde de Cairu. E, assim, consegui voltar ao Clássico.

No colégio, as aulas de Latim, Português e História me fascinavam. Esta Ciência, tão importante para a Filologia, era ministrada pelo saudoso Professor George de Mattos Coutinho.

Estava eu no 3º ano Clássico, quando fui indicada para participar de um concurso de Oratória entre alunos de Colégios Estaduais. E o resultado foi positivo – fui a primeira colocada – um prêmio para mim e para o colégio que amava – o Cairu.

Essa premiação valeu-me ainda a escolha para ser a oradora na diplomação em 20 de janeiro de 1966 – a data da grande enchente no Rio de Janeiro. A festa fora, então, transferida para outra data e transcorreu na Escola Ferreira Viana. Quanta emoção!

Vencera mais uma etapa escolar. Contudo, não ingressei, de imediato, no ensino Universitário.

Em 1967, contraíra matrimônio, mas um outro ideal, neste ano, se concretizara – ingressei no 3º ano do curso de conversação da Aliança Francesa. O estudo da Língua Francesa era minha outra paixão.

Mas em 1974, seguidora dos conselhos da minha irmã, decidi prestar vestibular para Letras (Português/Literatura), e os conhecimentos daquele idioma muito me auxiliaram.

No decorrer do curso de Letras, viria a conhecer aqueles que teriam *a posteriori* uma importância capital na minha formação profissional e não posso deixar, hoje, de declinar nomes.

Bebi em muitas fontes de saber: Antonio Hauila, Amaro Ventura Nunes, Walter Vergna, Luiz Marques de Souza. Três deles já estão em outro plano.

O Professor Antonio Hauila “aturou-me” em Fonética e Fonologia, e em Morfologia.

Na graduação na UGF, o professor Amaro Ventura Nunes me ensinara a ter critérios, relativamente à análise sintática. Quanta lógica me transmitiu em um ano letivo de aprendizagem!

O Professor Luiz Marques de Souza foi aquele que me transmitiu importantíssimos conhecimentos Semânticos na Língua Portuguesa. Não conheci um aluno que não fosse um aficionado pelas aulas desse Mestre!

O professor Walter Vergna foi, em verdade, o meu iniciador na Filologia Românica. Ministrava a disciplina com grande tranquilidade – tinha idiossincrasias. Piadas poderiam servir de estratégia às aulas. Recordo-me do peroplenante e de uma colega, perguntando-lhe o que significava isso, ao que ele respondeu:

- Pero é saco, minha filha, logo peroplenante é saco cheio.

Em outra aula, escreveu sobre o meio do quadro-verde – por nós, alunos, chamado de quadro-negro – a palavra viúva. Prolongou o acento por cerca de 35 cm. Evidentemente, de modo intencional – sabia que alguém sempre perguntava algo. E a justificativa não demorou:

- Minha filha, você não sabe que toda viúva tem um bom acento?

Aprendi muito, inclusive com outro Professor, o Roberto Reis – que a vagabundagem intelectual representava muito. A cada semana me era apresentada uma relação bibliográfica literária. Literatura era outra paixão!

Na realidade, a área de Letras é capital. Assim, costumo brincar com os meus alunos, ao afirmar:

- Sou aquela idiota que ingressou na área de Letras e que, através da aprendizagem, fixou o seguinte: sei que Medicina, Engenharia e Direito dão mais status, mas eu sei ler – sou de Letras!!!

Além de beber nessas fontes, pude ainda beber em outras: em 1976, ingressei na Universidade Santa Úrsula para cursar Complementação Pedagógica em Língua/Literatura Francesas, o que me valeria um registro de Professora de Francês.

Nessa instituição de ensino superior, tive o privilégio de ser aluna de uma professora chamada Ana que ministrava aulas de Iniciação à Educação. Através dessas aulas, aprendi a pesar prós e contras, em especial a entender o que é

um ponto de vista. Temáticas serviam de base aos ensinamentos ministrados – pesquisas e seminários semanais imperavam! Além disso, da sala de aula descortinava-se a Enseada de Botafogo. Áureos tempos aqueles!

Ainda, naquele ano (31 de outubro), tive a oportunidade de prestar concurso para o magistério Municipal do Rio de Janeiro.

Iniciava-se assim, em 1977, a minha carreira docente no ensino de Língua Francesa e paralelamente trabalhava como tradutora técnica de Francês.

Em 1987, decidi ingressar em um curso de Pós-Graduação em Filologia Românica na UFRJ. Começava, então, uma outra trajetória: a princípio um curso de atualização.

No ano seguinte (1988), incentivada pelo Professor Doutor Antônio Hauila, ingressava, por concurso, no Mestrado, com área de concentração em Filologia Românica *a posteriori* no doutorado, conservando a mesma área de concentração.

À época, conheci outros mestres, como o professor Cornélio da Silva Belchior, e tive a satisfação de encontrar alguns daqueles que me *aturaram* na Graduação. Lá estavam os Professores Doutores Luiz Marques de Souza e Antônio Hauila.

Novas experiências não faltaram. No 1º período do Curso de Mestrado, primeiro dia de aula, o Professor Belchior registrara sobre o quadro-verde: *nulla die sine linea*. E, perguntando a turma o que significava isso, acrescentou: - é o que vocês farão a partir de hoje. Iniciava-se ali a minha vida de escritora.

Certo dia, o Professor Belchior me designou para fazer uma monografia, que consistiria em uma análise baseada nas notas de rodapé, relativas à Certidão de Nascimento do Brasil. Fui à ocasião apresentada às obras de Carolina de Michaellis e Jayme Cortesão. Cumpri a tarefa e a monografia valeu-me o acordo dele. Quanta audácia! Eu, uma iniciante no curso de Mestrado, criticando obras desses autores!

Com o passar do tempo e após criar uma certa intimidade profissional com ele, disse-lhe: - Professor, tenho as seguintes alternativas aqui, neste curso: ou vou enfrentá-lo como Orientador ou como integrante da Banca de Exame de Dissertação.

Escolhi a segunda e fui bombardeada de perguntas. Apesar de tudo, fui aprovada com a nota máxima – um Excelente.

A cada semestre lá estava eu inscrita nas disciplinas oferecidas pelos três Mestres – os três tenores no Curso de Filologia!

Antonio Hauila tornou-se meu orientador da dissertação de Mestrado, intitulada *Meios e instrumentos de transporte: uma abordagem onomasiológica*, e da tese: *Chão de ferro: a gênese textual de uma obra de Pedro Nava*.

À época, prosseguia estudando, e exercendo atividades docentes em Escola Municipal, no magistério estadual e no SENAC.

Em 1993, todavia, fora levada a pedir exoneração do magistério. Era bolsista pelo CNPq e não poderia, conforme legislação vigente, ter vínculo empregatício.

Em fevereiro de 1997, logo após concluir o doutorado, recebi convite do Professor Orientador para trabalhar como Professora em um curso de Especialização em Filologia Românica na UFRJ. Iniciava-se, assim, uma outra trajetória – a de professora universitária.

Foi um ano difícil – minha mãe falecera no dia seguinte à minha defesa de tese. Racionalizava-me no trabalho. Naquele ano, ingressara, ainda, através de Concurso, como Professora Substituta de Língua Portuguesa, na Faculdade de Formação de Professores (U.E.R.J.) e fora convidada pela Professora Ceila Martins a substituí-la na Faculdade de Humanidades Pedro II (FaHuPe).

O convite fora gratificante. Estava recém-saída de uma pesquisa baseada na obra memorialística de Pedro Nava, a qual retrata a vida no Internato no Colégio Pedro II, exatamente em São Cristóvão.

Outros convites surgiram: em 1999, a convite do Reitor da Universidade Castelo Branco, Dr. Paulo Alcântara Gomes, e endosso pela Magnífica Reitora, Professora Vera Costa Gissoni, fui coordenar o Curso de Graduação em Letras dessa I.E.S. Tornei-me inclusive Professora de Língua Portuguesa do Curso de Direito.

Em 2002, após ter um projeto aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPe), passei a coordenar o Curso de Especialização em Língua Portuguesa e à condição de docente no referido Curso.

Ora, é sabido que a Pós-Graduação leva os que nela ingressam e se diplomam à condição de escritores. E não escapei disto. Artigos apresentados em congressos, seminários, encontros (nacionais e internacionais) foram publicados.

Conforme deixou registrado o Professor Walter Vergna (Idem, p.30), **Quem passou pela vida e não escrevera, foi quase homem, não foi homem totalmente, fez da vida caminho e chegada, não a estrada por onde transitou.**

A trajetória prosseguiu e, em 2005, fui convidada a lançar minha candidatura à cadeira Nº 30 da Academia Brasileira de Filologia, cujo patrono é o Professor Cândido Jucá e cujo fundador é o Professor Cândido Jucá Filho, **falecido em 08.5.1982.**

Após ser eleita em 19 de novembro p.p., fiquei meditando como a vida é composta de etapas que, muitas vezes, causam estranheza e para as quais, *a posteriori*, são encontradas explicações.

A caminhada que antecedeu a eleição me permitiu, de imediato, rever ex-professores, reviver a época áurea do Visconde de Cairu, travar contato com futuros amigos e perceber que uma vida transcorreria e o passado voltava com toda a carga, em especial a emocional. A vida nos reserva surpresas.

Na caminhada posterior à eleição, estive no Colégio Pedro II – o CP II – o Colégio de Humanidades, aquele do Padrão de Excelência. Afinal passara cerca de três anos, pesquisando *Chão de Ferro*, com o CP II apresentado pelo Pedro Nava. Necessitava, todavia, de dados referentes ao fundador da cadeira N° 30.

Em minha última incursão, conduzida pela bibliotecária Maria de Fátima Prôa Melo, tive o privilégio de verificar *in loco*, o acervo que pertenceu ao Professor Cândido Jucá Filho.

Esse carioca ilustre nasceu em 02 de setembro de 1900. Filho de Julieta Pereira Cabral e de outro notável, o Professor Cândido Jucá. Estudou no Colégio Pio Americano até 1915, quando ingressou na Faculdade Livre de Direito, onde concluiu o Curso Jurídico em 1919.

Antes mesmo de concluir esse curso, começou a lecionar como auxiliar de Ensino na Escola de 15 de novembro, em Quintino.

Mais tarde, através de concurso, em 1928, passou a lecionar Português na Escola Visconde de Cairu, em 1929.

Em 1936, prestou o primeiro concurso para a Cátedra do Colégio Pedro II, obtendo duas indicações para o 1° lugar. E, em 1937, foi contratado para trabalhar naquele Colégio. A partir de 1933, tornou-se catedrático de Português/Literatura do Ensino Normal (Instituto de Educação do Distrito Federal).

A publicação deixada por esse notável Professor abrange contos, conferências, livros, artigos, etc. Contudo, merecem destaque: *O crepúsculo de Satanás* (contos, 1938), *O Fator psicológico na evolução sintática* (tese de concurso, 1953), *Gramática Histórica do Português Contemporâneo* (com uma 5ª edição em 1961), *Curso de Português* (didáticos para o 1°, 2° e 3° anos colegiais), *Dicionário Escolar das dificuldades da Língua Portuguesa*, *Noite Insonne* (contos, 1963) e *Pedrinhas do Meu Mosaico* (Contos, 1970).

Múltiplos são os agradecimentos a fazer, acima de tudo a Deus, em quem creio, pois me considero privilegiada por ter tido a oportunidade de trilhar um caminho árduo, mas gratificante, e em especial por poder ocupar a cadeira N° 30, juntando-me aos bons – os confrades ilustres.

A todos aqueles que contribuíram para a trajetória, aos amigos e familiares, em especial aos Acadêmicos, pela confiança em mim depositada, a minha gratidão fraterna.

E hoje, dia 14 de janeiro de 2006, aqui estou no Clube de Aeronáutica, para

tomar posse e integrar como membro efetivo a **Academia Brasileira de Filologia**.

Mas não se pode esquecer que o Professor é aquele a quem é atribuída a nobre missão de tirar o outro do estado de ignorância. Tenho a crença de que o fiz e espero continuar a fazê-lo, a partir da *sapientia*. Nela não há nenhum poder, há um pouco de saber, um pouco de sabedoria e o máximo de sabor possível.

Concordando com o Professor Walter Vergna (Idem, p.11 a 12):

Imaginemos o palácio da linguagem semelhante ao de Faetonte: um portal bivalve se escancara com a simples aproximação de quem pretende frequentar a corte glossal onde eminem alvitentes e refletindo positivamente os cristais eternos dos mais sagrados valores, as ideias que se entoucam e se banham nos mais caros extratos, vestindo sobre si a túnica purpurada da linguagem, única que embeleza sem obstruir a visão da intimidade da comunicação.

Tudo ali é deslumbramento.

As divindades mais absolutas se linearizam numa comunidade surpreendente. As idéias sorriem para a verdade que nela vê o jeito de caminhar pelos mundos; as imagens dos deuses aplaudem por que voam aos corações dos homens; o bem, imagem nua da verdade insatisfeita, avança sobre o coração, surpreendido por doce ilogismo, encontra a morada das idéias e o trono da memória; o belo olha para tudo e em tudo vê, porque com ele ali tudo se confunde.

E a Filologia é tudo isso, é Ciência, é a busca às origens, é a reconstituição, é acima de tudo a fixação de época.

Pelas coincidências ocorridas, concluo que o ocaso não existe de fato.

Maria Antonia da Costa Lobo

PRÊMIOS DE HONRA AO MÉRITO

Reproduzimos, abaixo, os textos em que a ABRAFIL outorgou o prêmio de HONRA AO MÉRITO aos confrades ANTONIO NUNES MALVEIRA e WALMÍRIO ERONIDES MACEDO, em 2017.



ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOGIA
Fundada em 26.8.1944 - www.filologia.org.br/academia
Rua São Francisco Xavier, 524, sala 11.019-A
Maracanã – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ 02.654.680-0001-92

HONRA AO MÉRITO

A ANTÔNIO NUNES MALVEIRA, membro da **ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA**. Estudou o curso primário na Escola Pública Padre Acelino Viana Arraes, no Olho d'Água da Bica, lugarejo ao sopé da chapada do Apodi, onde seu pai exercia as funções de guarda-fiscal, tendo como professora Sofia Rebouça da Costa. Coursou humanidades no Ginásio Diocesano Padre Anchieta, do Limoeiro do Norte – 4 anos, e parte no Seminário da Prainha, em Fortaleza; completou o curso no Colégio Piedade no Rio de Janeiro. Estudou Letras Clássicas e Direito na antiga Universidade do Estado da Guanabara; Professor de Português na prefeitura do Rio de Janeiro, e de Latim no Colégio Pedro II, exercidos através de concurso de provas e títulos. No Pedro II, participou da banca examinadora de Latim; cooperou na revista *Studia* e na publicação dos *Cadernos de Cultura*, onde publicou dois trabalhos, sobre os professores David Perez e Fausto Barreto. Participa do grupo de estudos encarregado de escrever a *Memória Histórica do Colégio*, cujo primeiro volume já foi publicado; foi coordenador do Colégio Comercial Irajá e organizador dos exames de seleção; professor do Colégio Metalúrgico, na rua Ana Nery e responsável pelos exames de admissão; diretor substituto do Colégio Irajá de 1961 a 1963 (Colégio Elpidio dos Santos); fez parte da correção de português nos exames no Colégio Rivadávia Correia – artigo 99 (Madureza) 1968; lecionou Latim no curso pré-jurídico na Faculdade de Direito Cândido Mendes e Latim no curso clássico do Colégio Pedro II; Curso de extensão universitária – *A Obra Cultural de João Ribeiro na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (antiga Guanabara)*; curso de extensão universitária — *Dante e Beatriz*, sob a responsabilidade do professor Júlio de Carvalho Barata; revisor dos trabalhos apresentados ao Seminário de Educação para o desenvolvimento no Clube de Engenharia; sócio do Centro de Estudos de Letras (da antiga UEG); professor do Ensino Técnico Comercial, registro n.º 5905 (MEC); membro da Sociedade Brasileira dos Romanistas; membro do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro; revisor dos livros do Dr. Celso Brant; assessor do diretor do Colégio Pedro II; diretor substituto da mesma instituição. **PRINCIPAIS TRABALHOS**: *O Velho Sertão da Bica*, 1986; *Os Valentões*, Editora Cátedra, 1990; *Coronéis, Ascensão e Queda*, Prod. Graf. e Pub. Ltda, 1998; *Os Povoadores da Bica*, Prod. Graf. e Pub. Ltda., 1998, além de outras obras e artigos de interesse universitário.

RIO DE JANEIRO, 30 de setembro de 2017.

AMÓS COELHO DA SILVA
PRESIDENTE

**A ACADEMIA BRASILEIRA DE
FILOLOGIA concedeu, em 2016, o prêmio
de honra ao mérito ao Prof .Dr.WALMÍRIO
MACEDO**

HONRA AO MÉRITO

A **WALMÍRIO MACEDO**, que, aos dez anos, ingressa no Seminário Nossa Senhora da Assunção onde ficou até os 18 anos, com o seminário menor (seis anos) e o curso superior de Filosofia (dois anos). A base de sua formação em Latim e Grego reside principalmente nessa sua origem religiosa. No Rio de Janeiro, cursou a Faculdade Nacional de Filosofia, da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Como aluno, teve como mestres Sousa da Silveira, Ernesto Faria e Mattoso Câmara. Foi professor, por concurso, como adjunto de catedrático do Colégio Militar, em português (1.º lugar) e latim (2.º lugar). Foi professor da UERJ, onde trabalhou a convite do prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira, e da Universidade Federal Fluminense, onde entrou por concurso. Aposentado pela UFF como Professor Titular. Doutor em Letras e Livre-Docente em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com a tese Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguesa. Publicou mais de 30 livros, entre os quais se destacam: *Gramática da Língua Portuguesa*, Presença editora; *Elementos para uma estrutura da Língua Portuguesa*, mesma editora, 5.ª edição esgotada; *Análise sintática em nova dimensão* – mesma editora, em 4.ª edição; O livro da semântica – estudo dos signos linguísticos. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014; O mundo maravilhoso da gramática. São Paulo: Lisa Editora, 2016. Traduziu e adaptou ao Português a principal obra de Bernard Pottier, *Linguistique générale – Théorie e description*. Sua obra *Gramática da Língua Portuguesa* recebeu da Academia Brasileira de Letras o *Prêmio Filologia João Ribeiro*, em 1992. Membro da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Brasileira de Literatura e da Academia Carioca de Letras.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2016.

**AMÓS COÊLHO D SILVA
PRESIDENTE**

NOTICIÁRIO

PRÊMIO ANTENOR NASCENTES

O Prof. Deonísio da Silva propôs a outorga do prêmio ANTENOR NASCENTES ao Prof. Dr. JOSÉ CARLOS GENTILI, da Universidade de Brasília, autor da obra A INFERNIZAÇÃO DO HÍFEN. A proposta foi aprovada por todos os presentes à sessão de 25.11.2017.

ELEIÇÃO DE ACADÊMICO

O Prof. Dr. Francisco deAssis Florêncio, candidato à cadeira 25, em vaga de André Crim Valente, foi eleito com 22 votos, devendo sua posse ser realizada na próxima sessão da Academia em março de2018.

O PROF. Dr. DEONÍSIO DA SILVA foi eleito para a Academia DAS CIÊNCIAS DE LISBOA e tomou posse em 19.10.2017.

PASSAGEM PARA QUADRO ESPECIAL

O acadêmico ANTÔNIO NUNES MALVEIRA solicitou passagem para o Quadro Especial em 01.6.2017.-

DIAGRAMAÇÃO:
DANILO VILLELA
danilo.villela@icloud.com
(21) 98149-5478



Tel: 2290-1121 - 9997-2541